

Linguagem **em** **Discurso**

ISSN 1982-4017

volume 20, número 3, set./dez. 2020

ISSN 1982-4017 (eletrônica)

em Linguagem (Dis)curso

Programa de Pós-Graduação em Ciências da Linguagem
Universidade do Sul de Santa Catarina



Tubarão – SC
v. 20, n. 3, p. 421-549, set./dez. 2020

Dados Postais/Mailing Address

Revista Linguagem em (Dis)curso

Programa de Pós-Graduação em Ciências da Linguagem – Unisul

A/C: Comissão Editorial

Avenida José Acácio Moreira, 787

88.704-900 – Tubarão, Santa Catarina, Brasil

Fone: (55) (48) 3621-3000 - Fax: (55) (48) 3621-3036

E-mail: lemd@unisul.br

Site: <http://linguagem.unisul.br/paginas/ensino/pos/linguagem/linguagem-em-discurso/index.htm>

Portal de Periódicos: http://www.portaldeperiodicos.unisul.br/index.php/Linguagem_Discurso

SciELO: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_serial&pid=1518-7632&nrm=iso&lng=pt

Ficha Catalográfica

Linguagem em (Dis)curso/Universidade do Sul de Santa Catarina. -
v. 1, n. 1 (2000) - Tubarão: Unisul, 2000 -

Quadrimestral

ISSN 1518-7632; 1982-4017

1. Linguagem - Periódicos. I. Universidade do Sul de
Santa Catarina.

CDD 405

Elaborada pela Biblioteca Universitária da Unisul

Indexação/Indexation

Os textos publicados na revista são indexados em: SciElo Brasil; EBSCO Publishing; LLBA – Linguistics & Language Behavior Abstracts (Cambridge Scientific Abstracts); MLA International Bibliography (Modern Language Association); Linguistics Abstracts (Blackwell Publishing); Ulrich's Periodicals Directory; Directory of Open Access Journals (DOAJ); Clase (Universidad Nacional Autónoma de México); Latindex; Journalseek (Germanics); Dialnet (Universidad de La Rioja); Social and Human Sciences Online Periodicals (Unesco); GeoDados (Universidade Estadual de Maringá); OASIS (Ibict); Portal de Periódicos (CAPES); Portal para Periódicos de Livre Acesso na Internet (Ministério da Ciência e Tecnologia, Brasil); Cabell's Database.

The journal and its contents are indexed in: SciElo Brasil; EBSCO Publishing; LLBA - Linguistics & Language Behavior Abstracts (Cambridge Scientific Abstracts); MLA International Bibliography (Modern Language Association); Linguistics Abstracts (Blackwell Publishing); Ulrich's Periodicals Directory; Directory of Open Access Journals (DOAJ); Clase (Universidad Nacional Autónoma de México); Latindex; Journalseek (Germanics); Dialnet (Universidad de La Rioja); Social and Human Sciences Online Periodicals (Unesco); GeoDados (Universidade Estadual de Maringá); OASIS (Ibict); Portal de Periódicos (CAPES, Brazil); and Portal para Periódicos de Livre Acesso na Internet (Ministry of Science and Technology, Brazil); Cabell's Database.



Reitor

Mauri Luiz Heerd

Vice-Reitor

Lester Marcantonio Camargo

Secretária Geral da Unisul

Mirian Maria de Medeiros

Pró-Reitor Acadêmico

Hércules Nunes de Araújo

Pró-Reitor Administrativo

Ademar Schmitz

Diretor de Marketing

Fabiano Ceretta

Diretor da Região Sul

Rafael Ávila Faraco

Diretor da Região Grande Florianópolis e Unisul Virtual

Zacaria Alexandre Nassar

Programa de Pós-graduação em Ciências da Linguagem

Fábio José Rauen (Coordenador)

Nádia Régia Maffi Neckel (Coordenadora Adjunta)

Av. José Acácio Moreira, 787

88704-900 – Tubarão - SC

Fone: (55) (48) 3621-3000 – Fax: (55) (48) 3621-3036

Sítio: www.unisul.br

Editores/Editors

Silvânia Siebert (Universidade do Sul de Santa Catarina, Tubarão, Brasil)
Fábio José Rauhen (Universidade do Sul de Santa Catarina, Tubarão, Brasil)

Editora Honorária/Honorary Editor

Maria Marta Furlanetto (Florianópolis, Brasil)

Secretária Executiva/Executive Secretary

Kellen Oliveira (Universidade do Sul de Santa Catarina, Tubarão, Brasil)

Comitê Editorial/Editorial Committee

Adair Bonini (Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Brasil)
Andréia da Silva Daltoé (Universidade do Sul de Santa Catarina, Tubarão, Brasil)
Carmen Rosa Caldas-Coulthard (University of Birmingham, Birmingham, Inglaterra)
Débora de Carvalho Figueiredo (Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Brasil)
Freda Indursky (Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Brasil)
Maurício Eugênio Maliska (Universidade do Sul de Santa Catarina, Tubarão, Brasil)
Sandro Braga (Universidade Federal de Santa Catarina, Tubarão, Brasil)
Vera Lúcia Menezes de Oliveira e Paiva (Univ. Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, Brasil)

Conselho Consultivo/Advisory Board

Aleksandra Piasecka-Till (Universidade Federal do Paraná, Curitiba, Brasil)
Alessandra Baldo (Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, Brasil)
Ana Cristina Ostermann (Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, Brasil)
Ana Cristina Pelosi (Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, Brasil)
Ana Elisa Ribeiro (Centro Federal de Educação Tecnológica, Belo Horizonte, Brasil)
Anna Christina Bentes (Universidade Estadual de Campinas, Campinas, Brasil)
Anna Flora Brunelli (Universidade Estadual Paulista, São José do Rio Preto, Brasil)
Angela Maria Rubel Fanini (Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba, Brasil)
Angela Paiva Dionísio (Universidade Federal do Pernambuco, Recife, Brasil)
Antônio Carlos Soares Martins (Instituto Fed. do Norte de Minas Gerais, Montes Claros, Brasil)
Aparecida Feola Sella (Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Cascavel, Brasil)
Belmira Rita da Costa Magalhães (Universidade Federal de Alagoas, Maceió, Brasil)
Clarissa Gonzalez (Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil)
Cleide Inês Wittke (Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, Brasil)
Conceição Aparecida Kindermann (Universidade do Sul de Santa Catarina, Tubarão, Brasil)
Cristiane Gonçalves Dagostim (Secretaria de Estado da Educação, Criciúma, Brasil)
Cristina Teixeira Vieira de Melo (Universidade Federal de Pernambuco, Recife, Brasil)
Danie Marcelo de Jesus (Universidade Federal do Mato Grosso, Rondonópolis, Brasil)
Danielle Barbosa Lins de Almeida (Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, Brasil)
Désirée Motta-Roth (Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, Brasil)
Enio Clark de Oliveira (Texas Christian University – TCU, Fort Worth, Texas, United States)
Eulália Vera Lúcia Fraga Leurquin (Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, Brasil)
Fernanda Mussalim (Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, Brasil)
Gisele de Carvalho (Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil)
Gustavo Ximenes Cunha (Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, Brasil)
Heloísa Pedroso de Moraes Feltes (Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul, Brasil)
Heronides Maurílio de Melo Moura (Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Brasil)
João Carlos Cattelan (Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Cascavel, Brasil)
José Luiz Vila Real Gonçalves (Universidade Federal de Ouro Preto, Ouro Preto, Brasil)
Juliana Enrico (Universidad Nacional de Córdoba, Córdoba, Argentina)

Júlio César Araújo (Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, Brasil)
Lilian Cristine Hübner (Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, p. Alegre, Brasil)
Luiz Paulo da Moita Lopes (Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil)
Manoel Luiz Gonçalves Corrêa (Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil)
Marc Fileti Martins (Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil)
Maria Antônia Coutinho (Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, Portugal)
Maria Cecília de Miranda Nogueira Coelho (Univ. Federal de Minas Gerais, B. Horizonte, Brasil)
Maria da Conceição Fonseca-Silva (Univ. Est. do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista, Brasil)
Maria de Fátima Silva Amarante (Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, Brasil)
Maria Ester Moritz (Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Brasil)
Maria Inês Ghilardi Lucena (Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, Brasil)
Maria Izabel Santos Magalhães (Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, Brasil)
Maria Otilia Ninin (Universidade Paulista, Santana de Parnaíba, Brasil)
Mariléia Silva dos Reis (Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Foz do Iguaçu, Brasil)
Marly de Bari Matos (Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil)
Maurício Eugênio Maliska (Universidade do Sul de Santa Catarina, Tubarão, Brasil)
Mônica Magalhães Cavalcante (Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, Brasil)
Mônica Santos de Souza Melo (Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, Brasil)
Nicolás Bermúdez (Universidad de Buenos Aires/Universidad Nacional del Arte, Buenos Aires, Argentina)
Nívea Rohling (Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba, Brasil)
Onici Claro Flôres (Universidade de Santa Cruz do Sul, Santa Cruz do Sul, Brasil)
Orlando Vian Jr. (Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, Brasil)
Patrícia da Silva Meneghel (Universidade do Sul de Santa Catarina, Tubarão, Brasil)
Pedro de Moraes Garcez (Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Brasil)
Raquel Bambirra (Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais, Belo Horizonte, Brasil)
Renilson Menegassi (Universidade Estadual de Maringá, Maringá, Brasil)
Ricardo Moutinho (Universidade de Macau, Macau, China)
Richarles Souza de Carvalho (Universidade do Extremo Sul Catarinense, Criciúma, Brasil)
Roberto Leiser Baronas (Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, Brasil)
Rosângela Gabriel (Universidade de Santa Cruz do Sul, Santa Cruz do Sul, Brasil)
Rossana de Felipe Böhlke (Fundação Universidade do Rio Grande, Rio Grande, Brasil)
Sandro Braga (Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Brasil)
Sebastião Lourenço dos Santos (Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, Brasil)
Sílvia Ines C. C. de Vasconcelos (Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Brasil)
Simone Padilha (Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, Brasil)
Solange Leda Gallo (Universidade do Sul de Santa Catarina, Palhoça, Brasil)
Sônia Maria de Oliveira Pimenta (Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, Brasil)
Susana Borneo Funck (Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Brasil)
Vanessa Wendhausen Lima (Universidade do Sul de Santa Catarina, Tubarão, Brasil)
Vera Lúcia Lopes Cristovão (Universidade Estadual de Londrina, Londrina, Brasil)
Wilson José Leffa (Universidade Católica de Pelotas, Pelotas, Brasil)
Wagner Alexandre dos Santos Costa (Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, Brasil)
Wander Emediato (Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, Brasil)

Equipe Técnica/Technical Team

Tradução e revisão/Translation and Revision

Editores (português); Ricardo Ribeiro Elias (inglês); Elita de Medeiros (espanhol)

Bolsista/Trainee

Israel Vieira Pereira e Ricardo Ribeiro Elias

Diagramação/Layout

Fábio José Rauen

SUMÁRIO
CONTENTS | CONTENIDO
EDIÇÃO CORRENTE
CURRENT EDITION | EDICIÓN CORRIENTE

Editorial | Editorial | Editorial

Tempo e ciência

Time and science

Tiempo y ciencia

Silvânia Siebert

429

Artigos de Pesquisa | Research Articles | Artículos de investigación

Violência intrafamiliar contra crianças e adolescentes:
intercontextualidade de significados verbais e imagéticos

Intrafamilial Violence towards Children and Teenagers:

Intercontextuality of Verbal and Visual Significations

Violencia intrafamiliar contra niños y adolescentes:
intercontextualidad de significados verbales e imagéticos

Johwyson da Silva Rodrigues

431

“Conhece aquela do delegado?”:

piadas sobre os homens da lei no jornal *Santuário da Trindade* (1922-1931)

“Do you Know that one about the Police Chief?”:

Jokes about Men of Law in the Newspaper Santuario da Trindade (1922-1931)

“¿Sabes aquella del delegado?”:

bromas sobre hombres de derecho en el periodico Santuario da Trindade (1922-1931)

Andréia Márcia de Castro Galvão

Eliézer Cardoso de Oliveira

451

Novo Ensino Médio: deriva de sentidos
em uma propaganda televisiva do Governo Federal

New High School: Derive of Senses

on a TV Advertisement by the Federal Government

Nueva Enseñanza Secundaria: desviación de sentidos
en una propaganda televisiva del Gobierno Federal

Carlos Fabiano de Souza

469

- Nacionalidade na imprensa e no rádio:
Uma política de línguas na Era Vargas
*Nationality in the Press and on Radio:
a Language Policy in the Vargas Era*
*Nacionalidad en la imprenta y en radio:
una política de lenguas en la Era Vargas*
Andréa Franciéle Weber 491
- Vozes do mundo do trabalho
nas obras de Luiz Ruffato e Roniwalter Jatobá
*Voices from the Labor Universe
in the Works of Luiz Ruffato and Roniwalter Jatobá*
*Voces del mundo del trabajo
en las obras de Luiz Ruffato y Roniwalter Jatobá*
Angela Maria Rubel Fanini 503
- Capa, orelhas e quarta capa como
espaços enunciativos de promoção de obras literárias
*Front cover, Flaps, and Back Cover
as Enunciative Spaces to Promote Literary Works*
*Portada, solapas y página de créditos
como espacios enunciativos de la promoción de obras literarias*
Vinícius Lourenço Linhares 517
- Ensaio | Essay | Ensayo**
- Sobre o narcisismo discursivo: “Eu, para mim”
The Discursive Narcissism: “Me to Myself”
Sobre el narcisismo discursivo: “Yo, para mí”
João Carlos Cattelan 533

TEMPO E CIÊNCIA

Time and science | Tiempo y ciencia

Silvânia Siebert*

Universidade do Sul de Santa Catarina,
Programa de Pós-Graduação em Ciências da Linguagem, Tubarão, SC, Brasil

No ano de 2020 a pandemia provocada pelo vírus Sars-Cov2, denominada Covid-19, constitui-se como um acontecimento histórico mundial. Um vírus com alto poder de contágio alterou o modo de viver, compreender e significar o mundo. A palavra *lockdown* ou confinamento determina(va) nossos dias, semanas e meses a partir do alvorecer deste ano. O contexto foi narrado, em diferentes idiomas, todos os dias, em forma de placares, pelos telejornais apresentando os números dos contágios, das mortes, entre outros dados.

A rotina planetária passou para o uso frequente de máscaras, ampliação de medidas de higiene e de segurança social, restrições nos transportes de carga e passageiros em rotas nacionais e internacionais, adoção do distanciamento social, inclusive entre familiares, alteraram de forma única o viver neste planeta. Entre tantas emoções deflagradas pelo fenômeno, sentimos o medo da perda, da finitude. Sentimos medo do tempo. O calendário sofreu ajustes impensáveis. O tempo passou a ser mostrado para além das previsões meteorológicas. Começou a figurar em manchetes de jornais, anúncios publicitários, memes, nas conversas do dia a dia, na realização de trabalhos, de tarefas do cotidiano. Adentrou o pensar, as reflexões dos sujeitos, tornou a compreensão da existência humana assunto central e determinante.

Nas diferentes dimensões temporais, o tempo histórico passou a pressionar o tempo da ciência. Há necessidade de ser encontrada uma solução o quanto antes. Uma cura. Diante da ameaça, pesquisadores, em especial os ligados à área da saúde, de todos os continentes, passaram a investigar e a buscar um tratamento, entre eles um dos mais promissores, o desenvolvimento de vacinas. Mas, o tempo histórico e o da ciência avançam e nada de confirmações ou certezas.

Neste editorial buscamos pensar sobre esta relação entre o tempo histórico e o tempo da ciência. Para pensar o ano de 2020 em sua narrativa sobre a pandemia, a partir de uma perspectiva fundamentada nas ciências da linguagem, recorreremos a Bakhtin (2018), em especial ao conceito de cronotopo, a relação entre tempo e espaço envolvendo autor e leitor. Desse encontro vemos que há a heterotemporalidade, como Bakhtin nomeou a simultaneidade de tempos. Uma perspectiva que privilegia o múltiplo e a simultaneidade.

* Doutora em Linguística Aplicada pela Universidade Estadual de Campinas. Docente do Programa de Pós-graduação em Ciências da Linguagem da Universidade do Sul de Santa Catarina. Editora de Linguagem em (Dis)curso. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7852-0968>. E-mail: silvania@cinemaistv.com.br.

Se, na produção artística, temos o tempo do acaso, na ciência temos o tempo da certeza. Seria isso? Talvez até há bem pouco tempo poderíamos pensar assim. Diante do que vemos no transcorrer do tempo histórico-social são várias as versões de estudos, carregados de diferentes perspectivas teóricas. Irene Machado (1998), ao explicar o conceito de tempo na obra de Bakhtin, fala do tempo histórico, que “abarca os desígnios mais complexos dos homens, das gerações, das épocas, dos povos, dos grupos e classes sociais.” (1998, p. 37). A pesquisadora ainda considera que Bakhtin entende a forma narrativa como modelo artístico do tempo. Neste ponto apareceram os gêneros discursivos como nucleadores.

Para ilustrar esta questão, mencionamos os artigos científicos que são publicados nesta edição. Os textos abordam temas como a violência familiar contra crianças e adolescentes; narcisismo discursivo debatido a partir de memes postados no Facebook; o “novo” Ensino Médio em propagandas; a discussão das contradições sociais nas obras *No chão da fábrica*, de Roniwalter Jatobá, e *De mim já não se lembra*, de Luiz Ruffato; a representação sobre autoridades policiais e jurídicas em anedotas publicadas no jornal católico *Santuário da Trindade*; a política de línguas do governo Vargas e, por último, um artigo que estuda como orelhas e capas de livros funcionam como espaços enunciativos para a promoção de obras literárias. Temos uma plêiade de temporalidades e pontos de vista diferentes envolvendo a pesquisa científica.

Em todos os trabalhos poderemos ver o funcionamento dos gêneros em múltiplas dimensões e espaços – tecendo narrativas sobre objetos que são delineados, analisados e interpretados pelas lentes da ciência. É importante observar que, de acordo com Machado (1998, p. 33), “o tempo na teoria do dialogismo não é um constituinte estrutural da narrativa, pelo contrário, a narrativa e, conseqüentemente, os gêneros são instâncias estéticas de representações do tempo”. Múltiplas temporalidades operam em várias direções, e, conforme a autora, devemos perceber a narrativa como uma diversidade de quadros que retratam a complexidade humana.

Nas imagens de 2020 vemos um mundo afetado pela Covid-19, na dimensão do tempo histórico, datado e narrado com dados de infectados e de óbitos, operando o social por ferramentas tecnológicas que colocam em contato pessoas de forma remota. Um tempo que reivindica sensibilidade estética e ética e pesquisas em áreas como a das ciências da linguagem, que se coloca como o lugar privilegiado para a compreensão da narrativa como lugar para pensar o homem e o mundo – em um tempo em que o múltiplo, o diverso, seja uma alternativa possível para a pesquisa científica.

REFERÊNCIAS

Bakhtin, M. *Teoria do romance II: as formas do tempo e do cronotopo*. Tradução, posfácio e notas de Paulo Bezerra; organização da edição russa de Seguei Botcharov e Vadim Kójinov. São Paulo: Editora 34, 2018.

MACHADO, I. A. Narrativa e combinatória dos gêneros prosaicos: a textualização dialógica. *Revista Itinerários*, Araraquara, n.12, p. 33-46, 1998.



Este texto está licenciado com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1982-4017-200302-3319>

Recebido em: 17/04/19 | Aprovado em: 02/06/20

VIOLÊNCIA INTRAFAMILIAR CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES: INTERCONTEXTUALIDADE DE SIGNIFICADOS VERBAIS E IMAGÉTICOS

Intrafamiliar Violence towards Children and Teenagers: Intercontextuality of Verbal and Visual Significations | Violencia intrafamiliar contra niños y adolescentes: intercontextualidad de significados verbales e imagéticos

Johwyson da Silva Rodrigues*

Universidade Federal do Pará, Faculdade de Letras Estrangeiras Modernas, Belém, PA, Brasil

Resumo: Este trabalho objetiva investigar traços da violência intrafamiliar contra crianças e adolescentes presentes nos significados verbal e visual do jogo digital *The Binding of Isaac* (2011), ressaltando, assim, sua multimodalidade. Como aporte teórico-metodológico, foram utilizados fundamentos da Análise Crítica do Discurso (ACD) e da Gramática do *Design Visual* (GDV) para detectar possíveis processos visuais, intertextualidades e interdiscursividades que pudessem revelar pistas da violência intrafamiliar contra crianças e adolescentes como prática social presente no jogo. Os resultados obtidos confirmam que a personagem principal possui todas as características comuns às vítimas que sofrem desse tipo de abuso. Concluiu-se, também, que o jogo em questão, como um veículo de comunicação, possui a função, para quem o joga, de apresentar e alertar sobre o tema. Espera-se que este estudo possa contribuir ainda mais para a consolidação da Semiótica Social, com o apoio da ACD como um aporte teórico-metodológico eficiente na investigação de práticas sociais.

Palavras-chave: Violência intrafamiliar. Análise Crítica do Discurso. Gramática do *Design Visual*.

Abstract: This paper aims to investigate signs of intrafamiliar violence towards children and teenagers found in verbal and visual meanings in the digital game *The Binding of Isaac* (2011), drawing attention to its multimodality. The research's theoretical-methodological framework brought some specific concepts from Critical Discourse Analysis (CDA) and the Grammar of Visual Design (GVD), in order to detect possible visual processes, intertextualities, as well as interdiscursivities that could reveal signs of intrafamiliar violence against children and teenagers as a social practice in the game. The results confirmed that the main character has all the features usually found in victims who experienced such kind of abuse. We conclude that the game acts as communication vehicle because it possesses the function of introducing and alerting players about such theme. With support of CDA, we hope this research can further contribute to the Social Semiotics consolidation, as an effective framework to investigate social practices.

Keywords: Intrafamiliar Violence. Critical Discourse Analysis. Grammar of Visual Design.

Resumen: Este trabajo tiene el objetivo de investigar rastros de violencia intrafamiliar contra niños y adolescentes presentes en significados verbales y visuales del juego digital *The Binding of Isaac* (2011), despegando, así, su multimodalidad. Como contribución teórico-metodológica, fueron utilizados fundamentos del Análisis Crítico del Discurso (ACD) y de la Gramática del *Design Visual* (GDV) para detectar posibles procesos visuales, intertextualidades e inter-discursividades que pudiesen aclarar rastros de violencia intrafamiliar contra niños y adolescentes como práctica social presente en el juego. Los resultados obtenidos comprueban que el personaje principal posee todas las características comunes de víctimas que sufren ese tipo de maltrato. También se concluye que el juego en cuestión, como vehículo de

* Doutor em Estudos da Tradução. Docente do Instituto de Letras e Comunicação da UFPA. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6479-1444>. E-mail: johwyson@yahoo.com.

RODRIGUES, Johwyson da Silva. Violência intrafamiliar contra crianças e adolescentes: intercontextualidade de significados verbais e imagéticos. **Linguagem em (Dis)curso** – LemD, Tubarão, SC, v. 20, n. 3, p. 431-450, set./dez. 2020.

comunicação, possui função, para quem o joga, de apresentar e alertar sobre o tema. Espera-se que o estudo possa contribuir ainda mais para a consolidação da Semiótica Social, com o apoio do ACD como contribuição teórico-metodológica eficiente na investigação de práticas sociais.

Palavras chave: Violência intrafamiliar. Análisis Crítico del Discurso. Gramática del *Design Visual*.

1 INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, o tema da violência intrafamiliar contra crianças e adolescentes (VICCA) tem sido uma discussão constante em pautas que envolvem saúde pública, políticas públicas, educação, entre outras esferas. Desde a criação do artigo 227, da Constituição Federal Brasileira (1988), que dispõe sobre os deveres da família quanto a assegurar direitos básicos à criança e ao adolescente, assim como resguardá-los de quaisquer constrangimentos ou violências, o tema ganha força e importância, seja pela implementação de leis, como o Estatuto da Criança e do Adolescente (1990), seja por meio de campanhas publicitárias nacionais de combate a esse tipo de violência.

Conforme Moralis *et al.* (2016, p. 1646), a VICCA diz respeito a “toda ação ou omissão que possa prejudicar o bem-estar, a integridade física, psicológica ou a liberdade e o direito ao pleno desenvolvimento de um membro da família”. O agressor, nesse tipo de situação, pode ser um membro da família ou alguém que assume esta função. Os efeitos provocados nas vítimas, geralmente crianças e adolescentes tidos como vulneráveis, podem ser de ordem física, psicológica, moral, sexual ou financeira, envolvendo também a negligência e o abandono. Nas palavras de Ramos e Silva (2011, p. 137), tais efeitos podem ter “prejuízos a curto, médio e longo prazos, tanto de ordem física como psicossocial, que podem ser devastadores, já que as experiências vividas na infância refletem na vida adulta”.

Com base em Garbarino *et al.* (1986), Abranches e Assis (2011) destacam cinco ações parentais consideradas tóxicas, as quais podem auxiliar na detecção de abusos: rejeitar, quando os pais recusam-se a aceitar a legitimidade da criança e suas necessidades; isolar, quando os pais impedem a criança de ter contato com pessoas e locais de convivência social, levando-a a acreditar que está sozinha no mundo; aterrorizar, quando a criança, após sofrer ataques verbais constantes, passa a perceber o mundo como um lugar hostil; ignorar, quando a criança é privada de estímulos que possam levá-la a desenvolver suas capacidades emocionais e intelectuais; e corromper, quando a criança é estimulada a ter comportamentos negativos e antissociais. Ao citarem autores como O’Hagan (1995) e Brassard *et al.* (1993), as autoras também afirmam que os pais considerados agressores geralmente incutem na criança crenças que giram em torno do quão inferior ela é, que não é amada, nem querida e que seu valor está atrelado a uma relação de necessidade entre ela e as outras pessoas.

O jogo digital *The Binding of Isaac* (2011), objeto de estudo, chama a atenção pela sua jogabilidade, proporcionando momentos de diversão por meio, por exemplo, da derrota de um inimigo monstruoso ou pela obtenção de itens poderosos. Sua trama certamente pode causar estranheza ao eleger como personagem principal a figura sofrida e indefesa de uma criança chamada Isaac, que, conforme a análise realizada neste

trabalho, é vítima da violência intrafamiliar infligida por sua mãe. Segundo Otero (2017), o jogo é divertido e repleto de surpresas, tendo recebido nota nove no conceituado site de *games* IGN, do qual o autor é um dos seus editores. Por mais difícil que o jogo seja, fazendo com que o jogador morra várias vezes, cada reinício, segundo o autor, é uma chance para se descobrir coisas novas. O jogo é, ao mesmo tempo, engraçado e perturbador, acrescenta ele, dando àquele que o joga a motivação necessária para tentar destravar todos os seus vinte possíveis finais em forma de *cutscenes*¹.

Este estudo, portanto, tem como objetivo verificar como o jogo digital *The Binding of Isaac* (2011) constrói significados, seja por meio de recursos imagéticos ou verbais, destacando, assim, sua multimodalidade, que envolve a violência intrafamiliar sofrida pela personagem Isaac. Como apoio teórico optou-se, basicamente, pela utilização dos conceitos de intercontextualidade, de intertextualidade e interdiscursividade pertencentes à Análise Crítica do Discurso (ACD), além de conceitos provenientes da Gramática do *Design Visual* (GDV).

Este artigo encontra-se subdividido em cinco seções. As duas primeiras seções versam sobre os conceitos fundamentais que envolvem a ACD e a GDV, respectivamente; a terceira seção apresenta a sua metodologia; a quarta seção proporciona a análise e sua breve discussão; e, finalmente, na quinta seção, são dispostas as suas considerações finais.

2 A ANÁLISE CRÍTICA DO DISCURSO

A ACD, concebida por Fairclough (CHOULIARAKI e FAIRCLOUGH, 1999; FAIRCLOUGH, 2003, 2010, 2012), tem por objetivo analisar os fenômenos semióticos envolvidos nas estruturas e ações sociais, valendo-se da transdisciplinaridade com outras áreas do conhecimento. Dentre algumas pesquisas com base na ACD, podem ser citados o trabalho de Campos e Barros (2014), que analisam a ratificação de uma identidade marginalizada da mulher brasileira em uma propaganda audiovisual de 2010, com o propósito de homenagear o Dia Internacional da Mulher; e o trabalho de Oliveira e Pimenta (2016), que investiga como a publicação de anúncios de emprego com exigências fenotípicas e critérios comportamentais contribuiu para agravar a desigualdade social e econômica entre brancos e negros no Estado de São Paulo, início do século XX.

A Linguística Sistêmico-Funcional (HALLIDAY, 1989, 1994, 2004, 2014; FUZER; CABRAL, 2014), doravante LSF, na qual boa parte das teorias que compõem a ACD é ancorada, compreende língua e linguagem como parte integrante das práticas sociais. Para Heberle (2018), a LSF é uma importante ferramenta para se analisar textos e gêneros discursivos, tendo como objeto as mais variadas mídias e contextos sociais. Além disso, esta abordagem tem contribuído para os Estudos Linguísticos como um todo e, segundo a autora, para a área da Linguística Aplicada no que diz respeito às pesquisas sobre a linguagem em uso, práticas sociais, ensino de línguas e multiletramentos.

¹ *Cutscenes*, segundo Egenfeldt-Nielsen, Smith e Tosca (2008), são sequências narrativas em que o jogador tem pouco ou nenhum controle sobre a cena.

Para a LSF, o texto é concebido não apenas como algo verbal, mas também gestual, visual, sonoro, etc., sendo melhor definido como um corpo funcional que realiza uma tarefa por meio de recursos semióticos em um dado contexto. Sua natureza é, portanto, tanto estrutural quanto semântica. O contexto é subdividido em contexto de cultura, voltado ao gênero, e contexto de situação, compreendido por meio de suas variáveis: campo, relações e modo. O campo está ligado à atividade realizada, sua natureza e seus propósitos comunicativos; as relações investigam as trocas de mensagens realizadas entre os participantes, assim como suas relações; e o modo está voltado às várias formas pelas quais a linguagem veicula a comunicação. Nessas variáveis são realizadas, respectivamente, as metafunções: ideacional, ligada às representações das experiências do mundo interior e exterior; interpessoal, referente às interações entre os sujeitos e aos papéis que eles desempenham; e textual, que diz respeito à estrutura do texto e a sua organização.

Com base nas metafunções da LSF, a ACD propõe as noções de gêneros, discursos e estilos, assim como seus tipos de significados: o acional, o representacional e o identificacional. Nesta perspectiva, os gêneros são tidos como modos de agir, os discursos são tidos como modos de representar e os estilos são tidos como modos de ser, refletindo os tipos de significados citados, respectivamente: o significado acional investiga o texto como modo de interação social, legitimando-o ou questionando-o; o significado representacional revela as representações do mundo tanto interno quanto externo; e o significado identificacional lida com as construções e manutenções de identidades. É importante salientar que tanto as metafunções da LSF quanto os tipos de significados da ACD ocorrem, no texto, de forma concomitante, sendo analisados separadamente apenas para efeito de investigação.

De um ponto de vista estratificado, pode-se dizer que, acima dos gêneros, discursos e estilos, encontra-se o sistema de ordens do discurso, o qual é tido como uma “articulação socialmente estruturada de práticas discursivas, incluindo gêneros, discursos e estilos, que constituem a faceta discursiva da ordem social de um campo social”² (CHOULIARAKI; FAIRCLOUGH, 1999, p. 114). Este sistema encontra-se relacionado ao que está semanticamente vigente e interligado em uma dada sociedade, nunca podendo ser compreendido como algo neutro, uma vez que está geralmente a serviço da dominância, como nas relações de poder, relações ideológicas, identitárias e institucionais.

Conforme Meurer (2007), a análise discursiva pode ocorrer por meio de três ângulos ou dimensões mutuamente complementares: o texto, as práticas discursivas e as práticas sociais. No âmbito textual, a análise pode levar em conta a léxico-gramática, a coesão e a estrutura textual, referentes à realização linguística manifestada pelo discurso. No âmbito das práticas discursivas, voltado à produção, distribuição e consumo de textos, é possível interpretá-lo em níveis voltados à coerência, intenções, intertextualidade e interdiscursividade, aproximando-se das práticas discursivas que o definem enquanto

² Trecho original: “a socially structured articulation of discursive practices (including both genres and discourses) which constitutes the discursive facet of the social order of a social field” (CHOULIARAKI; FAIRCLOUGH, 1999, p. 114).

OBS: Todos os trechos traduzidos que aparecem em nota de rodapé foram realizados pelo autor da pesquisa, assim como todos os termos relacionados a itens e vilões do jogo.

gênero e discurso. Por fim, na esfera voltada às práticas sociais, é possível investigar níveis voltados a ideologias e hegemonias, as quais podem ser reveladas por pistas ou marcas textuais.

O gênero, para a ACD, que prefere o termo gênero discursivo e, mais especificamente o termo gênero situado³, possui características acionais/relacionais e interacionais, pois é por meio dele que as pessoas agem e interagem socialmente. Ele tem suas propriedades voltadas tanto à materialidade textual, quanto às práticas discursivas e sociais, sendo norteado pelo sistema de ordens do discurso. Para Ramalho e Resende (2011, p. 60), “gêneros discursivos estão ligados a diferentes modos de ação/relação social estabelecidos discursivamente. Por isso, dizemos que os gêneros se referem a modos relativamente estáveis de (inter)ação por meio do discurso”. Os gêneros discursivos e as relações de poder estão intimamente relacionados, já que, por meio do gênero, é possível controlar e legitimar tanto os discursos ideológicos quanto as representações de suas práticas sociais.

Uma característica importante do gênero discursivo é o seu potencial híbrido, já que, para a ACD, um texto é tido como o resultado não de sua realização particular, mas da combinação de outros gêneros, ocorrendo por meio da mistura de formas ou de funções, como, por exemplo, no caso de um anúncio informativo que, na verdade, tem a função de vender um determinado produto. Nesse tipo de gênero, há sempre um gênero principal que envolve um subgênero.

A interdiscursividade, também chamada de intertextualidade constitutiva, é definida como sendo a hibridização de gêneros, discursos e estilos. Para Silva e Gonçalves (2017, p. 11), é por meio da interdiscursividade que “se notam as articulações do discurso com as práticas sociais e discursivas vinculadas a outras comunidades discursivas”. A intertextualidade, por outro lado, também chamada de intertextualidade manifesta, é definida como “a presença de elementos reais pertencentes a outros textos, verificados dentro de um texto, como, por exemplo, as citações”⁴ (FAIRCLOUGH, 2003, p. 39). É por meio deste recurso que se pode verificar como textos, mais especificamente suas vozes, “lançam mão, incorporam, recontextualizam e dialogam com outros textos”⁵ (FAIRCLOUGH, 2003, p. 17). Meurer (2004), com o objetivo de ampliar o leque teórico da ACD e da LSF, propõe o termo intercontextualidade, que ocorre quando dois ou mais contextos se inter-relacionam em uma dada prática social. Segundo o autor, “na intercontextualidade, um contexto é ‘levado’ para outro contexto e dá-se o compartilhamento de características de ambos, muitas vezes com o predomínio de um sobre o outro” (MEURER, 2004, p. 135).

Por meio dessa noção, é possível compreender os jogos digitais a partir de gêneros discursivos como os jogos de ação/aventura, jogos de mundo aberto, jogos de horror e sobrevivência, etc., assim como gêneros visivelmente mais híbridos, como os MMORPGs

³ Para uma leitura mais aprofundada sobre as definições de gênero discursivo e gênero situado, checar Resende e Ramalho (2011).

⁴ Trecho original: “*the presence of actual elements of other texts within a text – quotations*” (FAIRCLOUGH, 2003, p. 39).

⁵ Trecho original: “*how texts draw upon, incorporate, recontextualize and dialogue with other texts*” (FAIRCLOUGH, 2003, p. 17)

(*Massively Multiplayer Online Role-Playing Game*), que compartilham o recurso da interatividade online entre seus jogadores, juntamente com a possibilidade de atribuição da interpretação de personagens. Em um nível intertextual, jogos como *Tomb Raider* (1996), por exemplo, apropriam-se de características comuns às mídias audiovisuais em seus *cutsscenes* para realizar fugas mirabolantes que envolvem explosões e feitos quase impossíveis.

Em suma, pode-se afirmar que os jogos digitais, conforme Haag *et al.* (2005), além de conglomerarem simultaneamente vários gêneros, os trazem de modo convergente, isto é, seus gêneros dialogam entre si, fazendo com que se confirme a ideia de que jogos digitais são um hipergênero (MAINGUENEAU, 2010) ou um sistema de hipergenericidade. Este último termo, conforme Rezende (2018, p. 64), refere-se à característica desses gêneros que, quando unidos, revelam as “regularidades de um funcionamento discursivo que conflui para a manutenção de um dado posicionamento/identidade discursivo/a”.

Após a breve explanação dos conceitos básicos que envolvem a ACD, a próxima seção discutirá sobre a fundamentação teórica pertencente à GDV.

3 A GRAMÁTICA DO DESIGN VISUAL

A partir dos fundamentos pertencentes à LSF, Kress e Van Leeuwen (2001, 2006) concebem a GDV, uma gramática geral do *design* visual que consiste de elementos e regras que envolvem uma forma específica de comunicação visual norteada pela cultura. Dentre alguns trabalhos que utilizam este aparato teórico, estão o de Resende e Gomes (2018), cujos resultados apontam, dentre outros fatores, para a naturalização da violência contra a população em situação de rua representada nos jornais web Correio Braziliense entre 2011 e 2013; e o de Leal (2018), que investiga representações semióticas no gênero reportagem contidas em duas revistas portuguesas.

A GDV vale-se das metafunções ideacional, interpessoal e textual da LSF, associando-as aos significados representacional, interativo e composicional, respectivamente. Os significados representacionais estão voltados às representações de mundo, os significados interativos lidam com as relações entre o produtor e o observador da imagem e os significados composicionais referem-se aos elementos que compõem o texto imagético. É importante salientar que, na GDV, os participantes que compõem uma dada imagem não atuam, como ocorre em uma conversa informal face-a-face, por exemplo. Assim, é preciso que o participante observador da imagem perceba a representação que envolve os participantes interativos, ou seja, os participantes que estão contidos na imagem.

Os significados representacionais subdividem-se em estruturas narrativas e estruturas conceituais. As estruturas narrativas, referentes às ações praticadas pelos participantes de uma imagem, subdividem-se em cinco processos: os acionais, os reacionais, os verbais, os mentais e os de conversão. Os processos acionais subdividem-se em transacional, quando há mais de um participante, e não transacional, quando um vetor está direcionado a um participante. Esses processos assemelham-se, na gramática

normativa, a verbos transitivos e intransitivos, respectivamente. Os processos reacionais são aqueles cujo foco está nas reações dos olhares dos participantes, podendo ocorrer de forma transacional e não transacional. Os processos verbais ocorrem por meio de balões que representam as falas dos participantes, ao passo que os processos mentais são realizados por balões que expressam os seus pensamentos. Finalmente, os processos de conversão são realizados por uma cadeia narrativa de processos transacionais.

As estruturas conceituais dizem respeito à essência atemporal de pessoas, objetos ou lugares e são subdivididas em processos classificacionais, analíticos e simbólicos. Nos processos classificacionais, o participante sofre algum tipo de organização taxonômica cujos itens são subordinados e superordenados. Nos processos analíticos, o foco está nas relações de uma parte com um todo. Nos processos simbólicos, os participantes são definidos por sua essência, podendo ocorrer por meio de processos atributivos ou sugestivos. Nos processos atributivos, o atributo normalmente qualifica o participante em termos identitários. Nos processos sugestivos, o participante é representado de forma subjetiva e abstrata.

Os significados interativos podem ser classificados sob quatro facetas: contato visual, distância social, perspectiva e modalidade. No contato visual, a presença ou ausência do contato visual do participante representado com o participante observador podem gerar imagens de demanda e de oferta, respectivamente. A distância social ocorre por meio de planos abertos, médios ou fechados (*close-up*), o que sugere diferentes níveis de interação entre os participantes. Quanto mais longe for a distância, mais afastada é a relação de interação social. A perspectiva diz respeito ao nível de poder que o participante interativo exerce sobre o participante observador. Ângulos frontais demonstram igualdade, ângulos oblíquos demonstram alheamento, ângulos verticais de cima para baixo demonstram a superioridade do participante interativo perante o participante observador e ângulos verticais de baixo para cima demonstram uma relação inversa. Na perspectiva, pode-se também observar a contextualização, que é a presença ou não de imagens de fundo, as quais podem ressaltar tipos hierárquicos. A modalidade, voltada aos diferentes graus de verdade que envolvem uma imagem, pode ser percebida por meio de marcadores, como saturação, modulação de cor, contextualização, representação, profundidade, iluminação e brilho. O aumento ou diminuição de tais marcadores incidem sobre o quão real uma imagem pode ser considerada, podendo ser classificada como naturalista, assemelhando-se ao mundo real, científico-metodológica, na qual predomina a eficiência da imagem, sensorial, relacionada ao prazer, às sensações e emoções, abstrata, relacionada ao que é tido como erudito.

Finalmente, os significados composicionais, os quais integram os significados representativos e interativos, possuem dimensões como o valor da informação, a saliência e o enquadramento. O valor da informação subdivide-se em dado e novo, em que o dado geralmente encontra-se disposto à esquerda e o novo à direita, ideal e real, em que o ideal encontra-se acima e o real encontra-se abaixo da imagem, e centro e margem, em que o centro da imagem é reservado a elementos essenciais e as margens são reservadas a elementos periféricos. A saliência, com função hierárquica e organizadora, está relacionada ao destaque de algum elemento por meio de cores, filtros, dimensões ou perspectivas. Por fim, o enquadramento diz respeito à delimitação de elementos, com função de unir ou separar por meio de linhas e bordas.

A GDV tem contribuído para inúmeros trabalhos acadêmicos que versam sobre a multimodalidade, a qual, segundo Heberle e Morgado (2016, p. 62-63), “considera o uso de diferentes recursos semióticos na criação de sentidos”⁶, permitindo que a Análise de Discurso observe imagens de forma sistemática e crítica. A pesquisa de Dias e Gusso (2016), por exemplo, vale-se da GDV para analisar estratégias de polidez utilizadas em campanhas publicitárias publicadas pelo Ministério da Saúde.

A próxima seção apresentará a metodologia utilizada neste trabalho.

4 METODOLOGIA

Com o objetivo geral de investigar traços da VICCA presentes nas imagens e na tessitura discursivo-textual do jogo digital *The Binding of Isaac* (2011), o presente trabalho, com base na fundamentação teórica que advém da interface entre a ACD e a GDV, procurou observar como esta prática social relaciona-se ao texto e às suas práticas discursivas por meio de recursos visuais, da intertextualidade e da interdiscursividade. Para tanto, inicialmente, foram catalogadas as práticas discursivas mais relevantes no jogo, o que resultou em oito categorias: tecnologias de informação e comunicação, mídias audiovisuais, outros jogos digitais, aleatoriedade, biologia, suicídio, religiosidade e discursos do cotidiano familiar envolvendo sexualidade, *bullying*, repressão materna, ausência paterna e costumes e credences na infância.

Inspirado no jogo clássico *The Legend of Zelda* (1986), *The Binding of Isaac* (2011) é um jogo digital independente, estilo plataforma, do tipo *roguelike* (gênero masmorra), criado por Edmund McMillen e Florian Himsl. Lançado originalmente para PC, MacOS e Linux, o jogo, atualmente, está presente em consoles como o Playstation 4, o Xbox One e o Nintendo Switch. Jogos do tipo *roguelike* (2020), um subgênero dos jogos de RPG, são caracterizados por seu alto teor de fantasia, pela forma aleatória com que itens e inimigos aparecem na tela e pela morte constante de suas personagens. Com mais de três milhões de cópias vendidas, o jogo recebeu críticas bastante favoráveis e ganhou algumas atualizações como as DLCs⁷ *Rebirth* (2014), *Afterbirth* (2015) e *Afterbirth+* (2017). Além do jogo digital, a franquia também recebeu um jogo de cartas intitulado *The Binding of Isaac: Four Souls* (2018). Segundo a classificação PEGI (*Pan European Game Information*), *The Binding of Isaac* (2011) é recomendado para maiores de 16 anos, uma vez que, apesar de gráficos que lembram um desenho animado, contém cenas de violência moderada e uso de drogas ilícitas.

No jogo, de acordo com o site *The Binding of Isaac Rebirth Wiki* (2019), há cerca de 196 itens que aparecem de forma randômica. Esses itens basicamente atribuem mais força à personagem. Com a chegada das suas atualizações, o número de itens aumentou para 547, assim como o número de inimigos, 197, e o número de chefões e mini-chefões, 72. Dessa forma, a listagem dos itens aqui mencionados, assim como seus monstros, está

⁶ Trecho original: “considers the use of different semiotic resources in meaning-making [...] allows discourse analysts to observe images systematically and critically” (HEBERLE E MORGADO, 2016, p. 62-6).

⁷ O termo DLC significa *downloadable content* em inglês e refere-se ao posterior lançamento de complementos de jogos, comprados separadamente, disponíveis sob a forma de *download* em lojas virtuais de jogos digitais.

longe de pretender dar conta de toda a relação que compõe o jogo. Ao assumir uma postura qualitativa, este trabalho pretende apenas aferir, por meio de alguns itens e monstros, as práticas discursivas mais relevantes presentes no jogo.

A trama do jogo, assim como o seu título, é declaradamente inspirada na passagem bíblica do sacrifício de Isaque, na qual a fé de Abraão é posta à prova após ouvir a voz de Deus ordenando o sacrifício de seu filho Isaque. O enredo do jogo diverge sutilmente da passagem bíblica ao eleger a mãe de Isaac que, após ouvir uma voz ordenando a morte do filho, investe contra ele, munida de uma faca. Isaac, desesperado, encontra abrigo em um porão abaixo da casa e é ali que o jogo ocorre. Suas armas iniciais são suas lágrimas, as quais ele atira contra insetos e os mais variados monstros. Isaac é a personagem principal do jogo, mas, à medida em que se progride, outras personagens, itens e salas vão sendo liberados, como as personagens Magdalene, Cain, Judas ou Azazel, e os inimigos Mega Satan, Hush e Delirium.

Como dito anteriormente, para a LSF, o contexto de cultura diz respeito a questões que envolvem o gênero. O contexto de situação, por sua vez, lida com a situação específica em que um texto ocorre. Dessa forma, todas as características aqui apresentadas podem ser reconhecidas como o contexto de cultura no qual o jogo se insere.

A próxima seção, que também traz a análise, iniciará com a breve descrição do seu contexto de situação.

5 A ANÁLISE

O contexto de situação do jogo *The Binding of Isaac* (2011), no que toca ao seu campo, por meio do *cutscene* inicial, o qual é realizado por imagens em forma de desenho animado e um narrador, apresenta a família de Isaac, composta apenas por ele e sua mãe. Os dois moram em uma pequena casa. Isaac parece ser um garoto alegre que cria desenhos em uma folha de papel, enquanto sua mãe assiste à programação cristã na TV. Tudo parece tranquilo até o dia em que a mãe de Isaac ouve uma voz, provavelmente vinda do céu, dizendo que a alma de Isaac foi corrompida e que ele precisa ser salvo. Sua mãe, então, remove todos os pertences de Isaac que parecem ser maléficos, incluindo seu videogame portátil e as roupas que ele veste. Pela segunda vez, a mãe de Isaac ouve a voz que diz que ele ainda está corrompido. Como consequência, Isaac é trancado em seu quarto para que fique a salvo dos males do mundo. Em uma terceira vez, a voz ordena, como prova de amor e devoção, que Isaac seja sacrificado. Armada com uma faca, a mãe se dirige para o quarto do filho que, ao perceber suas intenções, esconde-se no porão da casa.

No que concerne às relações, a trama do jogo envolve, basicamente, a personagem Isaac que, apesar das variações de personagens com as quais se pode jogar, estas parecem estar atreladas à sua figura, já que o *cutscene* inicial refere-se apenas a ele. Além de Isaac, nota-se que sua mãe também possui um papel de destaque, quer seja no *cutscene* inicial, nos *cutscenes* que ocorrem entre as fases do jogo ou durante o próprio jogo, por meio de itens e monstros que fazem menção direta a ela, como, por exemplo, os itens *Mom's bra* (Sutiã da mãe), *Mom's lipstick* (Batom da mãe) ou os monstros *Mom* (Mãe) e *Mom's heart* (Coração da mãe).

No que diz respeito ao modo, o jogo apresenta vários recursos que veiculam significados, como os visuais, voltados à imagem; os acionais, voltados ao *gameplay*⁸; os sonoros, voltados aos sons e à trilha sonora; e os verbais, contidos nos *cutsscenes* e nos nomes de itens e monstros que surgem ao longo do jogo. Dentre estes, apenas os significados verbais e imagéticos fazem parte da análise aqui realizada.

A figura 1 apresenta a imagem utilizada pela plataforma *Steam*, um *software* de compra de jogos digitais, na veiculação do jogo.



Figura 1 – Cartaz do jogo *The Binding of Isaac* (2011)

Fonte: https://steamcdn-a.akamaihd.net/steam/apps/113200/ss_57c7fb142d6b8f7d38ab62d9f39a055a5b2d4c4c.1920x1080.jpg?t=1447354527

Por meio da figura, nota-se que Isaac, ao centro e destacado pela saliência da iluminação, encontra-se encolhido, chorando e aparentando visível desconforto e vulnerabilidade. A posição fetal em que se encontra, que alude à posição com que bebês ficam no ventre das mães, tem a função de demonstrar que o ambiente em que ele está é inóspito e que Isaac, por meio da linguagem corporal, preferiria estar em um local mais seguro. Os monstros, que ele enfrenta durante o jogo, estão dispostos hierarquicamente mais acima e ao redor dele, cercando-o. A modalidade, responsável pelos diferentes graus de realidade, ocorre, assim como no decorrer do jogo, sob a forma de desenho, o que faz com que se tenha um distanciamento da realidade dos pavores enfrentados por Isaac. Também é possível observar os atributos que definem a personagem principal, como as lágrimas em seus olhos, sua nudez e suas formas bastante arredondadas. A ausência das roupas da personagem pode ser um fator que contribui para a sua posição fetal, como forma de cobrir-se, além de remeter diretamente à violência intrafamiliar por ele sofrida, já que sua mãe foi quem as tirou e o relegou a essa situação degradante.

⁸ *Gameplay*, segundo Souza (2014), é todo o conjunto de ações a serem realizadas pelo jogador, estando elas voltadas a objetivos, desafios, estratégias, escolhas, decisões, ações, regras e consequências.

De acordo com Kress e Van Leeuwen (2006, p. 86), participantes representados por formas circulares ou ovais, diferentemente daqueles representados por formas retangulares, aproximam-se mais do que é natural e orgânico. Além disso, durante uma partida, por exemplo, percebe-se pequenos desenhos, também arredondados, feitos no chão do porão a lápis. Os próprios comandos iniciais que mostram como controlar Isaac são, da mesma forma, desenhados no chão, como pode ser visto na figura 2. As formas arredondadas, assim, possuem a função de estabelecer empatia com o jogador, que, apesar de saber que é apenas um jogo, simpatiza com sua personagem.



Figura 2 – Sala inicial do jogo

Fonte: <https://blog.bestbuy.ca/wp-content/uploads/2017/04/The-Binding-of-Isaac-Afterbirth-7-450x253.jpg>

Após a apresentação do contexto de situação do jogo, suas práticas discursivas mais relevantes foram compiladas, reveladas por meio da intercontextualidade presente nos nomes e formas visuais de itens que a personagem principal adquire ao longo da partida, os quais a tornam mais forte, assim como os nomes e as formas visuais de alguns monstros.

A primeira prática discursiva verificada refere-se a itens que dividem intercontextualidade com as tecnologias da informação e comunicação, como os itens *Technology*, *Technology 2*, *Technology 5* e *Tech X*, que emitem raios ao invés de tiros de lágrimas, e o item *Missing No.* (Número ausente), uma alusão às falhas que ocorrem em sistema digitais, que faz com que os itens a serem obtidos por Isaac sejam trocados por outros.

O discurso que envolve mídias audiovisuais também se faz presente, como nos itens *The Clicker*, um controle remoto que faz com que o jogador possa trocar de personagem, e *The Ludovico Technique*, cuja forma lembra garras metálicas presas a um olho, uma alusão direta ao filme *Laranja Mecânica* (1972), no qual a personagem Alex participa de um experimento fictício chamado Técnica Ludovico.

Além da intertextualidade conceitual compartilhada com o jogo *The Legend of Zelda* (1986), conforme mostra a figura 3, a seguir, o jogo também se vale da intertextualidade com outros jogos clássicos. O item *The Gamekid*, cujo subtítulo é *Temporary pac-man*, transforma Isaac temporariamente em um monstro colorido semelhante à personagem principal do clássico jogo *Pac-man* (1980). Os itens *How to jump* (Como pular), que faz com que Isaac ganhe a habilidade de pular; *Magic mushroom* (Cogumelo mágico), um cogumelo vermelho gigante que faz com que ele cresça; e *Iup!* (Uma vida a mais), que dá a Isaac uma vida extra, são exemplos de uma óbvia intertextualidade, quer seja visual ou verbal, com os jogos da série *Mario Bros* (1983). O item *BomberBoy*, que dá a Isaac cinco bombas a mais, é uma referência direta ao clássico jogo *Bomberman* (1983), assim como o inimigo *Wrath* (Ira), uma cópia quase que *ipsis litteris* do visual da personagem principal do jogo. Os itens *Poke go*, que faz com que surja um inimigo domesticado que destrói outros inimigos, e *Friendly ball*, que permite que inimigos sejam presos em uma bola e posteriormente soltos, são uma clara alusão aos jogos da série *Pokemon* (1996). Finalmente, o item *Mine crafter*, que faz com que surja um barril que pode ser explodido, é uma referência direta ao famoso jogo *Minecraft* (2011), cuja principal característica é a criação de objetos.



Figura 3 – The Legend of Zelda (1983) e The Binding of Isaac (2011)

Fonte: Figura criada a partir da colagem de duas imagens. A imagem da esquerda corresponde ao jogo *The Legend of Zelda* (1983) e a segunda imagem corresponde ao jogo *The Binding of Isaac* (2011). As imagens foram obtidas em: https://gamepedia.cursecdn.com/zelda_gamepedia_en/c/c3/Woodcarvings.png?version=ab46bdd6ffc90448f0e8cf459b0d41e0 e <https://i.ytimg.com/vi/LYO2AqhfWUo/maxresdefault.jpg>, respectivamente.

Por ser um jogo do tipo masmorra, o discurso da aleatoriedade, voltado à superstição e ao misticismo, está presente de várias maneiras, como em itens que possuem a forma de cartas de tarô disponíveis ao longo do jogo, a exemplo da carta do hierofante, que dá a Isaac dois corações azuis; a carta dos amantes, que concede dois corações vermelhos; ou a carta do enforcado, que faz com que Isaac tenha a cabeça separada do corpo e possa flutuar. Há também itens que representam dados de quatro, seis e 20 lados, comuns em jogos físicos de RPG, em que o resultado numérico permite ou impede um jogador de realizar uma ação. No jogo, eles têm a capacidade de modificar inimigos, itens e poderes. Os itens *Dead cat* (Gato morto), que concede a Isaac nove vidas extras; e *Lucky foot* (Pé da sorte), um chaveiro com um pé humano ao invés do célebre pé de coelho, são

referências diretas às superstições populares. Além disso, os signos do zodíaco também estão presentes em itens como *Aries*, que faz com que Isaac obtenha mais velocidade; *Gemini*, no qual um monstrinho raivoso se atrela à cabeça de Isaac por meio de um cordão umbilical; ou *Leo*, que faz com que Isaac obtenha uma juba de leão e possa destruir rochas.

Uma outra prática discursiva relevante é a que se manifesta por meio de itens voltados à biologia, como *E.coli* (Escherichia Coli), uma referência à bactéria encontrada em intestinos humanos, fazendo com que todos os seus inimigos virem cocô; *The common cold* (O resfriado comum), um item com a forma de uma massa de catarro que faz com que Isaac mate seus inimigos por envenenamento; *Glaucoma*, que faz com que os inimigos de Isaac, ao serem atingidos, não o persigam mais; *Stem cells* (Células tronco), que presenteia Isaac com um coração a mais; *Magic Scab*, uma casca de ferida mágica que aumenta a probabilidade de surgirem melhores itens⁹; *Kidney Stone* (Pedra no rim) que faz com que Isaac solte tiros mais potentes juntamente com os tiros habituais; e *Dr. Fetus*¹⁰, um item com a forma de um feto usando monóculo dentro de um pote de vidro, que faz com que Isaac jogue bombas ao invés de tiros de lágrimas. Além disso, há também pílulas que Isaac encontra ao longo do jogo, como as pílulas *Amnesia*, que impede a visualização do mapa das salas; *Paralysis*, que faz com que Isaac fique paralisado por alguns segundos; *Bad Trip*¹¹ (Viagem ruim), que faz com que Isaac perca um coração, ou *Explosive diarrhea*, que faz com ele solte uma sequência simultânea de bombas.

O discurso sobre suicídio pode ser percebido no efeito que alguns itens possuem, como *Plan c* (Plano c), que mata todos os inimigos na sala, incluindo Isaac; *Fate* (Destino), com a forma de uma cabeça morta que faz com que Isaac tenha a habilidade de voar; *Guillotine*, que faz com que a cabeça de Isaac seja separada do corpo; *Transcendence*, cujo ícone possui a forma de uma corda de força que faz com que Isaac também voe; e *Kamikaze!*, um item com o formato de bombas atreladas a um relógio que, ao ser acionado, faz com que todos os inimigos sejam mortos e Isaac perca vários corações.

De fato, a intercontextualidade com o discurso religioso é uma das mais presentes no jogo. Há vários livros e bíblias, como *The book of revelations* (o livro das revelações), que concede corações azuis; *The book of secrets* (o livro dos segredos), que mostra salas secretas no mapa, *The book of Shadows* (o livro das sombras), que dá a Isaac invencibilidade temporária; *The book of Sins* (o livro dos pecados), que faz com que itens aleatórios apareçam, *The bible* (a bíblia), que faz com que Isaac possa voar temporariamente; *The satanic bible* (a bíblia satânica), que concede corações pretos; ou o *Necronomicon*, famoso livro fictício de bruxarias criado pelo escritor H. P. Lovecraft, que dá a Isaac força para matar todos os inimigos de uma só vez.

⁹ Este item também está voltado ao discurso da aleatoriedade, já que aumenta a probabilidade de itens melhores surgirem. De fato, por ser um jogo baseado na aleatoriedade, todos os itens que surgem no jogo podem ser compreendidos a partir desse discurso.

¹⁰ Este item em particular é uma referência direta ao inimigo do jogo *Super Meatboy* (2010), desenvolvido pelos mesmos produtores de *The Binding of Isaac* (2011).

¹¹ Este item também traz uma referência direta ao termo usado para descrever o efeito desagradável de drogas ilícitas, como a heroína e o LSD.

Há itens claramente inspirados no cristianismo, como *Habit*, com a forma de um hábito de freira; *Blood of the martyr* (Sangue do mártir), que se assemelha a uma coroa de espinhos; *Ceremonial robe* (Manto cerimonial), que faz com que Isaac ganhe três corações negros; e os itens *Holy Grail* (Santo Graal), *Holy mantle* (Manto sagrado) e *Holy water* (Água benta), que dão proteção e força à Isaac, assim como o item *Mitre*, um tipo de coroa comum no catolicismo, utilizada por líderes religiosos.

Já outros itens fazem referência ao discurso satânico, como *Ouija board* (Tábua de Ouija), que faz com que Isaac seja capaz de lançar tiros que atravessam rochas; *The pact* (O pacto), cujo ícone lembra a forma de um documento manchado de sangue; ou *Goat head* (Cabeça de bode), que faz com que a probabilidade de salas demoníacas e salas do anjo apareçam, uma clara alusão a um pacto satânico em prol de um benefício, já que essas salas geralmente contêm itens poderosos.

Dentre alguns inimigos enfrentados por Isaac, estão monstros cujos nomes remetem aos sete pecados capitais, *Envy* (Inveja), *Gluttony* (Gula), *Wrath* (Ira), *Pride* (Soberba), *Lust* (Luxúria), *Greed* (Avaréza) e *Sloth* (Preguiça); aos anjos *Uriel* e *Gabriel*; inimigos que aludem à figura do diabo, como *The dark one* (o obscuro), *The adversary* (o adversário), *The fallen* (o caído), *Big Horn* (Chifre grande) e *Little Horn* (Chifre pequeno); aos quatro cavaleiros do apocalipse: *Death* (Morte), *War* (Guerra), *Pestilence* (Peste) e *Famine* (Fome); e inimigos que se valem da referência direta com o diabo, como *Satan* e *Mega Satan*.

O discurso sobre o cotidiano familiar presente no jogo pode funcionar como uma categoria maior que abriga outras intercontextualidades, como a que envolve o discurso da sexualidade, revelado por itens que dão mais poder a Isaac, como *Mom's Pearls* (Colar de pérolas da mãe), *Mom's heels* (Salto alto da mãe), *Mom's lipstick* (Batom da mãe), *Mom's underwear* (Roupas íntimas da mãe), *Mom's perfume* (Perfume da mãe), *Mom's wig* (Peruca da mãe) e *Mr. Dolly* (Senhor boneca), que, apesar de incluir o pronome de tratamento *mister*, tem a forma de uma boneca, comumente tida como um brinquedo de meninas. Ao apanhar esses itens de vestimenta, Isaac literalmente traveste-se com eles. O fato desses itens tornarem Isaac mais forte talvez esteja relacionado ao seu empoderamento e à sua liberdade identitário-sexual. O item *Fruit cake* (bolo de frutas), por exemplo, que remete ao termo anglófono pejorativo para *gays*, referindo-se, aqui, ao discurso de *bullying*, faz com que Isaac fique mais forte ao lançar tiros de efeito randômico, assim como itens que remetem ao símbolo do arco-íris, como *Rainbow tears* (Lágrimas de arco-íris), *Rainbow effects* (Efeitos de arco-íris) e *Rainbow Baby* (Bebê arco-íris).

Algumas imagens contendo um tipo de discurso que envolve o *bullying* também podem ser percebidas nos *cutscenes* que ocorrem entre as fases do jogo. Na figura 4, a seguir, é possível ver, na imagem à esquerda, crianças defecando em Isaac, enquanto, na imagem à direita, uma criança ri de Isaac por ele estar usando uma peruca. É importante destacar que esses *cutscenes* são realizados por meio de processos mentais, ressaltando, de forma psicológica, as lembranças que Isaac guarda de situações sociais.



Figura 4 – Bullying em cutscenes

Fonte: Colagem de dois *cutscenes* que ocorrem entre as fases, feita a partir da captura de imagens durante um *gameplay*.

O discurso que revela a mãe de Isaac como uma figura perturbada e repressora pode ser percebido nos itens *Wooden spoon* (Colher de pau) e *Belt* (Cinto), que fazem com que Isaac ganhe mais velocidade. Com base no efeito desses itens, pode-se inferir que sua mãe geralmente os utiliza para repreendê-lo e que é preciso, então, correr. O item *Mom's Bra* (Sutiã da mãe) que, quando acionado, faz com que apareça a figura de uma mulher repulsiva usando um sutiã, permite que todos os inimigos da sala tenham medo de Isaac. Outros itens também estão relacionados à mãe de Isaac e, conseqüentemente, podem ser compreendidos como seus atributos identitários, como *Mom's knife* (Faca da mãe), *Mom's shovel* (Pá da mãe), *Mom's eyeshadow* (Delineador da mãe), *Mom's key* (Chave da mãe) e *Mom's bottle of pills* (Frasco de pílulas da mãe), um dispensador de pílulas com efeito randômico. Além disso, os monstros *Mom*, uma perna gigante de salto alto, e *Mom's Heart*, um coração gigante que solta tiros, *Mom's hand* (Mão da mãe) e *Mom's dead hand* (Mão morta da mãe) são referências diretas à mãe de Isaac que reafirmam quão demoníaca é a sua representação.

Alguns *cutscenes* que ocorrem entre as fases do jogo também representam a mãe de Isaac praticando atos explícitos de violência intrafamiliar. Na figura 5, a seguir, em que são destacadas duas imagens realizadas por processos mentais, percebe-se, nas imagens acima, que a sua mãe o presenteia com fezes. Nas imagens abaixo, pode-se ver Isaac sendo afastado ao tentar abraçá-la.

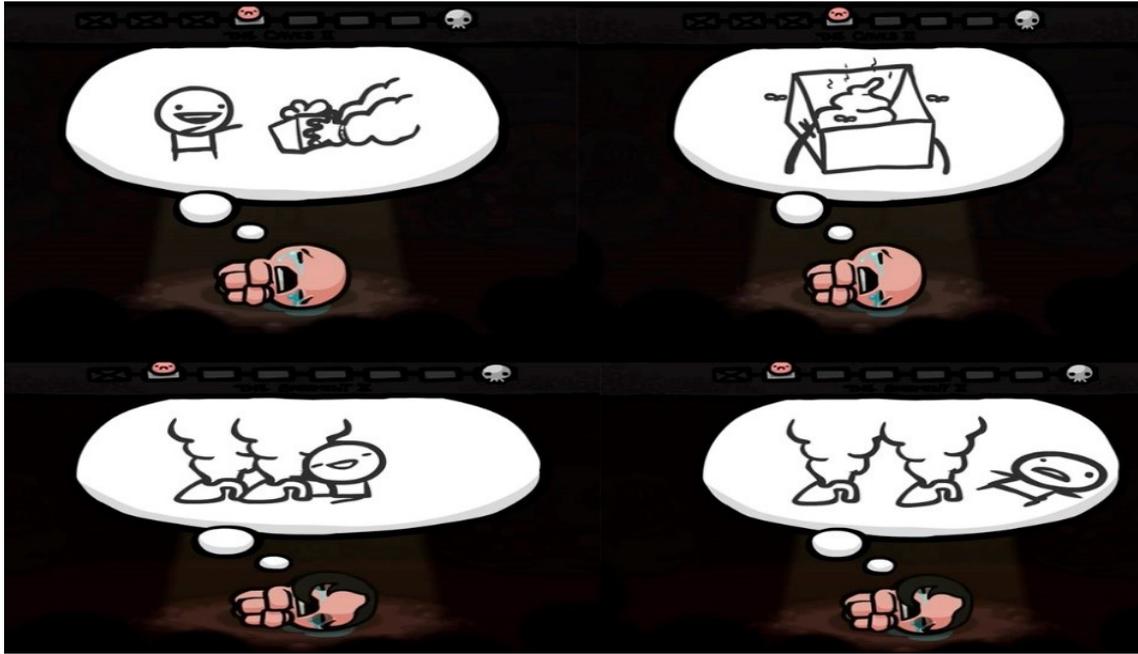


Figura 5 – Violência praticada pela mãe em cutscenes

Fonte: Colagem de dois cutscenes que ocorrem entre as fases, feita a partir da captura de imagens durante um gameplay.

O discurso paterno também pode ser percebido por meio de itens como *Dad's lost coin* (Moeda perdida do pai) ou *Dad's ring* (Aliança do pai). No entanto, os itens que provavelmente parecem revelar mais sobre o pai de Isaac são *Daddy longlegs* (Pernas longas do pai), uma perna esquelética que pisa sobre os inimigos de Isaac, e *Torn photo* (Foto rasgada), um item com a forma de uma fotografia em que Isaac aparece com a mãe, pressupondo-se, pela forma com que as pessoas estão dispostas, que o pai estava presente na parte rasgada da foto. O item *Divorce papers* (Papéis do divórcio) parece afirmar não apenas o discurso paterno, mas também o discurso do pai ausente, já que o pai de Isaac não aparece no cutscene inicial como membro da família. O item *The polaroid*, com o formato de uma antiga fotografia em que Isaac aparece com seu pai e mãe, faz com que, dentre outros benefícios, os danos sofridos por inimigos sejam menores.

Finalmente, um discurso rotulado aqui como costumes e credences infantis, parece revelar mais facetas identitárias de Isaac. Os itens *Guppy's head*, *Tammy's head*, *Rob's rotten head* e *Kricket's head*, que se assemelham a cabeças de animais que tornam Isaac mais forte, parecem remeter ao discurso da perda de animais de estimação na infância. O discurso que envolve o cotidiano infantil também pode ser notado no item *Ipecac*, uma alusão ao xarope de ipeca, comumente utilizado no passado como expectorante. Os itens *Butter bean* (Feijão manteiga), *The bean* (O feijão), *Mega bean* (Mega feijão) e *Black bean* (Feijão preto) fazem com que Isaac emita gases que matam seus inimigos, uma alusão à flatulência causada pela ingestão de feijões. *A lump of coal* (Um punhado de carvão), com o subtítulo, *My xmas presente* (Meu presente de natal), faz referência à credence norte-americana de que crianças que não se comportaram durante o ano ganham um pedaço de carvão de Papai Noel no natal. O item *Apple!*, uma maçã com uma lâmina encravada, com o subtítulo *Trick or treat* (Gostosuras ou travessuras), uma referência ao

Halloween, faz com que Isaac atire lágrimas vermelhas e dentes. *PJs*, com a forma de um pijama de bebê, que pode ser interpretado como alusão a um passado feliz, faz com que Isaac diminua de tamanho e obtenha quatro corações azuis. *Pageant boy*, menção aos concursos de beleza para crianças, faz com que várias moedas apareçam. *The Wiz*, um chapéu coniforme escrito *dunce* (burro), faz referência a um antigo método punitivo utilizado em escolas. O item *My reflection*, com a aparência de um espelho quebrado que faz com que os tiros de Isaac ricocheteiem, e o vilão *Isaac*, cuja aparência é idêntica à da personagem Isaac, são exemplos de um tipo de discurso que envolve a autoaceitação da imagem e talvez estejam relacionados aos medos e construções identitárias criados por Isaac, os quais precisam ser enfrentados para que ele saia da situação em que se encontra.

Por meio dos *cutscenes* e de outros recursos verbais e visuais realizados pelo jogo, pode-se confirmar que a mãe de Isaac é, sem dúvida, a agente da violência intrafamiliar sofrida por ele, a qual realiza, com base em Garbarino *et al* (1986), pelo menos quatro das cinco ações parentais consideradas tóxicas: rejeitar, quando esta impede Isaac de abraçá-la, privando-o de necessidades emocionais; ignorar, quando esta retira todos os seus brinquedos e roupas, privando-o de estímulos; isolar, ao trancá-lo em seu quarto, impedindo-o de ter contato com o mundo exterior; e, como consequência, estimulando-o a corromper-se com comportamentos negativos e antissociais. Pode-se ainda afirmar que o tipo de violência praticada pela mãe é tanto de ordem psicológica, quanto física, uma vez que ela também o persegue com uma faca.

No momento em que Isaac entra no porão, os itens e inimigos a serem obtidos/enfrentados por ele, traços claros de intercontextualidades que revelam práticas discursivas diversas, podem ser compreendidos como consequências da ação parental de aterrorizar, já que, coincidentemente, esses elementos, pertencentes ao seu conhecimento de mundo, possuem uma nítida relação com fatos e experiências por ele vividos. Dentre algumas experiências consideradas positivas e estimulantes, por exemplo, estão a sua relação com as tecnologias de informação e comunicação, com a mídias audiovisuais e com os jogos digitais, que surgem sob a forma de itens poderosos que o auxiliam a derrotar inimigos. Esses itens podem ser encarados como os estímulos e as motivações que possibilitam o seu desenvolvimento infantil. O desenvolvimento da sua sexualidade, percebida por itens obtidos ao longo do jogo, possui a função de empoderar Isaac. A aleatoriedade surge como a ideologia popular de que somos controlados por forças superiores, como os signos do zodíaco, os jogos de azar ou os amuletos da sorte, que protegem as pessoas contra mau agouros e trazem sorte.

Os itens que atestam os comportamentos negativos e antissociais percebidos em Isaac, resultado da violência intrafamiliar realizada por sua mãe, revelam-se por meio dos terrores provocados por ideologias voltadas à religião, sob a forma dos itens e monstros aqui elencados, e à Biologia, como doenças, parasitas e o efeito de certos medicamentos. O suicídio, normalmente tido como uma possível saída de uma situação da qual não se pode escapar, surge como meio de transcender a forma física ou simplesmente subtraí-la, já que os itens que o representam fazem com que Isaac possa voar, causam danos ou até mesmo a sua morte. Os terrores psicológicos provocados pela mãe de Isaac também repercutem na forma com que ele lida com sua autoimagem, com hábitos de sua infância, percebidos pela forma com a qual ele lida com o *bullying*, com a ausência paterna, com certas crenças populares e datas comemorativas comuns à infância.

Os *cutscenes* finais do jogo, ao contrário de jogos em que os vilões são vencidos, são extremamente pessimistas. A maioria deles envolve um baú, em que Isaac encontra itens como uma força e, logo em seguida, suicida-se; em que a mão de sua mãe o puxa para dentro do baú; ou em que sua mãe, ao abrir o baú, encontra a ossada de Isaac, inferindo que ele já tenha morrido há muito tempo. Alguns deles mostram Isaac assumindo a forma de um demônio, a personagem Azazel, e outros apresentam cartazes em que ele é tido como desaparecido. Todos esses finais levam o jogador a crer que Isaac, apesar de derrotar seus inimigos, não conseguiu livrar-se da situação nefasta em que se encontrava. Também leva o jogador a inferir que todo o *gameplay* pode tratar-se apenas de fantasias vividas por ele enquanto está preso no porão à espera da morte.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio deste estudo, que teve como objetivo investigar traços da VICCA no jogo digital *The Binding of Isaac* (2011), utilizando a ACD e a GDV como aporte teórico-metodológico, pode-se verificar que as estruturas multimodais revelaram práticas discursivas, como as relacionadas às tecnologias de informação e comunicação, às mídias audiovisuais, a outros jogos digitais, à aleatoriedade, à biologia, ao tema do suicídio, à religiosidade e aos vários discursos de cunho familiar, os quais envolvem sexualidade, *bullying*, opressão materna, ausência paterna, costumes e credences na infância. Por meio da verificação desses discursos, com base em Garbarino *et al.* (1986), a pesquisa foi capaz de identificar traços consistentes relativos à VICCA como prática social representada no jogo *The Binding of Isaac* (2011). A análise realizada também possibilitou a verificação dos atributos que constroem a personagem Isaac, os quais, por conta da agressão sofrida, manifestam-se psicologicamente de forma distorcida, fruto de convencimentos incutidos por sua mãe. Esses convencimentos, carregados de ideologias, são eficazes na manutenção da relação de poder mantida entre Isaac e sua mãe, fazendo com que ele seja refém das suas vontades e violência.

A escolha pela inserção do tema da VICCA no jogo *The Binding of Isaac* (2011) não poderia ter sido mais assertiva, uma vez que, sendo um veículo não apenas de entretenimento, mas também de comunicação, os jogos digitais podem fazer com que seus jogadores tenham a chance de refletir sobre suas próprias posições discursivas com relação a comportamentos sociais, os quais, por também serem de cunho ideológico, parecem pairar sobre nosso cotidiano de forma naturalizada. Nesse sentido, o jogo serve de alerta e de introdução ao tema da VICCA, o qual ainda precisa ser mais profundamente discutido e abordado em ambientes sociais como o familiar, o escolar, etc.

Por fim, a exemplo de trabalhos como os de Heberle (2016, 2018), aqui citados, corrobora-se a eficácia da união entre a ACD e a GDV na investigação de significados verbais e visuais, os quais, por meio do texto, podem revelar discursos e ideologias despercebidas em nossas práticas cotidianas.

REFERÊNCIAS

- ABRANCHES, C. D.; ASSIS, S. G. A (in)visibilidade da violência psicológica na infância e adolescência no contexto familiar. *Cadernos de Saúde Pública* (ENSP. Impresso), v. 27, p. 843-854, 2011.
- BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*: promulgada em 5 de outubro de 1988.
- BRASIL. *Estatuto da criança e do adolescente*: Lei federal nº 8069, de 13 de julho de 1990. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 2002.
- BRASSARD, M. R.; HART, S. N.; HARDY, D. B. The psychological maltreatment rating scales. *Child Abuse & Neglect*, n. 6, v. 17, 1993, p. 715-729.
- CAMPOS, J. G. S.; BARROS, D. E. C. Estados paradoxais das ordens do ver e do dizer: a identidade da mulher brasileira em uma propaganda institucional de homenagem ao dia internacional da mulher. *Linguagem em (Dis)curso*, Tubarão, v. 14, n. 1, p. 159-176, jan./abr. 2014.
- CHOULIARAKI, L.; FAIRCLOUGH, N. *Discourse in late modernity: rethinking Critical Discourse Analysis*. Edinbourg: Edinbourg University, 1999.
- Dias, L. S.; A. M. “Do you need to know the person to donate?” facework strategies in Brazilian blood donation campaigns: a multimodal analysis. *Linguagem em (Dis)curso*, Tubarão, SC, v. 16, n. 3, p. 401-419, set./dez. 2016.
- EGENFELDT-NIELSEM, S.; SMITH, J.H.; TOSCA, S. P. *Understanding videogames: the essential introduction*. Nova Iorque e Londres: Routledge, 2008.
- FAIRCLOUGH, N. *Analysing discourse: textual analysis for social research*. London: Routledge, 2003.
- FAIRCLOUGH, N. *Critical discourse analysis: the critical study of language*. 2nd ed. Londres e Nova Iorque: Routledge, 2010.
- FAIRCLOUGH, N. Análise crítica do discurso como método em pesquisa social científica. Tradução de Iran Ferreira de Melo. *Linha d'Água*, n. 25, v. 2, p. 307-329, 2012.
- FUZER, C.; CABRAL, S. R. S. *Introdução à Gramática Sistemico-Funcional em língua portuguesa*. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2014.
- GARBARINO J.; GUTTAMANN, E.; SEELEY, J. W. *The psychologically battery child*. San Francisco: Jossey-Bass Publishers, 1986.
- HAAG, C. R.; FRAGA, D.; SILVA, L. C.; LACERDA, Giovane Dantas. O jogo digital como um “hipergênero”. *Revista Letra Magna*, São Paulo, v. 2, n. 3, p. 1-13, 2005.
- HALLIDAY, M.A.K; HASAN, R. *Language, context, and text: aspects of language in a social-semiotic perspective*. Oxford: Oxford University Press, 1989.
- HALLIDAY, M. A. K. *An Introduction to Functional Grammar*. 2. ed. London: Edward Arnold, 1994.
- HALLIDAY, M. A. K.; MATTHIESSEN, C. M. I. M. *An introduction to functional grammar*. 3. ed. Londres: Arnold, 2004.
- HALLIDAY, M. A. K.; MATTHIESSEN, C. M. I. M. *Halliday's introduction to functional grammar*. 4. ed. London: Arnold, 2014.
- HEBERLE, V. M.; MORGADO, M. Discussing the representation of immigrants: An integrated view from SFL, CDA and Multimodality. *International Journal of Language Studies*, Raleigh, CN, v. 10, n. 2, p. 57-78, 2016.
- HEBERLE, V. M. Apontamentos sobre linguística sistemico-funcional, contexto de situação e transitividade com exemplos de livros de literatura infantil. *DELTA*, São Paulo, v. 34, n. 1, p. 81-112, 2018.
- LEAL, A. A. Representações semióticas no gênero reportagem em revistas portuguesas. *Linguagem em (Dis)curso*, Tubarão, SC, v. 18, n. 2, p. 341-357, maio/ago. 2018.
- OTERO, J. *The Binding of Isaac Afterbirth+ Review*. Mar. 2017. Disponível em: <https://www.ign.com/articles/2017/03/17/the-binding-of-isaac-afterbirth-review>. Acesso em: 22 mar. 2019.
- MAINGUENEAU, D. Hipergênero, gênero e internet. In: MAINGUENEAU, D. (Org.). *Doze conceitos em Análise do Discurso*. São Paulo: Parábola Editorial, 2010. p. 129-138.
- MEURER, J. L. Gêneros textuais na análise crítica de Fairclough. In: MEURER, J. L.; BONINI, A.; MOTTA-ROTH, D. (Org.). *Gêneros: teorias, métodos, debates*. 2. ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2007. p. 81-106.
- MEURER, J. L. Ampliando a noção de contexto na lingüística sistemico-funcional e na análise crítica do discurso. *Linguagem em (Dis)curso - LemD*, Tubarão, v. 4, n. esp, p. 133-157, 2004.
- RODRIGUES, Johwyson da Silva. Violência intrafamiliar contra crianças e adolescentes: intercontextualidade de significados verbais e imagéticos. *Linguagem em (Dis)curso - LemD*, Tubarão, SC, v. 20, n. 3, p. 431-450, set./dez. 2020.

- MORALIS, R. L. G. L.; RODRIGUES, V. P.; MACHADO, J. C.; ROCHA, E. N.; VILELA, A. B. A.; SALES, Z. N. Violência intrafamiliar contra crianças no contexto da saúde da família. *Rev. Enferm. UFPE*, Recife, n. 10, v. 5, p. 1645-53, 2016.
- O'HAGAN, K. P. Emotional and psychological abuse: problems of definition. *Child Abuse & Neglect*, n. 4, v. 19, 1995, p. 449-461.
- OLIVEIRA, K. C.; PIMENTA, S. M. O. O racismo nos anúncios de emprego do século XX. *Linguagem em (Dis)curso*, Tubarão, SC, v. 16, n. 3, p. 381-399, set./dez. 2016.
- RAMALHO, V.; RESENDE, V. M. *Análise de discurso (para a) crítica: O texto como material de pesquisa*. São Paulo: Pontes Editores, 2011.
- RAMOS, M. L. C. O.; SILVA, A. L. Estudo sobre a violência doméstica contra a criança em unidades básicas de saúde do município de São Paulo - Brasil. *Saúde e Sociedade (USP. Impresso)*, v. 20, p. 136-146, 2011.
- REZENDE, B. R. M. P. R. *Hipergênero e sistema de hipergenericidade: análise do funcionamento discursivo do Facebook*. 2018. 69f. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Programa de Pós-graduação em Estudos Linguísticos, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2018.
- RESENDE, V. M.; GOMES, M. C. A. Representação da situação de rua no jornalismo eletrônico em textos verbo-visuais – a violência em discurso no Correio Braziliense (2011-2013). *Linguagem em (Dis)curso*, Tubarão, SC, v. 18, n. 1, p. 165-191, jan./abr. 2018.
- ROGUELIKE. In: Wikipédia: a enciclopédia livre. Disponível em: <<https://pt.wikipedia.org/wiki/Roguelike> > Acesso em: 5 jun. 2020.
- SILVA, E. R.; GONCALVES, C. A. Possibilidades de incorporação da análise crítica do discurso de Norman Fairclough no estudo das organizações. *Cadernos EBAPE.BR (FGV)*, v. 15, p. 1-20, 2017.
- SOUZA, R. V. F. O conceito de “gameplay experience” aplicado à localização de games. In: ALTHOFF, G. Dossiê – Localização de games: um olhar interdisciplinar. *Scientia Traductionis*. Florianópolis, Santa Catarina, v. 15, 2014.

JOGOS, MÍDIAS E SITES CITADOS

- BOMBERMAN. Japão: Hudson Soft, 1983. Arcade, NES.
- GAMEPEDIA. The binding of Isaac Rebirth Wiki. 2019. Disponível em: https://bindingofisaacrebirth.gamepedia.com/Binding_of_Isaac:_Rebirth_Wiki. Acesso em: 05 fev. 2019.
- LARANJA Mecânica. Reino Unido: Colúmbia-Warner, 1972. TV, TV a cabo, *Streaming*.
- MARIO Bros. Japão: Nintendo, 1983. NES
- MINECRAFT. Mojang AB, 2011. PC, Mac OS, Linux, Nintendo Switch, PS4, Xbox one.
- PAC-MAN. Japão: Namco, 1980. Arcade, NES, Atari.
- POKEMON. Japão: Nintendo, 1996. Game Boy.
- SUPER Meatboy. EUA: Team Meat, 2010. PC.
- THE BINDING of Isaac. EUA: Edmund McMillen e Headup Games, 2011. PC, MacOS, Linux.
- THE BINDING of Isaac: Rebirth. EUA: Edmund McMillen e Headup Games, 2014. PC, MacOS, Linux, PS4, Xbox one, Nintendo Switch.
- THE BINDING of Isaac: Afterbirth. EUA: Edmund McMillen e Headup Games, 2015. PC, MacOS, Linux, PS4, Xbox one, Nintendo Switch.
- THE BINDING of Isaac: Afterbirth +. EUA: Edmund McMillen e Headup Games, 2017. PC, MacOS, Linux, PS4, Xbox one, Nintendo Switch.
- THE BINDING of Isaac: Four Souls. EUA: Edmund McMillen e Kickstarter, 2018. Tabuleiro.
- THE LEGEND of Zelda. Japão: Nintendo, 1986. NES.
- TOMB Raider. EUA: Eidos Interactive, 1996. PS1.



Este texto está licenciado com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1982-4017-200303-4619>

Recebido em: 19/05/19 | Aprovado em: 26/08/20

“CONHECE AQUELA DO DELEGADO?”: PIADAS SOBRE OS HOMENS DA LEI NO JORNAL SANTUARIO DA TRINDADE (1922-1931)

“Do you Know that one about the Police Chief?": Jokes about Men of Law in the Newspaper Santuario da Trindade (1922-1931)	“¿Sabes aquella del delegado?": bromas sobre hombres de derecho en el periódico Santuario da Trindade (1922-1931)
---	---

Andréia Márcia de Castro Galvão*

Universidade do Minho, Programa Doutoral em Modernidades Comparadas:
Literaturas, Artes e Culturas, Campus Gualtar, Braga, Portugal

Eliézer Cardoso de Oliveira**

Universidade Estadual de Goiás, Mestrado Interdisciplinar em
Território e Expressões Culturais do Cerrado, Anápolis, GO, Brasil

Resumo: O artigo analisa a representação sobre autoridades policiais e jurídicas em Goiás, nas primeiras décadas do século XX, por meio de anedotas presentes no jornal católico *Santuário da Trindade*, em circulação de 1922 a 1931. Alguns subsídios teóricos oferecidos por Mikhail Bakhtin, como a ideia de *carnevalização do mundo e realismo grotesco*, são essenciais para pensar o humor presente nesse jornal, uma vez que tais anedotas ridicularizavam a atuação da força policial, demonstrando o que o autor caracterizou como a irreverência da cultura popular em relação às instituições sérias. Nesse sentido, essas piadas são percebidas como produções discursivas das camadas populares goianas, e passíveis de variadas interpretações: podem ser compreendidas não apenas como instrumentos de humor, grande amenizador das tensões cotidianas, mas também como expoentes de uma mentalidade coletiva, revelando certos modos de pensar da cultura sertaneja em relação à atuação jurídica e policial em Goiás.

Palavras-chave: Cultura popular. Jornal *Santuário da Trindade*. Bakhtin. Atuação policial. Anedotas.

Abstract: The paper analyzes the representation of police and juridical authorities in Goiás, Brazil during the first decades of the twentieth century through anecdotes presented in the Catholic newspaper *Santuário da Trindade*, which circulated from 1922 to 1931. Some theoretical notions offered by Mikhail Bakhtin, such as the ideas of “world carnivalization” and “grotesque realism”, are essential to ponder on the humor present in this newspaper, since those anecdotes mocked the police force's action, demonstrating what the author characterized as the irreverence of the popular culture in relation to serious institutions. In this sense, those jokes are discursive productions from the popular order of Goiás and they are susceptible to assorted interpretations. That is to say they can be understood not only as instruments of humor – a great way to ease up daily tensions – but also as exponents of a collective mentality, which reveals certain ways of thinking of the country culture regarding the juridical and police actions in Goiás.

Keywords: Popular culture. *Santuário da Trindade* newspaper. Bakhtin. Police action. Anecdotes.

* Mestre em Ciências Sociais e Humanidade pelo Mestrado Interdisciplinar em Território e Expressões Culturais no Cerrado da Universidade Estadual de Goiás – Anápolis. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3454-6709>; E-mail: oidegas@gmail.com.

** Doutor em Sociologia pela Universidade de Brasília. Professor da Graduação em História e do Mestrado interdisciplinar em Território e Expressões Culturais do Cerrado. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7763-7454>. E-mail: ezi@uol.com.br.

Resumen: El artículo analiza la representación sobre autoridades policiales y jurídicas en Goiás, en las primeras décadas del siglo XX, por medio de bromas presentes en el periódico católico *Santuário da Trindade*, en circulación de 1922 hacia 1931. Algunos subsidios teóricos ofrecidos por Mijail Bajtín, como la idea de *carnavalización del mundo y realismo grotesco*, son esenciales para pensar el humor presente en ese periódico, pues tales bromas ridiculizaban la actuación de la fuerza policial, demostrando lo que el autor caracterizó como irreverencia de la cultura popular con relación a instituciones serias. Al respecto, esas bromas son percibidas como producciones discursivas de los estratos populares de Goiás, y susceptible de variadas interpretaciones: pueden ser comprendidas no apenas como instrumentos de humor, gran amenizador de las tensiones cotidianas, también como exponentes de una mentalidad colectiva, revelando ciertos modos de pensar de la cultura *sertaneja* con relación a actuación jurídica y policial en Goiás.

Palabras clave: Cultura popular. Periódico *Santuário da Trindade*. Bajtín. Actuación policial. Bromas.

1 INTRODUÇÃO

Geraldo Policiano Nogueira (1918-1993), conhecido popularmente como *Geraldinho*, foi um contador de *causos* muito conhecido em Goiás. Com uma linguagem tipicamente caipira, Geraldinho tornou-se um verdadeiro símbolo cultural, participando na década de 1980 de programas televisivos, radiofônicos e shows de teatro. Em uma de suas famosas histórias, o *Causo do soldado*, Geraldinho relata suas desventuras, quando ele e um grupo de amigos, reunidos em um bar, são vítimas da violência e truculência da polícia goiana, levando-o a afirmar “eu nunca fui de combinar com o tal soldado não”. A aversão de Geraldinho aos policiais não é algo isolado, mas uma presença constante nas representações da cultura popular goiana. Nesse sentido, muitos outros exemplos poderiam ser citados, como aquele do conto *A enxada*, do escritor Bernardo Élis, no qual a polícia representava desconfiança e temor aos olhos da personagem: “Soldado para ela tinha parte com o Sujo. Era uma nação de gente que metia medo pela ruindade. Soldado não podia ser filho de Deus” (ÉLIS, 2003, p. 93).

Tal representação negativa dos policiais na cultura popular pode ser explicada, ao menos em parte, pelo modo autoritário e violento com que foi constituído o aparelho repressivo em Goiás. A polícia e os coletores de impostos representavam o lado mais visível da interferência do Estado na vida privada dos camponeses. Em meio a dificuldades de se operacionalizar a monopolização da violência, a força policial usava uma força bruta desproporcional contra a população. Na luta da polícia contra os jagunços dos coronéis ou contra bandoleiros armados, a população ficava perigosamente em meio ao fogo cruzado, ao ponto de um dos contemporâneos dessas disputas afirmar que “soldados ou paisanos, depois de sua passagem, deixavam a desolação acariciando a face da terra” (XAVIER *apud* PALACIN, 1990, p. 77). Com isso, constituiu-se uma memória coletiva que representou negativamente a polícia no imaginário popular¹.

¹ O imaginário constitui-se num dos temas mais recorrentes nas ciências humanas dos últimos anos. Para os propósitos deste artigo, considerou-se satisfatória a definição proposta por Sandra Pesavento (1995, p. 24): “O imaginário é [...] representação, evocação, simulação, sentido e significado, jogo de espelhos onde o ‘verdadeiro’ e o aparente se mesclam, estranha composição onde a metade visível evoca qualquer coisa de ausente e difícil de perceber”. Essa definição permite compreender a existência de determinadas representações, como a da visão negativa da polícia em Goiás, sem a necessidade de postular sua verdade ou falsidade. O importante é que essa representação imaginária ganhou força suficiente para se tornar um elemento constituinte do que Maurice Halbwachs (2003) denomina *memória coletiva*.

Contudo, a irreverência das camadas populares não ficou passiva diante dos desmandos do aparelho repressivo do Estado. E, nesse sentido, policiais, delegados, militares e juízes passaram a ser alvo de chacotas em inúmeras anedotas² que circulavam entre a população goiana. O objetivo deste artigo é analisar um conjunto de piadas presentes no jornal *Santuário da Trindade* e tomá-las como exemplo do riso irreverente segundo Mikhail Bakhtin.



Figura 1 – Fotografia da primeira página do jornal Santuário de Trindade, edição de 3 de Janeiro de 1925

O *Santuário da Trindade* foi fundado na cidade de Campinas (hoje, bairro de Goiânia) por membros da Congregação do Santíssimo Redentor – os redentoristas³. Ele teve o propósito explícito de fortalecer a fé e combater os inimigos da Igreja Católica, nomeadamente o protestantismo, o espiritismo, o espiritismo e a maçonaria, que vinham cada vez mais ganhando força no estado⁴.

² Não obstante alguns autores importantes, como Freud (1905), façam distinção entre “piada”, “chiste”, “anedota” e “pilhéria”, neste artigo as diversas denominações serão utilizadas indistintamente, todas a denotar uma pequena história, real ou fictícia, que intenciona provocar o riso.

³ Os primeiros redentoristas chegaram em Goiás em 1894 a convite do bispo dom Eduardo Duarte Silva. A vinda de religiosos estrangeiros para o Brasil era um componente importante do que ficou conhecido como “romanização” da Igreja católica.

⁴ Esse propósito combativo do jornal fica evidente, por exemplo, numa matéria exaltando a construção do Monumento do Cristo Redentor, concebido como “a expressão sublime de um esforço heroico em tempo

O jornal circulou de 1º de julho de 1922 a 1º de julho de 1931, primeiramente em publicações quinzenais, e a partir do segundo ano em números semanais, somando um total de 402 edições. Em relação a seu formato, era composto de quatro páginas, cada uma delas dividida em quatro colunas. A primeira matéria era quase sempre escrita por seu diretor e trazia geralmente um assunto de interesse religioso. Era recheado de notícias regionais, nacionais e internacionais; os textos literários normalmente vinham na seção “Leituras Amenas”, onde também se publicava vez por outra a biografia de algum santo ou de personagem religioso. As poucas imagens veiculadas eram, salvo alguma exceção, parte dos anúncios de propaganda, na quarta página. As piadas que se constituíram fonte para a pesquisa estavam presentes numa seção intitulada *Anecdotas*, geralmente na terceira página.

Por veicular textos literários, poesia e a pequena seção de anedotas, constitui um exemplo de jornal que começou a circular a partir do final do século XIX. Sobre essa inovação jornalística, Olavo Bilac (*apud* SALIBA, 2002, p. 38) comenta: “jornal leve e barato, verdadeiro espelho da alma popular, síntese e análise das suas opiniões, das suas aspirações, das suas conquistas, do seu progresso”.

As narrativas humorísticas presentes no jornal *Santuário da Trindade* são materiais riquíssimos de análise, pois abordam de modo irreverente diferentes tipos sociais: médicos, mulheres, maridos, caipiras, agentes da lei (tema deste artigo), dentre outros. As piadas não continham marcas de autoria e nem mesmo identificação de procedência. Entretanto, algumas suposições puderam ser feitas: foram copiadas de outros jornais? É verdade que havia grande circulação de periódicos na época; contudo, somente alguns deles veiculavam anedotas, o que dificultaria (ou mesmo impossibilitaria) sua constante presença na folha em questão. Foram colhidas pelos missionários redentoristas nas andanças pela diocese? Essa ideia, embora interessante, parece também pouco factível, uma vez que a coleta sistemática e a transcrição do grande número de piadas ao longo do tempo veiculadas (recorda-se que cada edição continha de duas a quatro delas) parece incompatível com a falta de tempo ligada às dificuldades e ao excesso de afazeres durante essas viagens. Com efeito, várias vezes foi narrado nos relatórios anuais da Congregação que tempo não havia nem para os trabalhos essenciais e improrrogáveis. Ou ainda, foram retiradas de algum livro de piadas? Essa hipótese parece plausível; entretanto, se se tratasse de uma compilação única (livro, almanaque humorístico etc.), resultaria estranho que uma mesma anedota fosse repetida com algumas palavras diversas, como ocorreu variadas vezes. Ou seja, parece inusitado que em um livro de piadas houvesse piadas repetidas. Como é possível perceber, cada uma das hipóteses levantadas encontra ao menos um argumento que a inviabiliza. Em todo caso, até que esse mistério ganhe uma resposta, todas essas possibilidades – e outras mais – podem ser consideradas minimamente aceitáveis.

Em relação à inserção deliberada de humor no *Santuário da Trindade* na seção *Anecdotas*, acredita-se que tenha representado um atrativo do periódico na medida em

de desanimado, de um protesto de fé no tempo em que o ateísmo [maçonaria] e o protestantismo e o espiritismo uniram suas forças para atacarem a Religião do povo brasileiro.” (SANTUÁRIO DA TRINDADE, 1923, N. 38, p. 1). Da mesma forma que o monumento, o Santuário se via como o símbolo contra as ameaças ao catolicismo brasileiro.

que brincou com as tensões do cotidiano, e “por meio de uma linguagem fluida e jocosa, pode ter contribuído, quer-se supor, para uma derrisão quase que libertadora, ou ao menos, desatadora de alguns nós da existência” (GALVÃO, 2015, p. 70). Sob essa óptica, o interessante das piadas é que elas podem ser concebidas como documentos da cultura e ideologia popular, “são uma espécie de sintoma, [...] relativas a domínios discursivos 'quentes” e, também, são “quase sempre veículo de um discurso proibido, subterrâneo, não oficial” mas que reproduzem discursos que já circulavam de alguma outra forma no cotidiano da população, como assinala Possenti (1998, p. 25-6). O que significa afirmar que, nesse caso, quando policiais, delegados e juízes tornavam-se objeto de galhofa e zombaria, nas anedotas do jornal, isso constituía uma resposta às possíveis situações de conflito e abuso de poder presentes na sociedade da época.

Portanto, considerar as piadas sobre os homens da lei presentes no *Santuário da Trindade* como produções discursivas das camadas populares goianas significa abrir um amplo leque de interpretação, que possibilita compreendê-las não apenas como instrumento de humor, mas também como expoentes de uma mentalidade coletiva, revelando certos modos de pensar da cultura sertaneja em relação à atuação jurídica e policial em Goiás.

2 BAKHTIN E O RISO IRREVERENTE

As teorias sobre o humor e o riso de Mikhail Bakhtin, na obra clássica *A cultura popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de François Rabelais*, de 1965, corroboram a ideia do humor como amenizador das tensões cotidianas. Alguns subsídios teóricos oferecidos pelo autor, como a ideia de *carnevalização do mundo e realismo grotesco*, são essenciais para se pensar o humor presente no jornal *Santuário da Trindade*.

Bakhtin (1999) ressalta a importância do carnaval e do riso para uma compreensão da cultura popular da Idade Média e do Renascimento. O carnaval, dentre outras manifestações consagradas pela tradição, possuía elementos dedicados ao cômico e oferecia uma visão diversa de mundo, do homem e das relações humanas, sob um viés não oficial. As festas oficiais da Igreja e do Estado feudal não criavam uma segunda vida, ao contrário, colaboravam para consagrar a estabilidade, a imutabilidade, fortificar o regime em vigor e suas regras: “hierarquias, valores, normas e tabus religiosos, políticos e morais correntes” (BAKHTIN, 1999, p. 8). Assim, as desigualdades e a hierarquia eram destacadas intencionalmente, e títulos, graus e funções eram apresentados, reservando a cada um seu *lugar de direito*. O carnaval, por sua vez, era a festa do tempo futuro (ainda incompleto), ele libertava temporariamente da verdade dominante e do regime vigente, de todas as “relações hierárquicas, privilégios, regras e tabus” (1999, p. 8). Essa liberação da hierarquia favoreceu a criação de uma linguagem própria da praça pública com vocabulário e gestos específicos, capazes de expressar as formas e símbolos do carnaval, aproximando os indivíduos. Tal linguagem caracteriza-se pela “lógica original das coisas 'ao avesso', 'ao contrário', das permutações constantes do alto e do baixo ('a roda'), da face e do traseiro, e pelas diversas formas de paródias, travestis, degradações, profanações, coroamentos e destronamentos bufões” (1999, p. 10). O riso na festa popular escarnece dos próprios burladores.

Vale lembrar que nas grandes cidades europeias as celebrações carnavalescas poderiam durar três meses por ano. Essa visão carnavalesca marcava de forma indelével o pensamento e a visão de mundo do homem medieval, como por exemplo, impunha-lhe renegar em certa medida sua condição social (“como monge, clérigo ou erudito”) e a ver o mundo sob a óptica cômica e carnavalesca, ressalta o autor. Nesse sentido, também os eclesiásticos, teólogos e sábios etc. permitiam-se certas distrações e muitos deles escreviam tratados cômicos e paródias em latim. Durante o longo período de desenvolvimento da literatura cômica medieval, ela sofreu grandes mudanças em seu gênero e estilística. Essa literatura foi amplamente difundida, chegando às camadas mais elevadas do pensamento culto religioso por meio de manuscritos em que os ritos oficiais da Igreja eram descritos sob um ponto de vista cômico. Igualmente diversificada e rica era a literatura cômica em língua vulgar, na qual predominavam as paródias e travestis laicos que zombavam do “regime feudal e sua epopeia heroica” (BAKHTIN, 1999, p. 13). O autor chama a atenção para o fato de que muitas expressões e palavras injuriosas e ainda grosserias blasfematórias dirigidas às divindades ganharam um tom ambivalente, devido à liberdade vivida no período; elas “degradavam e mortificavam, simultaneamente regeneravam e renovavam” (1999, p. 15). Também os juramentos e as obscenidades, excluídas da linguagem oficial, renovavam-se na linguagem familiar do cômico carnavalesco.

Já o realismo grotesco caracteriza-se, por sua vez, pelo *rebaixamento*, vale dizer, pela transferência ao nível do material e corporal do que é espiritual, ideal, elevado e abstrato. Sobre esse aspecto, Bakhtin (1999) expõe como exemplo as paródias latinas medievais com trechos bíblicos, detalhando os aspectos degradantes, ou ainda o deslocamento ao plano material e corporal dos ritos e cerimônias solenes. Cita a gramática jocosa – muito popular nos ambientes escolares cultos medievais – cujas categorias gramaticais, formas verbais e casos, dentre outros, eram transferidas ao plano corporal e material. O realismo grotesco rebaixa, aproxima da terra e corporifica; o “riso popular que organiza todas as formas do realismo grotesco foi sempre ligado ao baixo material e corporal. O riso degrada e materializa” (1999, p. 18).

Em resumo:

O riso e a visão carnavalesca do mundo, que estão na base do grotesco, destroem a seriedade unilateral e as pretensões de significação incondicional e intemporal e liberam a consciência, o pensamento e a imaginação humana, que ficam assim disponíveis para o desenvolvimento de novas possibilidades. Daí que uma certa “carnavalização” da consciência precede e prepara sempre as grandes transformações, mesmo no domínio científico. (BAKHTIN, 1999, p. 43)

E, embora a obra Bakhtin refira-se a manifestações da cultura cômica popular de um passado relativamente remoto, ela oferece possibilidades para se pensar também sobre temáticas culturais mais recentes. Assim, as teorias que anunciam um mundo sob uma óptica carnavalizada, com a inversão simbólica das hierarquias, a ambivalência do riso, da noção de vida, morte e tempo, presentes na estética do realismo grotesco, são utilizadas neste estudo a fim de tentar compreender o humor e o riso da seção de anedotas do jornal católico *Santuário da Trindade*. Afinal, até mesmo dentro da igreja o riso era permitido em algum momento, como na tradição do *risus paschalis*, prática que persistiu na Europa até o século XVI.

A tradição antiga permitia o riso e as brincadeiras licenciosas no interior da igreja na época da Páscoa. Do alto do púlpito, o padre permitia-se toda espécie de histórias e brincadeiras a fim de obrigar os paroquianos, após um longo jejum e uma longa abstinência, a rir com alegria e esse riso era um *renascimento feliz*. Essas brincadeiras e histórias alegres de tipo carnavalesco referiam-se essencialmente à vida material e corporal. O riso era autorizado, da mesma forma que o eram a carne e a vida sexual (interditas durante o jejum). (BAKHTIN, 1999, p. 68, grifo do autor)

Mesmo reconhecendo certa fluidez entre a cultura popular e a cultura erudita, Bakhtin distinguiu a cultura popular como sendo marcada pela transgressão dos limites, enquanto que aquela oficial era caracterizada pela seriedade. Nesse sentido, os agentes da lei precisavam ser sérios, solenes e sisudos para serem respeitados, assim como os padres e os homens de Estado. A cultura popular, em contrapartida, transformava o sério da cultura oficial em um riso debochado e carnavalesco.

3 A FORÇA PÚBLICA DE GOIÁS NO INÍCIO DO SÉCULO XX

À época da circulação do *Santuário da Trindade* o Brasil ainda vivia uma situação bastante complexa no quesito Força Pública. Em Goiás, por exemplo, ela era composta por poucos homens e, em sua maioria, bastante despreparados. Assim, o número reduzido, o vasto território, os precários meios de transporte e o índice populacional (511.519 pessoas, de acordo com o censo de 1920) eram fatores que tornavam sofríveis as condições de trabalho dos agentes da lei, e mais, a situação era agravada por certa aversão popular a esta profissão.

Sobre a ojeriza da sociedade goiana à polícia, Eliézer C. de Oliveira (2012) relata que esta é uma representação coletiva dos séculos XIX e XX, muito bem apresentada pela literatura regional. Contos e romances de autores importantes como Bernardo Élis e Carmo Bernardes narram passagens que exemplificam e realçam os conflitos entre os policiais e a população. Conflitos marcados pela desconfiança e visão negativa frente aos *representantes da lei*. A memória do povo goiano esteve também permeada por diversos episódios nos quais a polícia mais causava medo e ansiedade do que garantia segurança e tranquilidade. O autor ressalta que a escassa polícia de Goiás teve que conviver – de igual para igual e, às vezes, até em certa desvantagem – com jagunços e bandoleiros contratados por coronéis. Nesse sentido, “procurava-se compensar a quantidade de policiais pela qualidade. Escolhiam-se os policiais mais pela valentia do que pela postura moral” e, muitas vezes, “na briga entre as forças policiais e os grupos particulares armados a população ficava no meio, sendo, na maioria das vezes, espoliada por ambos os lados” (OLIVEIRA, 2012, p. 67).

Consequência dessa atuação policial – marcada por abusos e desmandos – é que ela própria foi responsável por uma sensação de desconfiança e temor na população. Reprimindo e combatendo mais ferozmente os movimentos populares do que os chefes de jagunços, quase nunca se metia em briga de *peixe-grande*, restando aos mais fracos e indefesos os resultados da prestação de serviços da Força Pública.

Ainda segundo Oliveira (2012), as dimensões do território tornavam o *Governo* algo distante e vago que, geralmente, fazia-se efetivamente presente apenas por meio de seus indesejados agentes (policiais, cobradores de impostos, recenseadores, dentre outros) que vinham tirar a população de sua quietude habitual.

Destaca-se que, durante as décadas de 1920/30, três importantes episódios contribuíram para piorar ainda mais a visão negativa e o receio dos sertanejos goianos em relação à Força Pública: a temida Coluna Prestes – os *revoltosos*, como ficaram conhecidos –, que passou por Goiás em 1925 causando alvoroço e desconfiança; a Coluna Caiado, criada na intenção de defender o estado – sobretudo a capital – do assédio da Coluna Prestes; e, por fim, a Revolução Constitucionalista de 1932, a qual (como a Coluna Caiado) valeu-se do recrutamento *voluntário* da população civil a fim de robustecer suas tropas, provocando, como nos outros casos, rebuliço e *fugas para o mato*.

Com efeito, as *Ânuas*⁵ da casa de Campinas de 1925 tecem alguns comentários interessantes sobre a passagem dos *revoltosos*. Narram que após os momentos de tensão vividos pela população, “aos poucos foram todos voltando, quando constou que os rebeldes já estavam em Anápolis. A fuga tornou-se assunto então de risadas e chacotas”. Riu-se da suposta covardia dos fujões, mas talvez, também, tentava-se exorcizar por meio da gozação o medo ainda latente após o recente sufoco. No final, o cronista conclui em tom realista “mas é fácil rir quando o perigo está longe!” (ÂNUAS, 1919-1931, p. 272). A Coluna Caiado, embora tenha utilizado todos os recursos disponíveis na época à caça da Coluna Prestes, não conseguiu encontrá-la. O cronista suspeitava que aquela aguardava que esta desocupasse uma comunidade para, só então, aparecer no local.

Os tais da Coluna Caiado sem instrução militar alguma, tremendo de medo diante dos revoltosos, que eram dados como valorosíssimos, corajosos até ao extremo, muito bem munidos etc, etc. andaram durante dois meses correndo atrás dos revoltosos sem nunca alcança-los porque só chegavam a uma povoação quando de lá se haviam retirado os rebeldes... (ÂNUAS, 1919-1931, p. 270-271).

A complicada realidade vivida pela comunidade civil e militar em Goiás neste período espelhava também o momento delicado da política e da sociedade brasileiras. A população, ao mesmo tempo que sofria os desmandos do Governo, como o recrutamento forçado, abuso do poder policial, impunidade, arbitrariedades administrativas etc., não restava inerte a algumas situações. Oliveira (2012) assinala que muitos grupos populares se formaram a fim de expulsar policiais, delegados ou juízes de suas localidades e que, embora grave, esse tipo de transgressão popular restava geralmente impune, denotando uma força repressora estatal ainda frágil. Dentre outros casos, cita aquele ocorrido em Bonfim em 1921, no qual o juiz de direito da comarca foi deposto e afastado da cidade pelo seu adversário político, apoiado por mais de cem *cavaleiros armados*.

Fica evidente que nem sempre as autoridades policiais cumpriam a contento seus papéis profissionais. Fatores como falta de capacitação, vocação, disposição ou meios adequados para tal foram algumas das razões para essas falhas. O jornal *Santuário da Trindade* ora as exaltava, ora as recriminava, ora, ainda, fazia as duas coisas, segundo as diversas ocasiões.

⁵ Essas cartas/relatórios eram enviadas anualmente pelos superiores da vice-província ao governo provincial na Alemanha. As *Ânuas* começaram a ser traduzidas em 1991 e datilografadas a partir do ano seguinte.

4 HOMENS DA LEI CONDENADOS PELO HUMOR

É possível afirmar que se o mister de delegados, juízes, policiais e advogados não teve muito espaço nas matérias sérias do *Santuário da Trindade*, na seção *Anecdotas*, em contrapartida, ele teve mais visibilidade. Nesse sentido, as piadas cujos alvos são os próprios homens da lei foram relativamente numerosas no jornal, com 48 ocorrências, e os ambientes cotidianos desses personagens – foros, tribunais, casernas, cadeias ou a rua – tornaram-se palco para as situações de troça.

Algumas indagações surgem à mente: como compreender a razão de esses agentes da força policial e judicial – grandes protetores legais da população – terem sido achincalhados com tal frequência e vivacidade nas piadas do jornal em questão? Os representantes da ordem, embora limitados por diversos fatores, como anunciado anteriormente, não deveriam ser respeitados e dignos de admiração, posto que muitas vezes arriscavam suas vidas para proteger a população, no combate à bandidagem? Por que então, ao contrário, eram alvo de chistes, geralmente pesados e insolentes? A hipótese que se apresenta na tentativa de responder tais questões é a do *humor-deboche* ou do *rebaixamento*, corroborada pela teoria do riso carnavalesco de Bakhtin.

Adianta-se que nas anedotas abaixo apresentadas, os agentes da lei foram alvo de tipos sociais que, literariamente, podem ser referidos como anti-heróis, mas que, para expressar uma maior coerência com a teoria do rebaixamento de Bakhtin, serão aqui denominados *heróis baixos*.

Coexistindo em espaços não formais, invariavelmente, não pertencentes à nobreza, embora passem por eles em certos momentos, os heróis baixos são assim classificados por não fazerem parte da alta sociedade, não deterem, a priori, o poder da fala ou desconhecem a escrita. Mesmo os textos publicados em primeira pessoa são atribuições de um narrador à voz desses heróis. [...] Os heróis baixos habitam o humor. Seu discurso, carregado de ironia, é propagado através da comédia, diluído pelo riso, encontrado nos chistes e gracejos que saem de sua boca. (NASCIMENTO NETO, 2014, p. 36)

Os heróis baixos podem assumir, na realidade e na criação estética, diferentes formatos, como a figura do bufão, do palhaço e do malandro. Geralmente não possuem virilidade, poder e dinheiro e precisam valer-se da esperteza para sobreviver no mundo. Numa das piadas, um desses heróis baixos se depara com um juiz, o paradigma da manutenção da ordem social.

No Jury.

O juiz, paternal, ao réo:

– Espero que seja a última vez que o veja neste recinto.

O réo, com interesse:

– Como? Pois V. Excia. pretende aposentar-se?

(SANTUÁRIO DA TRINDADE, 1930, n. 353, p. 3)⁶

⁶ A linguagem das anedotas corresponde ao original da época.

O protagonista da piada assemelha-se à figura do malandro⁷, na sua convicção inabalável de viver uma vida de transgressão. Encarnando um típico “cinismo rabelaisiano” (BAKHTIN, 1999, p. 126), o réu, incorrigível, devolve a leve repreensão do magistrado com uma pergunta irônica sobre sua eventual aposentadoria, já que ele mesmo não pretendia abandonar a *profissão*, não obstante a iminência de ser ulteriormente capturado. É desnecessário asseverar que, obviamente, a população leitora do jornal – imagine seus editores! – era fortemente contrária à prática de crimes e concordasse que seus executores deveriam ser punidos com rigor. Então, possivelmente, o humor da piada não deriva das inferências que o leitor deverá fazer para compreendê-la, ou seja, que o réu está anunciando sub-repticiamente que outros crimes viriam a acontecer, mas sim do deboche do acusado que, em tom propositalmente ingênuo, achincalha ao mesmo tempo o sistema repressor do Estado – declaradamente ineficiente –, e a pessoa do juiz, seu representante imediato.

Acredita-se que a anedota possa ter agradado e feito sentido ao público, porque na *vida real*, e sobretudo no contexto da época, símile resposta seria quase impensável para uma pessoa de bem, exceto se camuflada por piada que diz sem querer dizer e fala por vias reversas. Ou, como sugere a teoria bakhtiniana sobre a inversão carnavalesca: o juiz tornou-se vítima do réu.

O malandro, como a maioria dos heróis baixos populares, se sentia à vontade no mundo da rua ou da praça pública, “o ponto de convergência de tudo que não era oficial” e que “gozava de um direito de ‘extraterritorialidade’ no mundo da ordem e da ideologia oficial” (BAKHTIN, 1999, p. 132). O Tribunal de Júri era o antípoda da praça pública, um lugar altamente hierarquizado, onde as regras de etiqueta e a linguagem formal sufocavam o integrante da cultura popular. Assim, no caso da piada acima transcrita, o malandro, não podendo valer-se dos insultos, dos xingamentos, das gírias, finge aceitar a hierarquização, usando o pronome de tratamento “vossa excelência” para demonstrar uma falsa preocupação com o futuro profissional do juiz.

Além dos magistrados, os militares constituíam outra personalidade antagônica à irreverência da cultura popular. Roberto DaMatta (1997) analisa a representação dos militares na cultura brasileira a partir da figura do *caxias*, termo derivado de um dos mais importantes heróis históricos brasileiros – o Duque de Caxias –, mas que ganhou um sentido crítico entre os populares. O *caxias* expressa

uma outra leitura do mundo, definindo-o por suas regras, leis, decretos, regulamentos, portarias e regimentos, isto é, pela presença nítida e poderosa da totalidade materializada na lei e na regra, em oposição ao mundo individualizado das pessoas (DAMATTA, 1997, p. 264).

A piada seguinte explora o conflito entre o sentimento individual de um atrapalhado sargento e a necessidade de mostrar-se respeitoso ao sistema hierárquico militar.

⁷ Seguindo a metodologia utilizada por Roberto DaMatta (1997, p. 263) em *Carnavais, Malandros e Heróis*, o termo “malandro” é empregado, aqui, como um tipo social e não se reduz ao estereótipo do malandro carioca. Assim, o malandro estaria às margens das regras formais, “fatalmente excluído do mercado de trabalho”, geralmente possui aversão à ética do trabalho e um jeito individualizado de falar e de se vestir.

- No quartel.
– Sargento!
– Prompto, seu capitão.
– Porque castigou o soldado 81?
– Porque o apanhei querendo arremedar V. S. diante da companhia.
– Arremedar-me! Mas que faria esse patife?
– Repetia as vozes de commando, berrando como uma besta!
(SANTUARIO DA TRINDADE, 1931, n. 390, p. 3)

Este chiste trata de um problema interno às escolas militares. Nele, porém, o efeito humorístico decorre de um ato falho do sargento, ou seja, sua fala intencional sofreu uma interferência – que exprimiu sua vontade inconsciente – não intencional. Vale dizer que o competente militar, ao explicar os motivos da punição exemplar feita ao soldado debochado, acabou por debochar, ele mesmo, do superior. O protagonista dessa piada não se parece com o malandro da piada anterior, até porque dificilmente um malandro subiria na hierarquia militar. O sargento lembra mais um parvo, cuja estupidez faz com que a sua determinação em defender a honra do capitão diante dos ultrajes do soldado 81 (esse, sim, um autêntico malandro) acabe por revelar, sem perceber, que concordava com a opinião do soldado segundo a qual o capitão comandava “berrando como uma besta!”.

Nas duas piadas referidas, há uma espécie de inversão da ordem social e hierárquica que coloca os figurões do poder, no caso o juiz e o capitão, à mercê do riso dos mais *fracos*, do *populacho*. É a revanche por meio do bom-humor que os faz escapar, momentaneamente, de suas condições vulneráveis. Esse humor, contudo, parece não visar à mudança social, mas somente a algum tipo de alívio proporcionado pelo divertimento, como sugere Bakhtin (1999).

Em outras duas anedotas, os protagonistas estão numa situação constrangedora, ao serem interrogados pela polícia.

- Na chefatura de policia.
– O réu tem parentes proximos?
– Não, senhor.
– Não disse, ha pouco, que tinha pais e irmãos.
– Mas não estão proximos; vivem em Manaus.
(SANTUARIO DA TRINDADE, 1925, n. 121, p. 4)

PERANTE A POLICIA:

- Commissario da policia: Onde moras?
Preso: Em nenhuma parte.
E o senhor? – pergunta ao companheiro d'esse.
No segundo andar da casa desse. Mas não ha elevador.
(SANTUARIO DA TRINDADE, 1927, n. 234, p. 4)

Como bons malandros, os protagonistas desses dois chistes utilizam a irreverência para tripudiar sobre as autoridades policiais. Assim como os militares, os policiais são vistos geralmente como um tipo que “encarna aquela complexa combinação de seguidor

das leis, competência burocrática, lealdade absoluta, patriotismo honesto e crédulo” (DAMATTA, 1997, p. 269). E vale ressaltar que a conduta policial é também normatizada por um cerceamento do comportamento a partir de símbolos exteriores, como medalhas, uniformes, armas e continências.

Já os malandros se situam num universo marcado pela improvisação e a exteriorização dos sentimentos. No caso dessas anedotas, dominados pelo aparelho coercitivo do Estado, resta aos heróis baixos tentar transformar os policiais em alvos de chacota, realizando, assim, uma pequena vingança: na primeira, o réu brinca com as palavras, finge desconhecer a ambiguidade do termo *próximo*, imputando-lhe apenas um significado relacionado à distância geográfica; e na segunda, os presos enredam o comissário de polícia num paradoxo filosófico, já que não é possível morar num segundo andar de uma casa situada em lugar algum. O preso, em ato insolente, dá o golpe final no comissário ao afirmar que a casa não tinha elevador.

Dentro do complexo contexto goiano do período, a inserção dessas anedotas que tripudiavam sobre os homens da lei deixa claro o poder do humor como uma possível válvula de escape, muito bem utilizada pelos editores do jornal *Santuário da Trindade*. Afinal, debochar do militar, delegado, juiz ou policial era algo que poderia minimizar as agruras dos desmandos cotidianos, é a ideia do “mundo virado de cabeça para baixo”, como descreve Burke (1989, p. 212) em relação ao carnaval popular da Idade Moderna. Assim, assinala-se que o periódico soube utilizar muito bem as anedotas como estratégia discursiva a fim de atrair o público leitor, dando-lhe *pano pra manga* para triunfar – mesmo que somente na fantasia – sobre as autoridades legais.

As piadas, nesse sentido, exibem as mais variadas situações. Apresentam réus que, fazendo-se de desentendidos, dificultam sua identificação, a exemplo também de dois outros chistes acima apresentados.

Na Delegacia:

Juiz: – Qual é o seu estado?

Réo: – Um tanto febril; não pude dormir esta noite toda; mas, em todo caso, agradeço-lhe muito o interesse que se digna ter por minha humilde pessoa.

(SANTUÁRIO DA TRINDADE, 1927, n. 227, p. 3)

Nessa anedota, o recurso de linguagem que produz o efeito humorístico é fonte comum de diversas outras: a polissemia dos vocábulos, nesse caso específico a da palavra *estado*. Supõe-se que, considerados o local e a circunstância, o juiz tenha querido indagar a origem geográfica ou o estado civil do réu, o qual, astuciosamente, toma a pergunta do magistrado em um outro sentido: como uma manifestação de gentileza e preocupação por seu estado de saúde. Caso análogo é o da piada a seguir, na qual o humor deriva da construção de uma frase ambígua. Assim, a advertência do guarda em relação a o vagabundo não poder dormir “num banco d'estes” causou o equívoco de interpretação do sujeito, que responde a seu arguidor como se tivesse ouvido que não deveria dormir ali porque merecia repousar em um lugar melhor que *aquele banco específico*.

Um guarda-civil encontra à noite um vagabundo deitado num banco da Avenida Beira-Mar. Acerca-se d'elle e diz:

- Você não pôde dormir num banco d'estes!
- Eu não sou de luxo! è duro mas serve. Agradeço a attenção.

E o vagabundo estira-se de novo.

(SANTUARIO DA TRINDADE, 1925, n. 133, p. 4)

Nesta abaixo o delinquente escamoteia a realidade procurando se safar das encrencas.

Deante do delegado.

- Você está acusado, de ter roubado o burro.
- Não roubei, não sr. delegado; achei-o.
- Mas não viu no burro as letras B. S. D., indicando o dono delle?
- Vi, por isto mesmo é que o levei para casa. Pensei que aquellas letras queriam dizer: burro sem dono.

(SANTUARIO DA TRINDADE, 1922, n. 8, p. 4)

O jogo humorístico dessa anedota encontra-se na liberdade de leitura que o “acusado” toma diante das iniciais B. S. D., presentes no lombo do burro. De forma dissimulada, alega boa-fé na leitura de tais letras como sendo “burro sem dono”, o que legitimaria seu direito sobre a posse do animal.

Bakhtin (1999, p. 78) destaca que o humor carnavalesco medieval tinha uma função libertadora. Enquanto a violência e a repressão é séria, “o riso não impõe nenhuma interdição, nenhuma restrição”. O riso é uma forma de dominar o medo. Um exemplo é a situação trágica do protagonista na piada seguinte:

Pio voto.

Juiz ao condemnado: – O senhor foi condemnado á morte. Tem ainda um ultimo desejo?

Condemnado: – Sim, senhor juiz, eu desejava muito que o senhor estivesse em meu lugar.

(SANTUARIO DA TRINDADE, 1929, n. 316, p. 3)

O réu, condenado à pena capital, não parece desesperado. Ele simplesmente afirma com polidez – utilizado inclusive a respeitosa expressão *senhor juiz* – que o seu desejo era que seu algoz morresse em seu lugar. A piada desnuda a ironia da situação de oferecer uma falsa benevolência a alguém que foi condenado à morte. Isso remete a uma anedota apresentada por Freud (1905, p. 2003), em seu estudo sobre o chiste, na qual

Um vagabundo que estava sendo levado à execução em uma segunda-feira, comentou: ‘É, a semana está começando otimamente’. Este é efetivamente um chiste, já que o comentário é bem adequado em si mesmo, mas por outro lado está deslocado de uma maneira absurda, já que para o próprio sujeito não haveria eventos ulteriores naquela semana.

Freud afirma que anedotas desse tipo são exemplos da *grandeza do humor*. O fato de o indivíduo ter condições de fazer piada diante de uma situação tão trágica demonstra um relaxamento do espírito diante das tensões. Ao fazer piada perante o infortúnio, os protagonistas dessas duas piadas venceram – ao menos temporariamente – o medo.

Em outro caso, bem distante de uma condenação à morte, o protagonista sente-se tão à vontade ao ponto de partir para a ofensiva, procurando atingir alguma vulnerabilidade física de seu algoz:

Um careca.

Juiz ao reo: Se fôr verdade, mesmo que seja só a metade do que dizem as testemunhas, o snr. deve ter a consciencia mais preta que os cabellos.

– Reo: Sr. Juiz, se julgar a consciencia pelos cabellos, o snr. não terá consciencia alguma.

(SANTUARIO DA TRINDADE, 1924, n. 61, p. 3)

O réu da piada acima se comporta como quem faz sátira, gênero literário muito cultivado na Roma Antiga. Minois (2003, p. 91) definiu a sátira como “uma sabedoria rústica expressa de maneira escarnecedora” que imita para destruir, como faz o protagonista da piada, que destrói o argumento metafórico do infeliz juiz.

Um herói baixo, com uma língua perigosamente ferina, é o bêbado. Na piada a seguir, por exemplo, a situação hilária é consequência da resposta audaciosa de uma testemunha que se apresenta alcoolizada em uma audiência de tribunal. Contudo, aqui, o prévio conhecimento da frase latina é necessário para que a piada atinja seu efeito cômico:

Uma testemunha apresentou-se á audiencia embriagado.

– É assim neste estado que se vem ao tribunal?

– In vino veritas, senhor presidente.

(SANTUARIO DA TRINDADE, 1924, n. 80, p. 4)

No vinho está a verdade, alega a testemunha, concordando com os antigos romanos para os quais certa embriaguez contribuía à soltura da língua e à consequente aparição da verdade. O bêbado desempenha o papel de um bufão, personagem cômico muito importante nas cortes absolutistas europeias. De acordo com Minois (2003, p. 285), “seu papel é expressar a verdade pelo riso, pela derrisão, chamando as coisas pelo seu nome, ou seja, chamando as sublimes ‘razões de estado’ pelo que elas são na verdade: vulgares cálculos de interesse”. O bêbado, como o bufão, situa-se numa linha ambígua, entre a sabedoria e a idiotice, entre a razão e a ignorância. Por isso não respeita os interstícios sociais. Bakhtin (1999, p. 147) destaca que, para Rabelais, o vinho é “símbolo da verdade livre e alegre”, por isso, muito superior ao azeite, “símbolo da sabedoria devota”.

Vale assinalar que o *bêbado* não é um personagem exclusivo da cultura popular, já que as classes altas também não se furtam ao prazer etílico, mas é um personagem tipicamente carnavalesco, uma figura das festas, das feiras e das ruas. Contudo, o protagonista da piada abaixo demonstra desconhecer os limites dessa interdição geográfica da bebedeira.

No quartel.

O tenente, percorrendo o quartel, encontra um soldado em estado de embriaguez completa. Reprehende-o fortemente dizendo: – Estás bebado! é falta grave para um soldado; sabes, qual è a tua pena?

Soldado: – Pena! não tenho pena alguma, antes pelo contrario sinto-me alegre agora como nunca.

(SANTUARIO DA TRINDADE, 1929, n. 301, p. 3)

A característica textual que provoca o efeito humorístico dessa piada (caso semelhante ao de outra anteriormente apresentada) gira em torno da polissemia da palavra *pena*. O soldado transgressor altera o significado discursivo de *pena*, como castigo e punição, proposta pelo tenente, por *pena* no sentido de tristeza e desgosto. A piada explica que a embriaguez é “falta grave para um soldado”, mas teria sido também para patentes mais altas? Fato é que a ação e resposta do soldado servem a realçar certa subversão da ordem. O soldado não tem medo da punição, ao contrário, sequer compreende a ameaça do tenente, pois se sente completamente tomado pela alegria.

Assim, o povo comum, não dispondo de posteriores vias de fuga contra os desmandos e exageros vindos *de cima*, das autoridades, muitas vezes tirou a desforra por meio do escárnio, na *vida real*. E aqui a teoria bakhtiniana alerta para o rebaixamento, o grotesco. Nesse sentido, juízes, policiais, delegados foram *vencidos*, ao menos simbolicamente, pelo prazer do deboche e do riso popular nas piadas do jornal *Santuário da Trindade*. O processo de disciplinarização das práticas e costumes populares pelo Estado encontrou uma resistência direta (motins, sedições, revoltas), mas também uma resistência de caráter discursivo, como é o caso das piadas analisadas neste artigo.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As piadas sobre juízes, delegados, policiais e oficiais graduados do Exército constituem um material raro e rico para estudar a maneira de pensar dos integrantes da cultura popular em relação aos representantes das instituições repressoras da sociedade. O humor, por meio da manipulação da linguagem, subverte as hierarquias e possibilita momentos de prazer aos indivíduos. Assim, as piadas podem ser vistas como uma forma de expressão discursiva que faz uso de uma linguagem condensada, substitutiva e indireta, mascarando um desejo ou expondo verdades que se opõem às pressões sociais.

Diante das autoridades policiais, jurídicas e militares, o indivíduo comum é compelido a ter uma postura subserviente e a utilizar uma linguagem ritualista e formalista: *sim senhor, não senhor, vossa excelência, doutor delegado*. Nas abordagens policiais, nos depoimentos aos delegados e aos juízes, o “homem do povo” é obrigado a contrariar sua prática cotidiana e a seguir os padrões discursivos da cultura oficial, a ser sério em meio a gente e instituições sérias.

Nesse sentido, as piadas sobre as autoridades são mais do que momentos de descontração. A atitude desrespeitosa dos protagonistas das anedotas citadas nesse trabalho torna-se uma revanche simbólica de todas as situações vexatórias que foram obrigados a suportar. As piadas configuram-se na oportunidade de rebaixar o delegado, o juiz, o general, o policial, a uma situação ridícula e vexatória. De deixá-los constrangidos e envergonhados. É uma utopia de inversão social na qual os mais fracos assumem o controle dos ritos sociais.

Tais piadas, desse modo, podem ser consideradas exemplos do riso libertador das camadas populares, presente na teoria de Bakhtin. Esse riso era capaz de fazer com que o indivíduo pudesse “estabelecer relações novas, verdadeiramente humanas, com seus semelhantes” e, o que é muito surpreendente, fazer com que “[a] alienação

desapare[cesse] provisoriamente” (BAKHTIN, 1999, p. 9). Parece que o marxismo de Bakhtin se inspira mais em Groucho Marx⁸ do que em Karl Marx, em sua valorização do riso como libertador das coerções sociais.

O jornal *Santuário da Trindade*, durante quase dez anos de circulação pelas cidades goianas, usou os discursos humorísticos como forma de aproximação com as camadas populares. E, coerente com seus princípios católicos, estimulava seus leitores a serem ordeiros e respeitosos com as autoridades constituídas. Contudo, a seção de piadas era, usando uma terminologia bakhtiniana, um verdadeiro carnaval, onde quase tudo era permitido. Ao contrário das outras páginas do periódico, a parte humorística se tornava o espaço da subversão, da gargalhada e da chacota. Agradava às camadas populares e, supostamente, agradava aos editores do jornal e – quem sabe – uma autoridade que tivesse consciência de que rir de si mesmo pode ser a melhor forma de enfrentar as agruras da vida.

REFERÊNCIAS

- BAKHTIN, M. *A cultura popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de Francois Rabelais*. Brasília: UnB, 1999.
- BURKE, P. *Cultura popular na Idade Moderna*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- DAMATTA, R. *Carnavais, malandros e heróis: para um sociologia do dilema brasileiro*. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.
- ÉLIS, B. A Enxada. In: TELES, G. M. (Org.). *Os melhores contos de Bernardo Élis*. São Paulo: Global, 2003.
- GALVÃO, A. M. C. “Um remédio para a alma”: o risível em Goiás no jornal Santuário da Trindade (1922-1931). 2015. 166 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais e Humanidades) – Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais e Humanidades, Universidade Estadual de Goiás, Anápolis, 2015. Disponível em: http://cdn.ueg.edu.br/source/teccer/conteudo/10606/dissertacao_Andreia.pdf
- FREUD, S. Os chistes e sua relação com o inconsciente. In: FREUD, S. *Obras completas*. v. 8 (1905). p. 1830-2007. Disponível em: <http://lelivros.gratis/book/obras-completas-dr-sigmund-freud/>. Acesso em: 4 mar. 2014.
- HALBWACHS, M. *A memória coletiva*. Trad. Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2003.
- MINOIS, G. *História do riso e do escárnio*. Trad. Maria Elena O. Ortiz Assumpção. São Paulo: Editora UNESP, 2003.
- NASCIMENTO NETO, J. E. *Perambulações de João Grilo: do pícaro lusitano ao malandro brasileiro, as peripécias do(anti-)herói popular*. 2014. 393 f. Tese (Doutorado Interinstitucional (Dinter)) – Programa de Pós-Graduação em Letras, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014. (Convênio com a Universidade do Estado da Bahia).
- OLIVEIRA, E. C. *Chacinas, combates & massacres: medo e violência em Goiás*. Goiânia: PUC-GO e Kelps, 2012.
- PALACIN, L. *Coronelismo no extremo Norte de Goiás*. Goiânia: UFG, São Paulo: Loyola, 1990.
- PESAVENTO, S. Em busca de uma outra história: imaginando o imaginário. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 15, n. 29, p. 9-27, 1995.
- POSSENTI, S. *Os humores da língua: análises linguísticas de piadas*. Campinas, SP: Mercado de Letras, 1998.
- SALIBA, E. T. *Raízes do riso: a representação humorística na história brasileira – da Belle Époque aos primeiros tempos do rádio*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

8 Groucho Marx, nome artístico de Julius Henry (1890-1977), um dos quatro componentes do grupo chamado “Irmãos Marx”, comediantes que fizeram grande sucesso nos Estados Unidos.

FONTES DOCUMENTAIS

ÂNUAS da Vice-Província de São Paulo, v. II (1919-1931).

BRASIL. *Recenseamento de 1920*. Disponível em:

<http://www.seplan.gov.br/sepim/pub/GoDados/2003/demografia.htm>. Acesso em: 23 nov. 2014.

Deante do delegado. *Santuário da Trindade*, n. 8, Campinas, p. 4, 7 out. 1922.

Na chefatura de policia. *Santuário da Trindade*, n. 121, Campinas, p. 4, 22 ago. 1925.

Na delegacia. *Santuário da Trindade*, n. 227, Campinas, p. 3, 22 out. 1927.

No jury. *Santuário da Trindade*, n. 353, Campinas, p. 3, 03 maio 1930.

No quartel. *Santuário da Trindade*, n. 301, Campinas, p. 3, 20 abr. 1929.

No quartel. *Santuário da Trindade*, n. 390, Campinas, p. 3, 28 fev. 1931.

Perante a policia. *Santuário da Trindade*, n. 234, Campinas, p. 4, 10 dez. 1927.

Pio voto. *Santuário da Trindade*, n. 316, Campinas, p. 3, 10 ago. 1929.

Reflexões. *Santuário da Trindade*, n. 38, Campinas, p. 1, 01 dez. 1923.

Um careca. *Santuário da Trindade*, n. 61, Campinas, p. 3, 31 mai. 1924.

Um guarda-civil... *Santuário da Trindade*, n. 133, Campinas, p. 4, 21 nov. 1925.

Uma testemunha... *Santuário da Trindade*, n. 80, Campinas, p. 4, 18 out. 1924



Este texto está licenciado com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1982-4017-200304-7119>

Recebido em: 08/08/19 | Aprovado em: 03/07/20

NOVO ENSINO MÉDIO: DERIVA DE SENTIDOS EM UMA PROPAGANDA TELEVISIVA DO GOVERNO FEDERAL

New High School: Derive of Senses on a TV Advertisement by the Federal Government | *Nueva Enseñanza Secundaria: desviación de sentidos en una propaganda televisiva del Gobierno Federal*

Carlos Fabiano de Souza*

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense, Cabo Frio, RJ, Brasil

Resumo: Este artigo, à luz de um viés discursivo, parte da materialidade linguística presente em sete quadros recortados de um vídeo de propaganda televisiva do *Novo Ensino Médio* pelo Governo Federal para investigar a deriva de sentidos postos em circulação acerca da enunciabilidade inscrita nos discursos sobre trabalho e formação integral. A análise ancora-se na sociologia do discurso do Círculo de Bakhtin, tomando por base especialmente a concepção de material ideológico sógnico (VOLÓCHINOV, 2017 [1929; 1930]), e na AD de base enunciativa, a partir de fundamentos da semântica global proposta por Maingueneau (2008). Os resultados reforçam o efeito de silenciamento (ORLANDI, 2007) que atravessa essa medida do Governo, na qual a educação em nível médio tende a não contemplar a dimensão humana (integral), não concebendo o trabalho em sua dimensão educativa, ontológica, como constitutivo do homem, por meio do qual o indivíduo dá sentido ao mundo em que vive.

Palavras-chave: Trabalho. Formação integral. Ensino médio. Sociologia do discurso. Análise do discurso.

Abstract: In the light of a discursive perspective, this study focuses on the linguistic materiality depicted in seven frames excerpted from a TV advertisement video of the *New High School* by the Federal Government, aiming to investigate the derive of senses that circulate on the inscribed enunciability in discourses about work and integral education. Our analysis finds support in the sociology of discourse presented by the Bakhtin Circle, specifically the conception of ideological sign (VOLÓCHINOV, 2017 [1929, 1930]) and the Enunciative Discourse Analysis based on the principles of global semantics brought by Maingueneau (2008). The results reinforce the effect of silence (ORLANDI, 2007) that is in this governmental measure. The high school education tends not to contemplate the (integral) human dimension, as well as it does not take in consideration the work, a constitutive matter of men, in its educative, ontological dimension, since it is through it the individual gives sense to his world.

Keywords: Work. Integral education. High School. Sociology of discourse. Discourse Analysis.

Resumen: Bajo la luz de un sesgo discursivo, este artículo parte de la materialidad lingüística presente en siete cuadros cortados de un vídeo de propaganda televisiva de la *Nueva Enseñanza Secundaria* por el Gobierno Federal para investigar la desviación de sentidos puestos en circulación acerca de los enunciados inscritos en los discursos sobre trabajo y formación integral. El análisis se basa en la sociología del discurso del Círculo de Bajtín, tomando-se por base especialmente la concepción de material ideológico sógnico (VOLÓCHINOV, 2017 [1929; 1930]), y en el AD de base enunciativo, desde fundamentos da semântica global proposta por Maingueneau (2008). Los resultados refuerzan el efecto de silenciamento

* Doutorando no Programa de Pós-graduação em Estudos de Linguagem da Universidade Federal Fluminense (UFF). Professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense (IFFluminense) Campus Cabo Frio, RJ. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6101-9950>. E-mail: carlosfabiano.teacher@gmail.com.

(ORLANDI, 2007) que atraviesa esa medida del Gobierno, en que la educación de nivel secundario tiende a no contemplar la dimensión humana (integral), no concibiendo el trabajo en su dimensión educativa, ontológica, como constitutivo del hombre, por medio del cual el individuo da sentido al mundo en el que vive.

Palabras clave: Trabajo. Formación integral. Enseñanza secundaria. Sociología del discurso. Análisis del discurso.

1 INTRODUÇÃO

Em face de um cenário de mudanças, este texto focaliza a Medida Provisória nº 746, de 22 de setembro de 2016 (doravante MP)¹, cujo propósito é instituir a política de fomento à implementação de Escolas de Ensino Médio (doravante EM) em *tempo integral*, alterando, assim, a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

Popularmente conhecida como a Reforma no/do EM, o texto da MP tem sido alvo de amplas críticas, particularmente por não ter sido colocada em discussão entre os principais interessados, quais sejam: profissionais especializados da área de educação e demais membros da sociedade civil.

Embora haja um tácito reconhecimento de que reformas são necessárias, presume-se que ela contribui para o aumento da desigualdade social, atacando sobremaneira o estado democrático de direito. Uma medida dessa natureza e, principalmente, da maneira como foi (im/pro)posta, pode significar um retrocesso no que se refere à construção de uma sociedade mais justa, com mais equidade.

Objetivamente, à luz de um viés discursivo, este artigo investiga a deriva de sentidos postos em circulação por meio de enunciados sobre *trabalho e formação integral*, recuperados a partir da materialidade linguística presente em sete quadros recortados de um material audiovisual, televisionado, de propaganda do “Novo” EM pelo Governo Federal.

Nosso enfoque parte da concepção desse material formado por um conjunto de imagens com legendas, capturadas em quadros, a partir de um vídeo de 30 segundos, entendido, na perspectiva bakhtiniana, como um *material ideológico sógnico*. Ou seja, um todo dotado de significação por meio do qual se torna possível a deriva de sentidos, que são produzidos por enunciados tecidos no fio discursivo, refletindo ou refratando a realidade que se encontra fora de seus limites (VOLÓCHINOV, 2017 [1929; 1930]).

Esse recorte é tomado em diálogo com o texto da MP, duas respostas postadas na seção *Dúvidas* no portal do Ministério da Educação (MEC) acerca do que se pretende com o “Novo” EM, e a *Justificativa 18* – enviada ao Congresso Nacional pelo Governo (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2016).

¹ Esse texto também altera a Lei nº 11.494 de 20 de junho de 2007, destinada a regulamentar o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, trazendo a reboque outras providências (BRASIL, 2016).

A análise ancora-se ainda na sociologia do discurso do Círculo de Bakhtin e na Análise do Discurso (AD) de base enunciativa, alimentando-se especificamente dos fundamentos da *semântica global* (MAINGUENEAU, 2008). Esta considera que todas as dimensões do funcionamento discursivo se encontram imbricadas, operando como uma rede de restrições.

Os resultados apresentados buscam evidenciar o efeito de *silenciamento* (ORLANDI, 2007) que atravessa essa medida do Governo, trazendo a lume a produtividade dessas concepções teóricas no que tange a analisar enunciados que circulam em vídeos postados na Internet.

Para tanto, concebemos os enunciados que aparecem verbalizados no vídeo de forma integrada. Isto é, não apenas apreendendo o aspecto discursivo que os atravessa sob um único plano, mas levando-se em conta, sobretudo, todos os seus elementos “ao mesmo tempo, tanto na ordem do enunciado quanto na da enunciação” (MAINGUENEAU, 2008, p. 75).

Apesar de nossa análise se pautar no EM, em *tempo integral*, a ser implementado na educação básica (doravante EB) pública em todo território nacional, levamos em conta neste trabalho essa política de fomento em um constante contraponto com o EM Técnico Integrado que se realiza de forma integral em diversas escolas que fazem parte da Rede Federal Tecnológica (RFT). Isso se deve em virtude de se considerar ser este um contexto bastante produtivo de observação de práticas educacionais na contemporaneidade, onde têm ocorrido debates sobre os avanços e desafios da oferta de cursos com foco nesse tipo de formação.

Destaca-se, ainda, que os resultados sinalizam que, por meio da MP, dá-se a ver que a educação em nível médio tende a não contemplar a dimensão humana, integral, não concebendo o trabalho, desse modo, em sua dimensão educativa, ontológica, constitutivo do homem, por meio do qual o indivíduo dá sentido ao mundo em que vive.

A seguir, o texto se organiza em três seções. Na primeira, dividida em duas subseções, trazemos ao debate uma concepção particular de trabalho e alguns desafios impostos pelo processo de integralização envolvido na formação dos estudantes.

Na segunda parte, a partir de breves considerações sobre o que se entende por EM, apresentamos a análise, evidenciando a deriva de sentidos postos em circulação por meio de enunciados sobre *trabalho e formação integral* em um vídeo de propaganda governamental. Por fim, trazemos as considerações finais, seguidas das referências.

2 A RELAÇÃO TRABALHO E FORMAÇÃO INTEGRAL

Parece existir um aspecto importante a mencionar quando se trata de colocar em palavras o trabalho: sua intrínseca relação com o homem. Além disso, costuma-se tecer considerações acerca de como o trabalho atua na relação homem/natureza, desde a sua origem, transformando-a e, assim, fazendo sua história. Nesse processo, “[...] como o modo de vida do homem não é garantido pela natureza, pois que é o próprio homem que o produz, à medida que se torna homem, aprende, cada vez mais, a se humanizar” (SILVEIRA, 2010, p. 89).

Em outras palavras, é a partir dessa relação, em um movimento de humanização, um processo educativo mediado pelo trabalho, que buscamos melhor compreender que contornos essa atividade humana ganha no âmbito educacional na sociedade capitalista de nosso tempo.

Estamos, por assim dizer, em um contexto de práticas neoliberais que tendem a ditar as regras do jogo, de modo que “os novos paradigmas tecnológicos sustentam novos modos de organização do trabalho, novos mecanismos de dominação e exploração da classe trabalhadora” (SILVEIRA, 2010, p. 86).

Entretanto, antes de melhor compreender os sentidos atribuídos ao trabalho na perspectiva de nosso tempo, enfocando especialmente o contexto brasileiro, ressalta-se que a acepção primeira de trabalho de que trata Silveira (2010) está sustentada no pensamento marxista (MARX, 2016 [1890]). Cabe ainda pontuar que, apesar de essa relação não tão trivial, a tentativa de discorrer sobre o trabalho não é algo simples. Prova disso é o fato de que diferentes áreas do saber significam o trabalho à luz de suas especificidades e diferentes naturezas epistemológicas.

Tendo em vista essa problemática, nos dedicamos agora a fazer breves ponderações acerca da complexidade relacionada à apreensão do termo *trabalho*, caminhando em direção aos sentidos postos em circulação quando se toma o contexto da formação integral, especialmente em relação ao EM.

2.1 TRABALHO: UM CONCEITO COMPLEXO, AMBÍGUO E DISPUTADO

Para Tersac e Maggi (2004, p. 80), “o trabalho é um conceito complexo não só porque suas práticas variam de uma situação a outra, mas também porque seu sentido varia ao longo do tempo e de uma sociedade para outra”.

Ao analisar o trabalho sob a lente da fluidez da modernidade, Bauman (2001) evidencia o papel que ele adquiriu elevando-se ao posto de principal valor dos tempos modernos, tal que “[...] ao trabalho foram atribuídas muitas virtudes e efeitos benéficos, como, por exemplo, o aumento da riqueza e a [suposta] eliminação da miséria [...]” (BAUMAN, 2001, p. 172).

Ademais, podemos dizer que o termo é um conceito “[...] ambíguo e disputado, indicando diferentes atividades em diferentes sociedades e contextos históricos” (OUTHWAITE; BOTTOMORE, 1996, p. 773), de modo que para muitas pessoas ele se converte em sinônimo de emprego remunerado.

Atribuir ao termo em destaque o sentido de emprego é uma coloração semântica própria do neoliberalismo, permitindo, assim, que o conceito transite em meio à fluidez dos tempos modernos proposta por Bauman, em que as experiências fragmentadas tendem a implicar diferentes percepções dessa atividade, visto que não se tem mais a garantia da estabilidade, do controle da ordem.

Conforme Bezerra (2013), ao relacionarmos *trabalho* e *educação* é fundamental compreender como ele adquire uma significação própria na sociedade capitalista, na qual se tem naturalizado a ideia de que sua dimensão ontológica está restrita a uma única face de sua dimensão histórica, qual seja: o trabalho como emprego. Nesse sentido, reduz-se o seu conceito à relação de compra e venda da força de trabalho na forma de um contrato.

É importante destacar que o pensamento marxista coloca em evidência as relações estabelecidas entre capital/trabalho, presentes em todos os países do mundo na contemporaneidade, apontando que a superação desse quadro, que leva a uma alienação (causa da propriedade privada e produto da economia política submetido pela burguesia), dificulta a emancipação político-social e humana do trabalhador (SILVEIRA, 2010).

No cerne dessa questão está o fato de que existe uma teia que enreda o trabalhador, na qual “a utilização da força de trabalho é o próprio trabalho” (MARX, 2016 [1890], p. 211) e, com o intuito de superar essa condição, só será possível a ele alcançar sua emancipação quando este tiver condições de “entender a relação entre si, o trabalho e o produto do seu trabalho [...] [dotado de uma consciência crítica, a fim de] romper com a lógica da produção burguesa” (SILVEIRA, 2010, p. 92). “Em outros termos, significa [dizer] que a emancipação humana se faz na totalidade das relações sociais onde a vida é produzida” (CIAVATTA, 2012, p. 85).

Partindo da complexidade envolvida na maneira pela qual se almeja tomar o conceito de trabalho, e situando-o no amplo escopo capitalista neoliberal, passamos à subseção seguinte, na qual buscamos compreender em que consiste, de fato, a relação *trabalho e formação integral* no contexto de fomento do “Novo” EM no Brasil.

2.2 FORMAÇÃO INTEGRAL: CONCEPÇÃO E DESAFIOS

Nesta subseção, objetivamos problematizar a questão da *formação integral* em sua relação com o conceito de *trabalho*, em sua dimensão educativa e ontológica.

Esse direcionamento se dá em um constante contraponto com a perspectiva do percurso formativo integral que se realiza no âmbito do Ensino Técnico integrado ao EM, em escolas da RFT, como os Institutos Federais (IFs).

Grosso modo, entendemos por *integral*, no quadro da proposta do Governo para o EM, o tempo de estudo que se realiza ao longo de dois turnos diários completos (manhã e tarde), durante o qual o estudante tende a ocupar-se de atividades educativas dentro da escola, com acesso a pelo menos sete horas de aprendizagem por dia.

Esse conceito é comumente confundido com a perspectiva da *formação integral* que nos interessa neste trabalho, que abrange uma concepção mais ampla, entendida como a formação humana do cidadão, em todas as suas dimensões.

Isso leva em conta, a partir do que prevê a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN/1996), “o aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico” (BRASIL, 2000, p. 33), com vistas à formação cidadã para o mundo do trabalho.

Nessa perspectiva,

como formação humana, o que se busca é garantir ao adolescente, ao jovem e ao adulto trabalhador o direito a uma formação completa para a leitura do mundo e para a atuação como cidadão pertencente a um país, integrado dignamente à sua sociedade política. Formação que, neste sentido, supõe a compreensão das relações sociais subjacentes a todos os fenômenos (CIAVATTA, 2012, p. 85).

Essas explicitações suscitam aspectos relevantes que cooperam para uma compreensão ampliada desse conceito, numa perspectiva de formação que considera o papel do cidadão como transformador, fomentador da promoção da justiça, do desenvolvimento sustentável, mirando à inclusão social.

No caso da formação humana integral a ser implementada no EM, em *tempo integral*, nas escolas públicas do Brasil, cabe dizer que um de seus grandes desafios se encontra atrelado ao descaso com que se tem tratado a EB em nosso país.

Esse descaso, tão disseminado em enunciados que circulam em nossa sociedade, tem como reflexo o sucateamento dos espaços públicos de ensino, com escolas superlotadas, sem estrutura física adequada, com professores desmotivados, por conta da falta de incentivo salarial e qualificação, só para citar alguns fatores. Somam-se a isso a carência de profissionais formados para dar conta de determinados componentes curriculares, como química, física e biologia, em especial, além da violência que tem assolado esses ambientes educativos.

Então, como manter os estudantes de escolas públicas brasileiras em *tempo integral* em espaços que apresentam esse quadro caótico? Para colocar em prática esse tipo de proposta bastaria deixar os nossos estudantes por cerca de sete horas, em dois turnos diários, em escolas que não têm condições mínimas de atender às necessidades desses estudantes, até mesmo em um único turno?

Se considerarmos o EM (na modalidade: integrado), em *tempo integral* nos IFs, escolas que têm sob sua responsabilidade também a EB, ainda assim há muitos desafios a serem superados. Primeiramente, podemos dizer que esses espaços apresentam inegavelmente uma melhor estrutura física se comparada ao quadro das demais escolas públicas espalhadas em todo o território nacional.

Em um segundo plano, destaca-se o forte investimento² que as instituições federais têm recebido ao longo dos anos, mais especificamente se considerarmos os mandatos dos presidentes Lula e Dilma, por meio dos quais a RFT passou por uma grande expansão atingindo a marca de mais de 640 unidades em atividade no país.

Nesse contexto, destaca-se o investimento na qualificação profissional dos professores e demais servidores da Rede, além de relevante e maciço incremento em políticas com programas de mobilidade e intercâmbio acadêmico-científico para servidores e estudantes em instituições estrangeiras.

No entanto, muito se tem debatido acerca da carga horária dos currículos que compõem os eixos tecnológicos dos programas de ensino nos IFs. Essas discussões colocam em xeque a quantidade de componentes curriculares com os quais os estudantes têm que lidar na interface EB/educação profissional, pois ainda que eles fiquem na escola durante dois turnos diariamente para dar conta da grade curricular, muitos desses Institutos têm seus *campi* afastados dos grandes centros, tal que os estudantes chegam muito tarde a casa e têm que acordar muito cedo no dia seguinte para retornar à escola.

² Entretanto, a fim de melhor delinear o quadro em que se encontra a RFT nos dias de hoje, análises mais aprofundadas merecem ser desenvolvidas, levando em conta sobremaneira a atual conjuntura política sob a lente da crise econômica e política instaurada no Brasil.

Esse é um fator que foi destacado por Silva (2011), em seu trabalho sobre *Evasão escolar nos cursos técnicos integrados do IFBA Campus Eunápolis*, no qual o pesquisador identificou que a pesada carga horária de aulas contribui para que o estudante abandone a escola. Esse número de aulas acaba se revertendo em excesso de atividades e tarefas avaliativas, implicando a reprovação dos estudantes em mais de uma disciplina.

Esse aspecto é caracterizado como fator externo à escola, pois ainda que a expansão tenha o papel de aproximar as escolas de grandes rincões, o processo de interiorização não consegue resolver a questão em sua plenitude, visto que um *campus* acaba atendendo a vários municípios ao mesmo tempo, com distâncias variadas em relação à escola.

Dessa maneira, essa dificuldade de locomoção do estudante entre o Instituto e sua moradia pode contribuir para o desgaste físico dos estudantes, interferindo essencialmente no processo educativo, o que pode, inclusive, servir para justificar o péssimo rendimento escolar de estudantes de classes sociais mais baixas que moram em área periférica, levando até mesmo à evasão escolar.

Ainda se referindo ao estudo de Silva (2011), o estudioso verificou que um dos fatores externos à instituição que tem levado os estudantes a evadir diz respeito às dificuldades com deslocamento. Essa dificuldade se manifesta pela própria distância, aspecto geográfico, ou pela situação econômico-financeira dos estudantes, um dos fatores também evidenciado.

Sabe-se que há cidades em que os estudantes têm o direito ao passe livre para se deslocar até a unidade de ensino. Entretanto, a baixa renda de alguns pais de estudantes do EM pode aumentar esse quadro de dificuldade, pois presume-se que há situações em que os estudantes têm que pagar a passagem, tornando-se um complicador na continuidade dos estudos, pois como nos adverte Silva (2011), em se tratando de evasão escolar nos Institutos, é importante

[...] analisar o dado Renda Familiar destes estudantes. [...] quantas pessoas nos dias de hoje têm dificuldades quando se trata do rendimento financeiro? Com os estudantes de Ensino Médio não é nada diferente. Os pais recebem baixos salários e, às vezes, não têm condições de comprar materiais e pagar passagem para seus filhos frequentar a escola, resultando em um típico conflito vivido pelos estudantes adultos [que não trabalham, em especial] (SILVA, 2011, p. 8-9).

Em face dessas considerações, apesar da carência de estudos sobre a questão da evasão escolar nessa modalidade de ensino no Brasil, é correto afirmar com Machado e Moreira (2012, p. 2) que “a ausência de estudos sobre o tema pode estar relacionada ao fato de que o processo de democratização da escola técnica de nível médio no Brasil apenas se iniciou”.

Entretanto, ainda que com todo aparato-tecnológico, com todo suporte oferecido aos estudantes por meio de políticas de assistência estudantil³, para que os estudantes permaneçam na escola, os pontos até aqui mencionados mostram que existem inúmeros fatores externos à instituição que dificultam a permanência do estudante na escola pública brasileira, mesmo naquelas que já operam em *tempo integral* como no caso das unidades da RFT.

Como se observa, manter o estudante em *tempo integral* na escola pública brasileira implica um esforço que demanda políticas efetivas que devem ir além da simples imposição de que as escolas devam cumprir com essa exigência, pois existem diversos fatores externos à escola envolvidos nesse processo.

Os IFs são escolas públicas reconhecidas pelo seu potencial na oferta de ensino público de qualidade, com o objetivo de “atender os estados e microrregiões se configurando como um processo real de democratização regional da educação técnica de nível médio e superior no nosso país” (BUENO, 2015, p. 22).

Se essas escolas públicas que gozam de certo investimento têm enfrentado dificuldades quanto à oferta da modalidade de ensino em *tempo integral*, o que esperar da tentativa de colocar em prática o EM nessa modalidade em escolas públicas localizadas em áreas periféricas, com comunidades em situação de vulnerabilidade social, para citar apenas uma dimensão da questão?

Na próxima seção, tratamos mais detidamente dos materiais e procedimentos de análise.

3 “NOVO” EM: DERIVA DE SENTIDOS EM PROPAGANDA TELEVISIVA DO GOVERNO FEDERAL

Para entender em que consiste o EM brasileiro, levamos em conta o que diz o texto da LDBEN (BRASIL, 1996), no qual se postula que ele se constitui na etapa final da EB, com duração mínima de três anos. No que toca a suas finalidades, os incisos de I a IV identificam seu papel em garantir que o estudante tenha condições de aprofundar os saberes construídos ao longo do ensino fundamental, permitindo, ainda, a continuidade dos estudos, para a inserção no mundo do trabalho e o exercício pleno da cidadania, afinando sua formação ética e o pensamento crítico a sua atuação político-social no mundo em que vive.

De acordo com os *Parâmetros Curriculares Nacionais* (PCNEM), o EM:

[...] É a etapa final de uma educação de caráter geral, afinada com a contemporaneidade, com a construção de competências básicas, que situem o educando como sujeito produtor de conhecimento e participante do mundo do trabalho, e com o desenvolvimento da pessoa, como ‘sujeito em situação’ – cidadão (BRASIL, 2000, p. 10).

³ Os IFs contam com uma política de ações afirmativas que busca contribuir com a assistência estudantil, provendo os estudantes com programas de bolsas, auxílio alimentação, cooperando, assim, com a tentativa de diminuir com a evasão escolar, aumentando as condições dos estudantes de permanecerem na escola. Muitas dessas ações são implementadas por meio de Diretorias de Assuntos Estudantis.

O aspecto da produção de conhecimento é enfatizado sobremaneira nos PCNEMs pautados que estão na LDBEN, na qual se assegura que a compreensão dos fundamentos científicos e tecnológicos esteja a serviço dos mais diversos arranjos produtivos locais, almejando a inclusão social nesse mundo permeado pela desigualdade, com um projeto pactuado com a construção de uma sociedade fundada na igualdade econômica, político e social.

Já o texto das *Orientações Curriculares* (OCEM) enfatiza, dentre outros aspectos, a necessidade de se investir nas “diferentes manifestações da linguagem – como a dança, o teatro, a música, a escultura e a pintura –, bem como valorizar a diversidade de ideias, culturas e formas de expressão” (BRASIL, 2006, p. 33), em diálogo com os diferentes campos do saber.

Essas ponderações também se aplicam ao EM integrado à educação profissional de nível técnico, englobando todos esses sentidos ao se enfatizar que:

Nosso objetivo central não é formar um profissional para o mercado, mas sim um cidadão para o mundo do trabalho – um cidadão que tanto poderia ser um técnico quanto um filósofo, um escritor ou tudo isso. Significa superar o preconceito de classe de que um trabalhador não pode ser um intelectual, um artista. A música, tão cultivada em muitas de nossas escolas, deve ser incentivada e fazer parte da formação de nossos alunos, assim como as artes plásticas, o teatro e a literatura. Novas formas de inserção no mundo do trabalho e novas formas de organização produtiva como a economia solidária e o cooperativismo devem ser objeto de estudo [...] (PACHECO, 2011, p. 11).

Partindo dessas colocações preliminares, nossa proposta nesta seção é analisar os enunciados presentes em sete quadros recortados de um material audiovisual, televisionado, de propaganda do “Novo” EM, tomando-o como uma unidade que produz significados. Nossa hipótese é de que a partir dessa materialidade linguística é possível descrever a deriva de sentidos postos em circulação por meio de enunciados sobre *trabalho e formação integral*.

Nosso material de análise faz parte de um vídeo de 30 segundos, que se encontra disponibilizado no *YouTube.com*, tendo sido recortado em imagens, com legendas, capturadas em quadros. Temos, então, um *material ideológico sígnico*, dotado de significação, por meio do qual se torna possível o deslocamento de sentidos que são produzidos por enunciados tecidos no fio discursivo, refletindo ou refratando a realidade que se encontra fora de seus limites (VOLÓCHINOV, 2017 [1929; 1930]).

Ademais, considerando a *semântica global* (MAINGUENEAU, 2008), nossa proposta busca levar em conta todos os elementos envolvidos nesse *material ideológico sígnico*, no seio da produção e da circulação desse vídeo, pois todas as suas dimensões estão envolvidas e organizadas em um sistema de restrições, e só fazem sentido se tomadas no conjunto do funcionamento discursivo.

Para este procedimento de análise, mobilizamos as seguintes dimensões: (1) o vocabulário; (2) os temas; e (3) o estatuto do enunciativo e do destinatário (MAINGUENEAU, 2008). Em outras palavras, nos interessa considerar os diferentes elementos que compõem a semântica discursiva desse material, compreendendo que

o conjunto de elementos semânticos habitualmente usado nos discursos de uma dada época constitui a maneira de ver o mundo numa dada formação social. Esses elementos surgem a partir de outros discursos já constituídos, cristalizados e cujas condições de produção foram apagadas. [...] A semântica discursiva é o campo da determinação ideológica propriamente dita (FIORIN, 1998, p. 19).

E ainda que se opte por considerar um único plano na análise do campo semântico, “é a significância discursiva em seu conjunto que deve ser inicialmente visada [...] [, pois no âmbito desse conjunto está] um sistema que investe o discurso na multiplicidade de suas dimensões” (MAINGUENEAU, 2008, p. 76).

Ao tomar o vídeo de uma propaganda governamental como um objeto físico, sua transposição em *material ideológico signico* se dá tendo em vista que o objeto físico pode ser transformado em signo. E, assim sendo, ao recortar a materialidade linguística que atravessa o seu fio discursivo, tende-se a observar que os enunciados passam a refratar, a distorcer ou refletir uma realidade que vai além de seus limites, constituindo-se nessa interdiscursividade em uma arena de disputas, embates ideológicos, na qual o signo se transforma em palco da luta de classes.

É nessa perspectiva que se pode dizer que:

Os signos também são objetos únicos e materiais e [...] qualquer objeto da natureza, da tecnologia ou de consumo pode se tornar um signo. Neste caso, porém, ele irá adquirir uma significação que ultrapassa os limites da sua existência particular. O signo não é somente uma parte da realidade, mas também reflete e refrata uma outra realidade, sendo por isso mesmo capaz de distorcê-la, ser-lhe fiel, percebê-la de um ponto de vista específico e assim por diante (VOLÓCHINOV, 2017, [1929; 1930] p. 93).

Seu caráter ideológico, neste caso, diz respeito ao fato de que “onde há signo há também ideologia. Tudo o que é ideológico possui significação signica” (VOLÓCHINOV, 2017, [1929; 1930] p. 93).

A ideologia, dessa forma, é constitutiva da realidade e dela se constitui, tal que se pode afirmar que “não há um conhecimento neutro, pois ele sempre expressa o ponto de vista de uma classe a respeito da realidade. Todo conhecimento está comprometido com os interesses sociais” (FIORIN, 1998, p. 29).

Em termos metodológicos, os enunciados extraídos das imagens capturadas são referenciados como *E*. As respostas retiradas da seção *Dúvidas*, postadas no portal do MEC, são referenciadas como: *R1* e *R2*, respectivamente. Por outro lado, a *Justificativa 18* é referenciada como *J18*.

Presume-se que o posicionamento assumido pelo enunciador, cujo eco se faz ouvir através do vídeo, materializado ora pela voz do narrador ora pela voz dos sujeitos-personagens do material, intenta veicular a ideia de que a MP representa algo extremamente relevante e apreciável pela sociedade civil em geral.

Vejam os:



Figura 1 – Propaganda governamental do “Novo” EM – captura 1

Fonte: Elaborado pelo autor – recortado do *YouTube.com*.

EI: Novo Ensino Médio. Quem conhece aprova.

É interessante observar o recurso utilizado no quadro que inaugura o material audiovisual, em que os efeitos de edição operam como uma marca no plano da não neutralidade discursiva ao utilizar a técnica de *close-up*; afinal de contas, o discurso não é neutro. Esse procedimento, muito comum em trabalhos cinematográficos, caracteriza-se pelo enquadramento fechado em um único plano, no qual se prioriza uma parte de um objeto, ou assunto filmado – neste caso, o rosto de uma pessoa.

A expressividade nos olhos, transmitindo um ar de satisfação, entusiasmo, ou ainda encantamento, tende a moldar a cena, adquirindo uma significação que ultrapassa os limites da sua existência particular, tal que na imbricação com o *EI* inscreve nessa enunciabilidade a naturalização do sentido de que a MP é algo indiscutível e, portanto, aceitável, com a qual todo cidadão brasileiro estaria de acordo, pois “quem conhece aprova”. Apoiar, então, estaria no campo semântico da aceitação de que a MP necessita, de fato, ser implementada no âmbito do sistema educacional brasileiro, entendendo-a como uma medida (im/pro)posta que vai ao encontro das necessidades atuais do estudante de EM.

Cria-se, assim, um efeito de reflexividade na medida em que esse material tende a refletir a si mesmo como uma dimensão fiel da realidade, “pois qualquer signo ideológico é não apenas um reflexo, uma sombra da realidade, mas também uma parte material dessa realidade” (VOLÓCHINOV, 2017 [1929; 1930], p. 94).

Essa reflexividade cria um efeito ilusório de verdade, por meio da qual se pode interpretar que o sentido é esse e não outro. Assim, conquistam-se adeptos pelo suposto entendimento de que aqueles que conhecem a proposta tendem a concordar indubitavelmente com ela, visto que o uso do pronome interrogativo *quem* é empregado de modo genérico. Ou seja, seu referente pode ser qualquer cidadão brasileiro que se enquadre nessa formulação, reforçando, assim, a naturalização de um efeito de sentido de aprovação massiva.

É por esse viés que se pode corroborar o dizer de Brandão (2004, p. 21) quando a estudiosa afirma que: “[a ideologia] é um instrumento de dominação de classe porque a classe dominante faz com que suas ideias passem a ser ideias de todos”.

Cria-se ainda um efeito de apagamento da necessidade de se colocar em discussão uma política de fomento com tamanho impacto na sociedade. Esse *silenciamento* leva a significar em outro lugar (ORLANDI, 2007).

Temos, aqui, um aspecto político no ato de colocar em palavras A ao passo que se silencia B. Eis o dizer de um lugar cujo recorte implica não se calar, mas levar o indivíduo a dizer algo para não dizer outra coisa. Nessa perspectiva, trazemos ao diálogo as considerações de Orlandi (2007) acerca da política do silêncio (*silenciamento*):

[...] – como o sentido é sempre produzido de um lugar, a partir de uma posição do sujeito – ao dizer, ele estará, necessariamente, não dizendo ‘outros’ sentidos. Isso produz um recorte necessário no sentido. Dizer e silenciar andam juntos [...] o silêncio recorta o dizer. Essa é uma dimensão política (ORLANDI, 2007, p. 53).

Esse aspecto político do silêncio está presente no cerne da contradição contida em todo signo ideológico, qual seja: “A classe dominante tende a atribuir ao signo ideológico um caráter eterno e superior à luta de classes, apagar ou ocultar o embate das avaliações sociais no seu interior” (VOLÓCHINOV, 2017 [1929; 1930], p. 113).

Essa dimensão é importante na medida em que ela neutraliza os sentidos, levando o destinatário a concordar com o que está posto pelo enunciador, que no caso do vídeo está incorporado pelo discurso da classe dominante (burguesia) no fluir das coerções neoliberais.

Levando em conta os fundamentos da *semântica global*, nesse ponto reside o *estatuto do enunciador e do destinatário*, em que o enunciador (= a classe dominante; quem tem a propriedade privada dos meios de produção) e o destinatário (= a classe trabalhadora; a população brasileira em geral) são colocados no mesmo plano de coerção discursiva, pois “cada discurso define o estatuto que o enunciador deve se atribuir e o que deve atribuir a seu destinatário para legitimar seu dizer” (MAINGUENEAU, 2008, p. 87).

Por esse prisma é que se pode dizer “a verdade de ontem como se fosse a verdade de hoje” (VOLÓCHINOV, 2017 [1929; 1930], p. 113). Dito de outra forma, isso determina a particularidade do signo ideológico de refletir a realidade dentro das fronteiras da ideologia dominante. Ou seja, enuncia-se um pretense *novo*, porém, revestido com velhos paradigmas. Assume-se, portanto, “quem conhece aprova”, para não dar margem à contestação, pois ao colocar a proposta em discussão “quem conhece pode vir a reprovar”.

Da seção *Dúvidas*, acerca da proposta do “Novo” EM, publicada no portal do MEC, retiramos a primeira resposta referente à pergunta: “O que é a reforma do EM?”

Vejamos:

R1: A reforma do ensino médio é uma mudança na estrutura do sistema atual do ensino médio. Trata-se de um instrumento fundamental para a melhoria da educação no país. Ao propor a flexibilização da grade curricular, o novo modelo permitirá que o estudante escolha a área de conhecimento para aprofundar seus estudos. A nova estrutura terá uma parte que será comum e obrigatória a todas as escolas (Base Nacional Comum Curricular) e outra parte flexível. Com isso, o ensino médio aproximará ainda mais a escola da realidade dos estudantes à luz das novas demandas profissionais do mercado de trabalho. E, sobretudo, permitirá que cada um siga o caminho de suas vocações e sonhos, seja para seguir os estudos no nível superior, seja para entrar no mundo do trabalho.

Fonte: MEC (2016, online).

A partir da materialidade linguística presente nessa sequência discursiva, pode-se inferir que três *temas* se impõem por meio da “relação semântica privilegiada com o sistema de restrições” (MAINGUENEAU, 2008, p. 84), próprios aos enunciados postos em circulação nesse funcionamento discursivo, a saber: (1) *avanço*; (2) *escolhas*; e (3) *flexibilização*.

De acordo com Fiorin (1998, p. 24), “tema é o elemento semântico que designa um elemento não-presente no mundo natural, mas que exerce o papel de categoria ordenadora dos fatos observáveis”. Nesse campo da abstração, afirma-se que um tema imposto, podendo ser recuperado por meio do fio enunciativo, e que converge, portanto, semanticamente com o sistema de restrições,

[...] é definido não apenas pelas formas linguísticas que o constituem – palavras, formas morfológicas e sintáticas, sons, entonação –, mas também pelos aspectos extraverbiais da situação. Sem esses aspectos situacionais, o enunciado torna-se incompreensível, assim como aconteceria se ele estivesse desprovido de suas palavras mais importantes (VOLÓCHINOV, 2017 [1929; 1930], p. 228).

Isso implica a mobilização de um conjunto de *vocabulário* particular, termos investidos de um significado que faz sentido dentro dos limites de determinado funcionamento discursivo. É possível afirmar, então, que a utilização dessas unidades semânticas incide sobre o posicionamento dos enunciadores, que são “levados a utilizar aqueles que marcam sua posição no campo discursivo” (MAINGUENEAU, 2008, p. 81).

No Quadro 1 (na página a seguir) buscamos sistematizar os principais *temas* observados na sequência discursiva *R1*:

Tem-se, assim, que a proposta do “Novo” EM opera a partir de um funcionamento discursivo interpenetrado pelos temas *avanço*, *escolhas* e *flexibilização*, cujos sentidos podem ser recuperados por meio de trechos do vídeo e do próprio texto da MP.

As unidades semânticas dão contorno ao enunciado, cooperando para conferir um sentido de totalidade ao fio discursivo, sendo, portanto, “parte inseparável e necessária do enunciado [...] o tema do enunciado é essencialmente indivisível” (VOLÓCHINOV, 2017 [1929; 1930], p. 229). Dessa maneira, não caberia aqui subdividir, por exemplo, a unidade semântica “permitir entrar no mundo do trabalho” em seus elementos linguísticos. Interessa-nos no processo de significação do *tema* o todo do enunciado.

Temas:	Unidades semânticas:
(1) <i>Avanço</i>	- Reforma; - Melhoria; - Novo modelo; - Nova estrutura; - Novas demandas; - Mudança na estrutura.
(2) <i>Escolhas</i>	- Permitir entrar no mundo do trabalho; - Permitir seguir os estudos no nível superior; - Permitir seguir o caminho das vocações e sonhos.
(3) <i>Flexibilização</i>	- Estrutura flexível; - Aproximar a escola da realidade dos estudantes.

Quadro 1 – Temas que atravessam o discurso do “Novo” EM

Fonte: Elaborado pelo autor.

Acerca do *tema 1* destaca-se que ele materializa discursivamente uma nova proposta, um novo EM que todos aprovam. Já com relação ao *tema 3*, esse discurso de flexibilização é falho na medida em que a própria LDBEN já se apresenta de modo flexível, em se tratando da organização da EB em séries anuais, períodos semestrais, levando em conta idade, competência e outros critérios. Além disso, considera-se também, no Art. 23 §2º, a possibilidade de adequação do calendário escolar às peculiaridades locais, considerando, ainda, questões climáticas e econômicas, podendo, inclusive, ocorrer a redução do número de horas letivas previsto por Lei.

Nota-se, assim, que a Lei tem sido bastante flexível, levando em conta sobremaneira as características e particularidades da mesorregião na qual as unidades escolares estão situadas, as necessidades e especificidades educativas dos estudantes, o formato dos cursos, garantindo certa autonomia às escolas, desde que se cumpra com a carga horária letiva prevista.

No que se refere ao texto da MP, Art. 36, podemos citar alguns trechos em que é possível presumir que essa pretensa flexibilização é posta em circulação; vejamos:

§ 1º Os sistemas de ensino poderão compor os seus currículos com base em mais de uma área prevista nos incisos I a V do **caput**.

§ 3º A organização das áreas de que trata o **caput** e das respectivas competências, habilidades e expectativas de aprendizagem, definidas na Base Nacional Comum Curricular, será feita de acordo com critérios estabelecidos em cada sistema de ensino.

§ 15º Além das formas de organização previstas no art. 23, o ensino médio poderá ser organizado em módulos e adotar o sistema de créditos ou disciplinas com terminalidade específica, observada a Base Nacional Comum Curricular, a fim de estimular o prosseguimento dos estudos.

Observa-se que §1º, §3º e §15º não apresentam grande novidade tendo em vista que a LDBEN já garante bastante flexibilidade aos sistemas de ensino, como já foi

mencionado. No entanto, essa flexibilidade é colocada à prova quando se leva em consideração que a obrigatoriedade dos estudos no “Novo” EM, ancorada na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), é prover os estudantes na base da Lei, unicamente, com a oferta do ensino de língua portuguesa e matemática.

Fica permitido aos sistemas de ensino, entretanto, compor seus currículos com base em mais de uma área prevista nos Incisos I a V, quais sejam: I – linguagens; II – matemática; III – ciências da natureza; IV – ciências humanas; V – formação técnica e profissional. Isso requer dizer, por exemplo, que nas situações em que há carência de professor de algum componente curricular que faz parte da área IV, o que tende a não ser absurdo algum tendo em vista o quadro de escassez de mão de obra no setor de ensino público, a unidade de ensino não tem a obrigatoriedade de ofertar esse itinerário formativo.

Já o parágrafo §10º prescreve que o estudante poderá cursar outro itinerário formativo das áreas de conhecimento propostas ao final do EM, na forma subsequente. No entanto, essa é uma questão bastante discutível, pois dependendo das condições, o estudante já se dará por satisfeito de ter terminado o estágio final da EB, entendendo que não será necessário aprimorar sua visão de mundo a partir do aprofundamento de estudos em outra área do conhecimento que deveria ser parte integrante de sua formação humana.

Em outra direção, afirma-se ainda que os estudantes de áreas periféricas que não têm condições de migrar para as escolas privadas, caso eles queiram estudar filosofia, ou tenha aptidão para as artes, os esportes, terão que se conformar caso sua escola não ofereça estas disciplinas. Ou seja, eles não terão escolha. Entretanto, imagina-se que a escola privada continuará, por certo, a ofertar todos os itinerários formativos, mas ela tende a permanecer destinada a uma pequena parcela da população brasileira.

No que tange, mais especificamente, ao tema *escolhas*, observemos as imagens seguintes:



Figura 2 – Propaganda governamental do “Novo” EM – captura 2

Fonte: Elaborado pelo autor – recortado do *YouTube.com*.

E2: Eu quero ser professora.



Figura 3 – Propaganda governamental do “Novo” EM – captura 3

Fonte: Elaborado pelo autor – recortado do *YouTube.com*.

E3: É o que eu amo.

Ao assistir ao vídeo, nota-se um sentimento de realização incorporado no dizer dos sujeitos-personagens (figuras 2-3) que assumem um posicionamento de liberdade diante da possibilidade de optar por um caminho a seguir em sua formação. A expressividade conferida à interpretação, por meio da impositação apropriada da voz, do gestual investido, e da própria expressão facial, busca imprimir um tom de satisfação por poder fazer suas próprias escolhas, desejo tão comum aos jovens, referenciados comumente como sendo o futuro de uma nação.

No entanto, essa encenação ideológica acaba por criar um efeito de apagamento do fato de que, em qualquer idade, mas, sobretudo na adolescência, fazer escolhas não é algo fácil – principalmente diante das múltiplas possibilidades que o mundo nos oferece e da própria “adolescência como uma etapa do desenvolvimento humano que se caracteriza por apresentar alterações físicas, emocionais e sociais advindas de uma nova visão de mundo que passa a rodear o jovem” (MOTTA, 2016, p. 41), influenciando sobremaneira nessa tomada de decisão.

Além disso, cabe destacar que:

A sociedade moderna tornou-se um lugar inóspito para a escolha profissional. A grande mobilidade das funções, ou a vida muito curta de funções devido ao desenvolvimento tecnológico, aliado às crises que acompanham a juventude tem dificultado muito o ato específico de se escolher uma profissão numa sociedade em constante movimento (MOTTA, 2016, p. 39).

Em sua pesquisa, ao analisar a escolha profissional do adolescente, Motta evidencia a dificuldade de escolher caminhos, principalmente por conta dos diferentes fatores psicológicos envolvidos neste processo. É um momento cercado de muita pressão, pois o que está em jogo muitas vezes é o cumprimento de “um rito de passagem, ou seja, ao ter escolhido uma profissão, o jovem ultrapassa a barreira para se tornar adulto” (MOTTA, 2016, p. 40).

Nesse aspecto, pode-se afirmar que os enunciados *E2* (*Eu quero ser professora.*) e *E3* (*É o que eu amo.*) estão em sintonia com o discurso da MP como uma medida que visa permitir aos jovens estudantes fazer escolhas, porém, essa é uma condição que não depende simplesmente de sua vontade.

Não é o “Novo” EM que lhes permite alcançar esse objetivo, visto que o aprofundamento dos estudos em nível superior, ao concluir a EB, é previsto em Lei, e corroborado por diversos documentos normativos da educação brasileira. Tem-se com esse deslizamento de sentido um efeito ilusório de que a MP permitirá ao jovem ter maior liberdade com as escolhas.

O que não é verdade, principalmente quando se toca na questão do ensino de língua estrangeira (LE), tão relevante para a formação integral dos estudantes, visto que ela amplia a percepção do indivíduo como ser humano e cidadão, promovendo conexões com um olhar diferenciado sobre o mundo, em um constante contraponto com a rica cultura brasileira.

Sabe-se, porém, que caberá ao sistema de ensino prover os estudantes, obrigatoriamente, com a oferta de inglês, podendo ofertar outras línguas em caráter optativo. Conhecendo a realidade da maioria das escolas públicas brasileiras, acreditamos que isso acarretará uma grande perda, pois muitas escolas tenderão a priorizar, única e exclusivamente, o ensino desse componente curricular em detrimento de outros idiomas, como se pode depreender pela resposta à *pergunta 2* – “E a língua inglesa? Por que foi escolhida como obrigatória?” –, postada no portal do MEC:

R2: Anteriormente, a LDB não trazia a língua inglesa como estudo obrigatório. A reforma torna o inglês obrigatório desde o 6º ano do ensino fundamental e no ensino médio. Os sistemas de ensino poderão ofertar outras línguas estrangeiras se assim desejarem, preferencialmente o espanhol. A língua inglesa é a mais disseminada e a mais ensinada no mundo inteiro.

Fonte: MEC (2016, online).

Ao propagar a ideia de que “a LDB não trazia a língua inglesa como estudo obrigatório”, esse enunciado se alinha ao discurso naturalizado de que o inglês é o idioma mais importante e, por isso, merece destaque, devendo tornar-se, portanto, obrigatório. No entanto, sabe-se que o inglês tem sido a primeira opção de escolha das redes de ensino público ao longo de décadas, por questões econômicas e geopolíticas históricas.

A ideologia dominante do mundo capitalista neoliberal, que atravessa essa enunciação, tem feito eco ao discurso de que é preciso aprender inglês, o que, no Brasil, acabou culminando com a expansão de cursos livres de idiomas em diversas partes do país.

A MP representa, assim, um retrocesso no que diz respeito ao que foi conquistado com a Lei 11.161/2005, que previa que o ensino de espanhol deveria se dar como oferta obrigatória pela escola e de matrícula facultativa para o estudante, sendo implantado, gradativamente, nos currículos plenos do EM.

Em face dessa questão, afirmamos que a MP busca silenciar o papel desempenhado por essa LE, negligenciando a sua relevância para os aprendizes falantes de espanhol no Brasil, país circundado por diferentes nações onde o idioma é falado na América do Sul

– um idioma com cerca de quinhentos milhões de falantes, sendo considerado, depois do mandarim, o segundo idioma mais falado no mundo por número de usuários da língua, e o segundo idioma de comunicação internacional na comunidade global, atrás do inglês.

Partindo para o próximo quadro capturado, evidencia-se mais detidamente um aspecto crucial: a formação de jovens para o mercado de trabalho em lugar do foco na formação integral. Consideramos que há uma filiação da MP a esse discurso de preparação de massa de trabalho acrítico, como, inclusive, se depreende por meio dos enunciados presentes na R1.



Figura 4 – Propaganda governamental do “Novo” EM – captura 4

Fonte: Elaborado pelo autor – recortado do *YouTube.com*.

E4: Eu quero um curso técnico para já poder trabalhar.

Infere-se por meio do *E4* que o que está em jogo, aqui, é a preparação para o mercado de trabalho, como demanda do capital, reforçado também pela *Justificativa 18*, enviada pelo Governo Federal ao Congresso Nacional, cujo propósito é salientar seu potencial em atender às orientações do Banco Mundial de reduzir os gastos públicos, o que implicaria a abertura para a privatização de sistemas públicos de ensino:

J18: Um novo modelo de ensino médio oferecerá, além das opções de aprofundamento nas áreas do conhecimento, cursos de qualificação, estágio e ensino técnico profissional de acordo com as disponibilidades de cada sistema de ensino, o que alinha as premissas da presente proposta às recomendações do Banco Mundial e do Fundo das Nações para Infância – Unicef.

Fonte: CÂMARA DOS DEPUTADOS – *Legislação (2016)*.

Finalmente, as imagens que seguem ajudam a realçar ainda mais o discurso da possibilidade de *escolhas*, colocando em circulação enunciados que se filiam à unidade semântica “permitir seguir o caminho das vocações”, fazendo ecoar a liberdade para tomar decisões, refletindo-se mutuamente, pois “os enunciados não são indiferentes entre si nem se bastam cada um a si mesmos; uns conhecem os outros e se refletem mutuamente uns nos outros” (BAKHTIN, 2016 [1895-1975], p. 57).



Figura 5 – Propaganda governamental do “Novo” EM – captura 5

Fonte: Elaborado pelo autor – recortado do *YouTube.com*.

E5: Com o Novo Ensino Médio,



Figura 6 – Propaganda governamental do “Novo” EM – captura 6

Fonte: Elaborado pelo autor – recortado do *YouTube.com*.

E6: você tem mais liberdade para escolher o que estudar,



Figura 7 – Propaganda governamental do “Novo” EM – captura 7

Fonte: Elaborado pelo autor – recortado do *YouTube.com*.

E7: de acordo com a sua vocação.

4 À GUIA DE CONCLUSÃO

Este texto objetivou apresentar uma análise da materialidade linguística presente em sete quadros, recortados de um material audiovisual, televisionado, de propaganda do “Novo” EM. O vídeo em questão foi tomado como *material ideológico signífico*, tal que o marco teórico utilizado abarcou a sociologia do discurso do Círculo de Bakhtin em diálogo com a AD de base enunciativa, sob o enfoque da *semântica global*.

Além disso, ao investigar a deriva de sentidos postos em circulação por meio de enunciados sobre *trabalho e formação integral* a partir das sequências discursivas recortadas para análise, focalizamos o texto da MP, duas respostas postadas na seção *Dúvidas*, no portal do MEC, além da *Justificativa 18* retirada do texto que o Governo Federal enviou ao Congresso Nacional, como forma de defender a necessidade de se implementar essa proposta no âmbito da educação brasileira.

Pode-se dizer que, nessa interdiscursividade, observou-se a imposição de três *temas* pertinentes, atravessando o fio enunciativo, convergindo, portanto, semanticamente com o sistema de restrições nesse funcionamento discursivo, quais sejam: *avanço, flexibilização e escolhas*.

Esses temas mobilizam unidades semânticas que cooperam para o deslizamento de sentidos, refletindo a ideologia dominante, a qual se encontra filiada ao discurso capitalista neoliberal, cuja natureza implica a subordinação à relação entre o capital e o trabalho. Essa construção ideológica visa sempre ao lucro, o que, em outras palavras, significa fomentar a transformação da mão de obra em massa de trabalho, colocando os trabalhadores a serviço dos detentores das propriedades privadas dos meios de produção.

Ademais, na tentativa de abarcar a totalidade da nação brasileira, criando um efeito ilusório de verdade de que a MP é do agrado de todos, parte-se da utilização de sujeitos-personagens na figura de jovens que ambicionam a possibilidade de ter liberdade para fazer suas escolhas. Porém, não se contempla o caráter plural e multiétnico da sociedade brasileira.

Nesse sentido, a propaganda do governo é falha, pois apresenta as posições-sujeito de jovens brancos e negros, mas se exclui os povos originários, negligenciando o fato de que o nosso país é miscigenado, o resultado da mistura de etnias e nacionalidades, cujo pilar de sustentação é formado, historicamente, pelas populações de matrizes indígenas, por povos de matrizes africanas e pelo branco europeu.

Silenciar a necessidade de se fomentar também a formação integral das populações indígenas, levando em conta as suas particularidades e as demandas locais, é dar voz ao discurso da exclusão, cooperando, assim, para a manutenção do crime contra esses povos, alvos de ataques constantes e massacres que têm assolado e dizimado suas comunidades em nosso país.

Afirmamos também que a deriva de sentidos postos em circulação por meio do vídeo evidenciou o silenciamento do *trabalho* como princípio ontológico, em sua dimensão educativa, reduzindo-o ao mero papel de reprodutor de práticas de empregabilidade. Nesse sentido, por conseguinte, faz-se ouvir o ressoar de vozes que apagam os sentidos da *formação* do indivíduo em sua plenitude, *integral*, enquanto *formação* para a vida e para o mundo do trabalho, como um cidadão consciente do seu papel político e social, dando eco, contudo, à preparação para o mercado.

Nesse sentido, o que se tem é um retrocesso com a MP, em lugar de um avanço, na medida em que o que se pretende é colocar no mercado profissionais acríticos, com formação limitada, com o intuito apenas de atender às demandas do sistema capitalista (neoliberal) de produção. Dessa forma, não se coopera para a construção de uma sociedade mais justa, com mais equidade e menos desigualdades, formando cidadãos brasileiros integrados à sociedade de modo reflexivo, crítico e, sobretudo, cômicos de seu papel transformador.

REFERÊNCIAS

- BAKHTIN, M. *Os gêneros do discurso*. São Paulo: Editora 34, 2016 (1895-1975).
- BAUMAN, Z. *Modernidade líquida*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- BEZERRA, D. S. *Ensino médio (des)integrado: história, fundamentos, políticas e planejamento curricular*. Natal, RN: Editora do IFRN, 2013.
- BRANDÃO, H. H. N. *Introdução à análise do discurso*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2004.
- BRASIL. Ministério de Educação e Cultura. *Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996*. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: MEC, 1996.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Média e Tecnológica. *Parâmetros Curriculares Nacionais (Ensino Médio)*. Brasília: MEC, 2000.
- BRASIL. *Orientações Curriculares para o Ensino Médio*. Linguagens, códigos e suas tecnologias / Secretaria de Educação Básica. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2006.
- BRASIL. *Medida Provisória nº 746, de 22 de setembro de 2016*. Institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, p. 1-2, 23 set. 2016. Seção 1.
- BUENO, D. G. M. *Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia: uma política a ser cravada na história*. Curitiba: Appris, 2015.
- CÂMARA DOS DEPUTADOS. *Legislação informatizada – Medida Provisória Nº 746, de 22 de setembro de 2016 – Exposição de motivos*. EM nº 00084/2016/MEC. Brasília, 15 de setembro de 2016. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/medpro/2016/medidaprovisoria-746-22-setembro-2016-783654-exposicaoodemotivos-151127-pe.html>. Acesso em: 20 abr. 2017.
- CIAVATTA, M. A formação integrada: a escola e o trabalho como lugares de memória e identidade. In: FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M.; RAMOS, M. (Orgs.). *Ensino médio integrado: concepção e contradições*. São Paulo: Cortez, 2012, p. 83-106.
- FIORIN, J. L. *Linguagem e ideologia*. São Paulo: Editora Ática, 1998.
- FRIGOTTO, G. Concepções e mudanças no mundo do trabalho e o ensino médio. In: FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M.; RAMOS, M. (Org.). *Ensino médio integrado: concepção e contradições*. São Paulo: Cortez, 2012, p. 57-82.
- MACHADO, M. R. L.; MOREIRA, P. R. Educação profissional no Brasil, evasão escolar e transição para o mundo do trabalho. In: Seminário Nacional de Educação Profissional e Tecnológica (SENEPT), 2012, Belo Horizonte. *Anais do Seminário*. Belo Horizonte: Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (CEFET-MG), 2012. Disponível em: http://www.senept.cefetmg.br/galerias/Arquivos_senept/anais/terca_tema3/TerxaTema3Poster9.pdf. Acesso em: 20 abr. 2017.
- MAINGUENEAU, D. *Gênese dos discursos*. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.
- MARX, K. *O capital: crítica da economia política*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016 (1890).
- MEC. Ministério da Educação. *Novo Ensino Médio – Dúvidas*. 2016. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=40361#nem_07. Acesso em: 20 abr. 2017.
- MOTTA, P. T. R. *O aluno mudou e eu nem percebi*: ensino técnico, mercado de trabalho e estudo de perfis.
- ORLANDI, E. P. *As formas do silêncio: no movimento dos sentidos*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

OUTHWAITE, W.; BOTTOMORE, T. *Dicionário do pensamento social do século XX*. Rio de Janeiro: Zahar, 1996.

PACHECO, E. *Institutos Federais: uma revolução na educação profissional e tecnológica*. São Paulo: Moderna, 2011.

SILVA, W. F. Evasão escolar nos cursos técnicos integrados do IFBA campus Eunápolis. 25º Simpósio Brasileiro e 2º Congresso Ibero-Americano de Política e Administração da Educação. *CD-ROM do Simpósio com os trabalhos completos*. ANPAE, p. 1-14, 2011. Disponível em: <http://www.anpae.org.br/simposio2011/index.htm>. Acesso em: 20 abr. 2017.

SILVEIRA, Z. S. *Contradições entre capital e trabalho: concepções de educação tecnológica na reforma do ensino médio e técnico*. Jundiaí: Paco Editorial, 2010.

TERSAC, G.; MAGGI, B. O trabalho e a abordagem ergonômica. In: DANIELLOU, F. (Org.). *A ergonomia em busca de seus princípios: debates epistemológicos*. São Paulo: Edgar Blücher, 2004, p. 79-104.

VOLÓCHINOV, V. *Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico*. São Paulo: Editora 34, 2017 (1929-1930).



Este texto está licenciado com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1982-4017-200305-9519>

Recebido em: 09/10/19 | Aprovado em: 19/10/2020

NACIONALIDADE NA IMPRENSA E NO RÁDIO: UMA POLÍTICA DE LÍNGUAS NA ERA VARGAS

Nationality in the Press and on Radio: | Nacionalidad en la imprenta y en radio:
A Language Policy in the Vargas Era | una política de lenguas en la Era Vargas

Andréa Franciéle Weber*

Universidade Federal de Santa Maria (UFSM),

Departamento de Ciências da Comunicação, Frederico Westphalen, RS, Brasil

Resumo: Este artigo estuda a regulação da nacionalidade no rádio e nos jornais, buscando interpretar seu efeito sobre a política de línguas nesses veículos. Para tanto, ancora-se na Análise de Discurso de linha francesa e na História das Ideias Linguísticas no Brasil. O *corpus* de análise envolve a legislação para os meios de comunicação promulgada durante a Era Vargas (1930-1945). O trabalho discute como a política para as nacionalidades resultou em uma política para as línguas na imprensa escrita e no rádio, ao favorecer ou limitar o direito à voz de brasileiros natos, brasileiros naturalizados e estrangeiros. Mostra, também, que a regulação do direito à palavra constituiu uma tentativa de controle da produção do discurso, provocando a interdição do estrangeiro nesses veículos.

Palavras-chave: História das ideias linguísticas. Análise do Discurso. Política de línguas. Mídia.

Abstract: This paper studies the nationality regulation on radio and newspapers, trying to understand its effect over the language policy in those communication vehicles. For this purpose, we based the discussion on the Discourse Analysis and the History of Linguistic Ideas in Brazil. The corpus involves the legislation for the mass media published during the Vargas Era (1930-1945). In general, we discuss how the nationality policy resulted in a policy for the languages on radio and the written press, when increased or limited the right to speak for native or naturalized Brazilians and foreigners. Furthermore, the analysis shows that the right to speak regulation was an attempt to control the discourse production causing a foreigner interdiction in those particular vehicles.

Keywords: History of Linguistic Ideas. Discourse Analysis. Language policy. Media.

Resumen: Este artículo estudia la reglamentación de la nacionalidad en el radio y en los periódicos, buscando interpretar su efecto sobre la política de lenguas en esos vehículos. Para ello, se ancla en el Análisis del Discurso de línea francesa y en la Historia de las Ideas lingüísticas en Brasil. El *corpus* de análisis involucra la legislación para los medios de comunicación promulgada durante la Era Vargas (1930-1945). El trabajo discute cómo la política para las nacionalidades resultó en una política para las lenguas en la imprenta escrita y en el radio, cuando favoreció o limitó el derecho de voz de brasileños natos, brasileños naturalizados y extranjeros. También muestra que la reglamentación del derecho a palabra constituyó una tentativa de control de la producción del discurso, provocando la interdicción del extranjero en esos vehículos.

Palabras clave: Historia de las ideas lingüísticas. Análisis del Discurso. Política de lenguas. Media.

* Doutora em Letras/Estudos Linguísticos. Professora Adjunta do Departamento de Ciências da Comunicação da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) campus Frederico Westphalen. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5948-6293>. E-mail: andrea.weber@ufsm.br

1 INTRODUÇÃO

Estrangeiros. Brasileiros natos. Brasileiros naturalizados. Essas categorias de nacionalidade foram largamente utilizadas na regulação do acesso à palavra na imprensa escrita e no rádio, na Era Vargas (1930-1945). Elas organizavam o direito à posse, à direção e à redação nesses veículos de comunicação e se dispersaram pelas constituições, decretos, decretos-leis e regulamentos do setor instaurados nesse período. Entender como a legislação estabeleceu a relação entre nacionalidade e direito à palavra nesses veículos é um dos objetivos deste artigo. Outro objetivo é interpretar o efeito dessa relação sobre a distribuição política das línguas na imprensa escrita e no rádio. Trata-se de uma breve reflexão, cujo horizonte é a ainda pouco discutida política de línguas para os meios de comunicação daquela época.

Para desenvolver essa questão, tomamos como referência histórica o nacionalismo que caracterizou a Era Vargas, seu ideal de unidade e soberania da nação, sustentado por uma trajetória governamental de crescente autoritarismo e populismo. Estudar a relação entre nacionalidade, língua e direito à palavra na imprensa escrita e no rádio daquela época contribui para repensar esse período marcante da história brasileira, mas também para compreender um pouco do presente do país. Isso porque alguns itens da regulação jurídica daquela época permaneceram no tempo ou inspiraram legislações posteriores para os meios de comunicação nacionais. Além disso, mesmo nos casos em que a legislação foi revogada ou a fiscalização afrouxada, os efeitos desse jogo de fala e silêncio permanecem na memória dos brasileiros, uma vez que a memória não constitui aprendizagem, mas filiação histórica, como diz Pêcheux (1990).

Quando mencionamos direito à palavra ou à voz na imprensa e no rádio, estamos pensando no acesso à cadeia de produção de textos¹ que caracteriza a imprensa escrita e o rádio, na qual ocorre um trabalho colaborativo e hierárquico, em que diversos profissionais, em variadas funções e cargos, orientam, leem, ajudam, editam, limitam, julgam uns aos outros. O fato de haver um texto assinado não significa que há uma autoria única e livre de coerções e contribuições do sistema produtivo do veículo.

No entanto, a legislação historicamente procurou um “autor” a quem responsabilizar. Por isso, desde a primeira regulação da liberdade de imprensa no Brasil, em 1823, o anonimato vem sendo combatido por meio de exigências, como a identificação dos responsáveis pela publicação em seu cabeçalho ou o registro dos profissionais contratados junto aos órgãos estatais competentes. As sucessivas normas presentes na legislação brasileira determinavam ainda que, diante da impossibilidade de identificação do autor empírico de um texto, outro integrante da cadeia produtiva (diretor, impressor, gerente etc.) seria considerado autor para fins de responsabilização (MAGALHÃES, 2011).

Fazemos uma ressalva em relação à autoria, não porque seja nossa intenção aqui discutir esse conceito tão desafiador, mas porque a legislação em estudo buscava a responsabilização criminal do autor por discursos tidos como “abusivos”. Essa ideia de responsabilização do autor vai ao encontro de reflexões de Foucault (2001), para quem a função-autor é característica do modo de existência, de circulação e de funcionamento de

¹ O texto, neste artigo, envolve a produção verbal, escrita e oral, bem como imagética e sonora.

alguns discursos no interior da sociedade e passou a ser identificada na medida em que o autor se tornou punível por seus discursos transgressores e recompensado com os direitos de reprodução de sua obra.

Assim, ao limitar a certas nacionalidades o direito à palavra na imprensa escrita e no rádio, evitava-se (supostamente) os discursos abusivos que ela (supostamente) faria. Além disso, o próprio ato de negar ou permitir a palavra a estrangeiros e nacionais já estabelecia, com a autoridade da lei, aquelas nacionalidades que tinham ou não valor e legitimidade para falar. Por fim, ao determinar quais nacionalidades podiam ter “voz” nesses veículos, legislação da Era Vargas operava, em nosso entendimento, não só uma política para as nacionalidades, mas também uma política para as línguas na imprensa escrita e no rádio.

Segundo Arendt (2002), a “política baseia-se no fato da pluralidade dos homens”, funciona em um espaço de relação entre eles, na tentativa de organizar e regular o convívio de diferentes, não de iguais; esse espaço público, ao mesmo tempo, os reúne e os separa uns dos outros. Nessa direção, está a concepção de política de Rancière (1996, p. 373), para quem antes “de ser um conflito de classes ou de partidos, a política é um conflito sobre a configuração do mundo sensível na qual podem aparecer atores e objetos desses conflitos”. Logo, a política é o lugar do dissenso e não do consenso entre os homens, pois a racionalidade da política é a de um mundo comum instituído, tornado comum pela própria divisão, diz o autor.

Quando pensamos em língua e política, então, nos referimos àquela inscrição das línguas em um universo de poder na história, nas disputas em que elas estiveram envolvidas, desde a torre de babel e a busca de uma língua universal, até as línguas que sustentam ideologias (GADET; PÊCHEUX, 2004). Compreendemos que a legislação em estudo, ao operar uma política para as nacionalidades, projetava, também, uma política para as línguas, uma vez que muitas nações modernas buscaram construir-se sob o monolinguismo e que este foi o caso do Brasil. Ou seja, mesmo que essa legislação não buscasse regular diretamente a língua a ser usada pelos meios de comunicação, ela contribuiu para uma política de línguas, cujo conceito envolve também usos linguísticos e saberes sobre as línguas em uma dada sociedade (ORLANDI, 2002).

Diante disso, nos perguntamos: que categorias de nacionalidade a legislação para a imprensa e o rádio da Era Vargas silenciava e legitimava? Quais funções exerciam os estrangeiros, brasileiros natos e naturalizados na distribuição da palavra na rotina produtiva de jornais, revistas e emissoras de rádio? De que maneira nacionalidades e línguas se associavam? Que sentidos a legislação produzia para as nacionalidades e para as línguas?

Tomando a legislação do período como arquivo, isto é, como um campo de documentos pertinentes e disponíveis sobre o assunto (PÊCHEUX, 1997), efetuamos um recorte, a fim de proceder à análise. Esse recorte contempla três determinações legais para a imprensa escrita e o rádio, promulgadas entre 1934 e 1942. São elas:

- Constituição de 1934, a primeira da Era Vargas (BRASIL, 1934);
- Decreto 364 de 1935, que concede permissão à Rádio Rio Preto S.A. para estabelecer uma estação radiodifusora (BRASIL, 1935);
- Decreto-lei 910, de 1938, que dispõe sobre a duração e condições de trabalho em empresas jornalísticas (BRASIL, 1938).

Entendendo, de acordo com Pêcheux (1997), que a materialidade do texto de arquivo não deve ser tomada como linguisticamente transparente, mas sim em sua discursividade, como inscrição de efeitos materiais na história, efetuamos sua leitura buscando os sentidos inscritos na relação entre direito à palavra, nacionalidade e língua. Em seguida, recortamos excertos dessa materialidade discursiva que tratam da nacionalidade dos proprietários, diretores, jornalistas, locutores, revisores, fotógrafos, operadores de áudio e de outras funções técnicas e administrativas desses veículos. Esses excertos passaram a constituir nosso *corpus* e a ser tratados como Sequências Discursivas (SDs) numeradas como SD1, SD2 e SD3, por sua ordem de mobilização na análise. Lançamos o olhar sobre essas SDs a partir da Análise de Discurso de linha francesa e da História das Ideias Linguísticas.

Os resultados da análise foram organizados em dois tópicos. O primeiro estuda a relação entre nacionalidade e direito à palavra presente na legislação para a imprensa escrita e o rádio, promulgada durante a Era Vargas, e foi intitulado *Nacionalidade e direito à palavra na legislação para os jornais e o rádio na Era Vargas*. O segundo discute os efeitos dessa relação sobre a política de línguas desses veículos de comunicação e se denomina *Nacionalidade e direito à palavra: uma política de línguas?*. Por fim, nas *Considerações finais*, retomamos e contextualizamos parte dos resultados da análise e acolhemos questionamentos sobre a política de línguas para a mídia no Brasil.

2 NACIONALIDADE E DIREITO À PALAVRA NA LEGISLAÇÃO PARA OS JORNAIS E O RÁDIO NA ERA VARGAS

Neste tópico, estudaremos o modo como as nacionalidades são reguladas para o exercício da palavra na imprensa escrita e no rádio, na legislação promulgada durante a Era Vargas. A seguir, apresentamos as SDs selecionadas para a análise.

SD1 É vedada a propriedade de empresas jornalísticas, políticas ou noticiosas a sociedades anônimas por ações ao portador e a estrangeiros [...]. A responsabilidade principal e de orientação intelectual ou administrativa da imprensa política ou noticiosa só por **brasileiros natos** pode ser exercida (BRASIL, 1934, grifo nosso).

SD2 A concessionária é obrigada a:

- a) constituir sua diretoria com dois terços (2/3), no mínimo, de **brasileiros natos**, atribuindo a estes funções efetivas de administração;
- b) admitir, exclusivamente, operadores e speakers **brasileiros natos**, e bem assim a empregar, efetivamente, nos outros serviços técnicos e administrativos, dois terços (2/3), no mínimo, de **peçoal brasileiro** (BRASIL, 1935, grifo nosso).

SD3 DO EXERCÍCIO DA PROFISSÃO JORNALÍSTICA

Art. 12. Somente poderão ser admitidos ao serviço das empresas jornalísticas como jornalistas, locutores, revisores e fotógrafos os que exibirem prova de sua inscrição no Registo da Profissão Jornalística, a cargo do Serviço de Identificação Profissional do Departamento Nacional do Trabalho, no Distrito Federal, e das Inspetorias Regionais do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, nos Estados e Território do Acre.

Art. 13. Para o registro de que trata o artigo anterior, deve o requerente exibir os seguintes documentos:

- a) prova de **nacionalidade brasileira**; (BRASIL, 1938, grifo nosso).

Primeiramente, vamos lançar o olhar sobre as categorias de nacionalidade que as SDs colocam em jogo: 1) estrangeiros, 2) brasileiros natos e 3) brasileiros.

Em termos de nacionalidade, as categorias *estrangeiros* e *brasileiros natos* têm sentidos estreitos: estrangeiro é aquele que se vincula a outra nação; brasileiro nato é aquele que se vincula ao Brasil porque nesse país nasceu. No entanto, a categoria *brasileiros* é mais ampla e pode ser preenchida tanto por brasileiros natos quanto por estrangeiros que adotaram a nacionalidade brasileira, os brasileiros *naturalizados*. Assim, os *brasileiros naturalizados* estão significados nesse discurso por sua ausência na materialidade discursiva, de modo que sua presença se dá no nível do interdiscurso, da memória da língua (ORLANDI, 2007a).

Os *estrangeiros* aparecem apenas na SD1, envoltos em sentidos de proibição inscritos na expressão “é vedada”. Não se estabelece o que o estrangeiro pode, mas, sim, o que ele não pode. O direito à palavra do estrangeiro na imprensa e no rádio está marcada, desse modo, pela negação, pela exclusão.

No outro polo semântico, os *brasileiros natos* estão presentes em todas as SDs, seja através da expressão “brasileiros natos” propriamente, seja implícitos na categoria *brasileiros* (“pessoal brasileiro”, “nacionalidade brasileira”). Os brasileiros natos estão unidos a significados de exclusividade, marcados nos advérbios “só”, “somente” e “exclusivamente”. Também estão inscritos em um universo simbólico de garantias assinalado em “no mínimo”. Assim, essa rede de significação constrói a exclusividade ou a garantia de uma proporção mínima de brasileiros natos para o exercício da palavra na imprensa escrita e no rádio.

Em meio a esses dois extremos estão os *brasileiros naturalizados*, cujo primeiro sentido é a ausência na textualidade. Nessas SDs, eles não estão escritos, não são lembrados na sua especificidade, isto é, como estrangeiros-naturalizados-brasileiros. Eles são significados por sua inclusão implícita na categoria ampla de *brasileiros*, que, ao materializar-se sob essa palavra, oculta a condição flutuante que caracteriza os naturalizados: são estrangeiros (porque lá nasceram e de lá guardam o fenótipo, a cultura, a língua) e são brasileiros (porque aqui vivem). Ainda assim, os *brasileiros naturalizados* são parcialmente acolhidos, na rede de significação das garantias e das exclusividades em relação ao acesso à palavra na imprensa e no rádio, por meio da relação com “somente” e “no mínimo”.

É possível perceber, nessa rede de sentidos, a política para as nacionalidades: uma tentativa de organizar e regular o convívio de diferentes e não de iguais (ARENDDT, 2002). *Estrangeiros*, *brasileiros natos* e *brasileiros naturalizados* são diferentes e estão inscritos em uma trama de significados distintos, que vai da exclusão à exclusividade. Essas categorias de nacionalidade estão divididas no discurso, revelando o dissenso próprio à política, nos termos de Rancière (1996). Passamos, agora, a analisar como esse dissenso é registrado na distribuição da palavra entre as diferentes ocupações profissionais presentes nesses veículos de comunicação.

Ao apresentar essas ocupações, a SD1 trata de “propriedade”, “responsabilidade principal e de orientação intelectual e administrativa”. A SD2 apresenta “diretoria”, “operadores e *speakers*”, “outros serviços técnicos e administrativos”. A SD3 se refere a “jornalistas, locutores, revisores e fotógrafos”. Podemos organizar essas atribuições

profissionais em quatro esferas produtivas: a esfera da 1) propriedade, da 2) direção, da 3) redação e dos 4) serviços técnicos e administrativos. Por sua relação mais próxima com a produção do texto, neste estudo nos interessam especialmente as três primeiras esferas, de modo que deixaremos de lado a quarta. Apresentamos, a seguir, dois quadros para melhor compreender a relação da propriedade, da direção e da redação com a nacionalidade na imprensa escrita e no rádio. Vejamos os Quadros 1 e 2:

Função/Nacionalidade	Estrangeiros	Brasileiros naturalizados	Brasileiros natos
Propriedade	Vedado	Em qualquer proporção	Em qualquer proporção
Direção intelectual e administrativa	Vedado	Vedado	Exclusivamente
Redação (locutores ² , jornalistas, revisores, fotógrafos).	Vedado	Em qualquer proporção	Em qualquer proporção

Quadro 1 – Nacionalidades e ocupações na imprensa escrita com base nas SDs 1, 2 e 3

Fonte: O autor.

Função/Nacionalidade	Estrangeiros	Brasileiros naturalizados	Brasileiros natos
Propriedade	-	-	-
Direção intelectual e administrativa	Máximo 1/3 (1935)	Máximo 1/3 (1935)	Mínimo 2/3 (1935)
Redação (locutores e operadores de áudio)	Vedado	Vedado	Exclusivamente

Quadro 2 – Nacionalidades e ocupações no rádio com base nas SDs 1, 2 e 3

Fonte: O autor.

No Quadro 1, referente à imprensa escrita, o direito à palavra está vedado aos *estrangeiros* em todas as esferas produtivas: eles não podem ser nem donos, nem diretores, nem repórteres, revisores ou fotógrafos dos jornais e revistas. No rádio, a proibição é um pouco mais branda na esfera da direção, apenas, como mostra o Quadro 2. Portanto, os *estrangeiros* estavam praticamente impossibilitados de ter voz nesses veículos de comunicação nos anos de vigência dessa legislação. Os estrangeiros sofriam, assim, uma política de silenciamento.

De acordo com Orlandi (2007b), a política de silenciamento se divide em a) silêncio constitutivo, apagamento necessário de palavras ao falar; e b) silêncio local, ou censura, aquilo que é proibido dizer em certa conjuntura devido a injunções sociopolíticas. A censura, ainda em consonância com a autora, constitui, então, qualquer processo de silenciamento que limite o sujeito no percurso de sentidos. Desse modo, entendemos que, por não terem direito à palavra na imprensa e no rádio naquele contexto político, os estrangeiros sofriam um silenciamento local, um processo de censura. Nas palavras de Tfouni (2008), havia dizeres recuperáveis pelo sujeito estrangeiro, mas proibidos localmente, censurados.

² Aqui, a inclusão de “locutores”, profissionais típicos do rádio, não coaduna com a condição de empresa jornalística que o decreto-lei visa a regular, tampouco com outros decretos contemporâneos a este que visavam a regular as concessões às emissoras de rádio, o que produz discrepâncias internas na legislação.

Seguindo com a interpretação dos Quadros 1 e 2, vemos que *os brasileiros naturalizados* não gozam dos mesmos direitos à voz que os *brasileiros natos*, muito embora todos sejam *brasileiros*. Na imprensa escrita, os estrangeiros que se naturalizaram podem atuar livremente nas esferas da propriedade e da redação, mas estão proibidos de exercer funções de diretoria. Já no rádio, eles podem atuar na esfera da diretoria de maneira limitada (até 1/3) e estão impedidos de exercer funções de redação. A proibição de voz a *brasileiros naturalizados* é menor que a imposta aos *estrangeiros*, mas existe em algumas esferas. Simbolicamente, os naturalizados são situados no entremeio, como se a origem estrangeira não se apagasse com a naturalização e seu perigo estivesse sempre latente.

Assim, a regulação do direito à palavra nos jornais e no rádio constitui uma tentativa de controle da produção do discurso e não de controle do discurso já formulado. Essa constatação vai ao encontro das reflexões de Foucault (1999), de que a própria produção do discurso é controlada e selecionada por procedimentos que têm por função conjurar seus “poderes e perigos”. Entendemos que a legislação em análise constitui um desses procedimentos, ao estabelecer critérios para o acesso à fala nesses veículos. O controle do discurso já formulado, por sua vez, se dava de outro modo, pela via da censura prévia aos meios de comunicação, prática que vigorou especialmente durante o Estado Novo (1937-1945).

Ainda pensando nos “poderes e perigos” do discurso, conforme formulado por Foucault (1999), percebemos que o *estrangeiro* era vinculado a esse discurso perigoso, o que justificava a proibição do acesso à palavra a esse grupo. Já os *brasileiros natos* eram tidos como os representantes autênticos, legítimos, verdadeiros do discurso nacional (e adequado) e, por isso, tinham seu direito à voz promovido no rádio e na imprensa escrita, com liberdade de atuação, com garantias de proporção mínima (2/3) ou com exclusividades.

A questão da exclusividade é provocativa: por que há espaços de fala que só podem ser exercidos por aqueles que nasceram no Brasil enquanto outros espaços podem ser compartilhados com os estrangeiros que se naturalizaram? Que diferenças o discurso produz acerca da relação de *brasileiros natos* e *naturalizados* com o direito à palavra?

Em primeiro lugar, há diferenças para o rádio e para a imprensa escrita. Na imprensa escrita, a direção é exclusiva de *brasileiros natos*; no rádio, a redação (locutores e operadores de áudio). Essas esferas têm em comum o fato de serem o ponto final dos textos dentro da cadeia de produção discursiva antes de serem publicados. Isto é, na imprensa escrita, a última mão pela qual o texto passa antes de ser publicado é a do diretor; no rádio, a última mão é a do locutor/operador de áudio. Assim, na tentativa de controle dos discursos, a legislação designa a decisão final no ciclo da produção da palavra a *brasileiros natos*, os representantes legítimos do nacional.

Além disso, há uma questão de modalidade linguística (escrita/oral), que parece importar. Locutores e operadores de áudio trabalham com a linguagem sonora, a palavra oralizada, sua volatilidade e rapidez e, conseqüentemente, sua dificuldade de controle – ao passo que jornalistas, fotógrafos e revisores trabalham com a linguagem visual, a palavra escrita, sua durabilidade e lentidão, mais facilmente controláveis. Assim, a lei exige *brasileiros natos* para a produção da palavra falada, mas permite *brasileiros naturalizados* para a produção da palavra escrita.

Com essa reflexão, nos aproximamos da relação entre nacionalidade e língua. Nossa hipótese é de que esse jogo de autorização e proibição do acesso à palavra tratava de controlar não só o que era dito, mas também a língua com que se dizia. Assim, as categorias *estrangeiros*, *brasileiros naturalizados* e *brasileiros natos* guardavam, no discurso da legislação, uma relação imaginária com a(s) língua(s), o que tentaremos esmiuçar no próximo tópico.

3 NACIONALIDADE E DIREITO À PALAVRA: UMA POLÍTICA DE LÍNGUAS?

A relação entre língua e nacionalidade não é direta, muito embora, conforme Hobsbawm (2002, p.71), a “mitologia nacionalista” a tome desse modo. Segundo o autor, o nacionalismo pretende que as línguas sejam as bases fundamentais da cultura nacional e as matrizes da mentalidade pátria; por isso, foram usadas junto com a etnia e a religião, como um traço que aglutina e torna perceptível a nação. No caso brasileiro, a “configuração histórica e política do Brasil como nação institucionalizou a língua portuguesa como língua nacional e oficial, tornando-a hegemônica, sobretudo nos grandes centros urbanos e disseminando-a na região rural [...]” (MARIANI, 2009, p.4).

Desse modo, no Brasil, há uma relação historicamente construída entre nação e língua nacional única. Segundo Guimarães (2003), no imaginário brasileiro ocorrem sobreposições entre os conceitos de língua nacional, língua oficial e língua materna, das quais a principal coincidência é a da língua oficial com a língua nacional, e destas com a língua materna. Nesse imaginário, o *brasileiro nato* teria, necessariamente, a língua nacional como materna, desconsiderando-se a pluralidade de línguas que ajudaram a compor o país.

No outro extremo, por sua vez, está o *estrangeiro*, a quem se associam as línguas estrangeiras e nunca a nacional. Nesse sentido, até mesmo os estrangeiros de nacionalidade portuguesa podem ser concebidos como falantes de uma língua diferente da língua do Brasil, devido à percepção de ruptura com a língua da metrópole, muito presente nas ideias linguísticas brasileiras, especialmente até meados da década de 1940 (DIAS, 1995; GUIMARÃES, 2000). Por fim, entre a língua nacional e a língua estrangeira, na mistura e na oscilação, está o estrangeiro *naturalizado* brasileiro.

Ao aproximarmos nacionalidade, língua e direito à palavra, podemos dizer que controlar a nacionalidade dos falantes/escritores é, também, de certo modo, controlar a língua que circula nos jornais e no rádio. Ao negar-se possibilidade de voz ao estrangeiro, silenciam-se outros sentidos que não estão no conteúdo do que é dito, mas na “pesada e temível materialidade” do discurso, conforme expresso por Foucault (1999, p. 9). Em primeiro lugar, silenciam-se as línguas estrangeiras. Em segundo lugar, silenciam-se as marcas das línguas estrangeiras sobre a língua nacional (os acentos, os empréstimos lexicais etc.). Cria-se, assim, a ilusão de unidade nacional e de unidade da língua; a ilusão de soberania nacional e de soberania da língua. A língua nacional se torna única e pura, isto é, torna-se, imaginariamente, uma língua que não sofre nem o convívio nem a influência das línguas estrangeiras.

A partir dessa reflexão, podemos interpretar a exigência da legislação da Era Vargas de que os locutores das rádios fossem brasileiros natos. Nesse imaginário, por terem nascido no Brasil, tais locutores necessariamente seriam falantes da língua nacional pura; um estrangeiro naturalizado, por sua vez, não atingiria a língua nacional pura, devido às influências fonéticas da língua estrangeira que lhe era materna; e o estrangeiro seria um difusor da língua estrangeira. Certamente, essa ideia não coadunava com a realidade da época, pois, no Brasil, até a década de 1940, assinala o estudo de Willems (1946 apud SEYFERTH, 1999), nas regiões de colonização estrangeira a população urbana já era bilíngue, ao passo que grande parte da população rural desconhecia a língua portuguesa. Ou seja, muitos brasileiros natos eram falantes de línguas estrangeiras ou da língua nacional com marcas estrangeiras. Isto é, ao contrário do que esse imaginário projetava, muitos brasileiros natos não eram representantes da língua nacional pura.

Como vimos, a regulação do direito à palavra na imprensa escrita e no rádio, na Era Vargas, tinha caráter nacionalista ao privilegiar o *brasileiro nato* e limitar o *estrangeiro* nas esferas de trabalho com a produção de sentidos. A língua do escritor/falante era um aspecto que subjazia a essa regulação, tendo em vista que a difusão do discurso, por meio da língua nacional pura, fazia significar a unidade e a soberania da nação. No entanto, um aspecto curioso da legislação é que sua própria materialidade linguística contrariava a soberania e a unidade linguística almejada, ao determinar que a “concessionária é obrigada a: b) admitir, exclusivamente, operadores e **speakers** brasileiros natos [...]” (SD2). Ou seja, ao usar uma palavra inglesa em um texto voltado à defesa do nacional.

Nesse discurso, constatamos a presença de um equívoco, de marcas de resistência que afetam a regularidade da língua e do discurso, “que explodem, de repente, por detrás da frase ou o gesto mais sagrado” (PÊCHEUX, 2015, p. 15). Ao usar a palavra “speakers” produz-se um deslizamento em direção à língua estrangeira e, com ele, traz-se à superfície a dependência brasileira em relação a outras nações, nesse caso marcada na tecnologia radiofônica e na língua de seus criadores. A inscrição de “speakers” faz significar a frágil soberania da língua nacional, que incorporou a si um termo estrangeiro e o imprimiu, até mesmo, no discurso da legislação. Pouco tempo depois, a palavra “speakers” foi sendo gradativamente substituída por “locutores”, de origem latina, na terminologia do setor radiofônico, dentro e fora da legislação.

Na imprensa escrita e no rádio, a sobreposição imaginária entre língua nacional e materna na distribuição do trabalho entre as diversas nacionalidades constituiu uma contradição, em razão da diversidade de línguas presente no Brasil, mesmo entre os brasileiros nascidos no país. O controle do acesso à palavra com base na nacionalidade não eliminou as línguas estrangeiras dos jornais, tanto que, em 1938, o decreto Decreto-lei 406 incluiu, em suas disposições gerais e transitórias, um artigo que proibia a publicação de livros, revistas ou jornais em línguas estrangeiras nas áreas rurais do Brasil. Mais tarde, em 1941, um despacho do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) pôs fim a todos os jornais e revistas em língua estrangeira do país (NEUMANN, 2004). No caso do rádio, para autorizar a abertura de uma emissora nas áreas de colonização estrangeira do país, mais do que avaliar se os locutores eram *brasileiros natos*, o DIP observava seu sobrenome, privilegiando os de origem lusitana (MUSTAFÁ, 2009).

Calcada na sobreposição entre língua materna e nacional, a legislação que regulava o acesso das nacionalidades à palavra na imprensa escrita e no rádio produziu uma política de línguas para esses veículos. Isso porque essas normativas legais inscreveram as línguas em um universo de poder na história, como dizem Gadet e Pêcheux (2004), no qual a língua nacional buscou garantir sua hegemonia frente às línguas estrangeiras. Além disso, a legislação, ao regular o acesso das nacionalidades à palavra na imprensa escrita e no rádio, produziu efeitos sobre os usos das línguas no cotidiano desses veículos, e os usos diferenciados que se fazem das línguas também constituem sua política (ORLANDI, 2002).

A política para as nacionalidades e para as línguas nos jornais e no rádio constituiu mais uma medida nacionalizante da Era Vargas, uma vez que deu voz ao brasileiro nato e à língua nacional, ao passo que calou os estrangeiros e as línguas estrangeiras. Embora seja mais uma entre várias medidas com esse fim adotadas no período, sua importância não deve ser diminuída, pois foi um fator importante para o controle social dos discursos e, conseqüentemente, para a construção do imaginário de nação pretendido na época.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste artigo, buscamos entender como a regulação do direito à palavra na imprensa escrita e no rádio constituiu uma política para as nacionalidades e para as línguas na Era Vargas. Na Introdução, nos perguntávamos: que categorias de nacionalidade a legislação para os meios de comunicação da Era Vargas silenciava e autorizava? Quais funções exerciam os *estrangeiros*, *brasileiros natos* e *naturalizados* na distribuição da palavra na rotina produtiva de jornais, revistas e emissoras de rádio? De que maneira nacionalidades e línguas se associavam? Que sentidos a legislação produzia para as nacionalidades e para as línguas?

Na busca de respostas a essas perguntas, vimos, ao longo do trabalho, que a regulação das vozes nesses veículos conformou uma tentativa de controle da produção do discurso e não do discurso já formulado. Restringia-se a voz do estrangeiro, independentemente do que ele quisesse dizer. Com isso, silenciavam-se outros sentidos que não estão no conteúdo do que é dito, mas em outros lugares do discurso, como o próprio sujeito enunciador e os enunciatários que ele projeta. Embora essa interdição afetasse consideravelmente a liberdade de expressão de estrangeiros, sua condição de censura se confundia com uma simples regulação do acesso à propriedade e ao trabalho na imprensa e no rádio.

Vimos, também, no decorrer da análise, que as categorias *estrangeiros*, *brasileiros naturalizados* e *brasileiros natos* são significadas em polos semânticos que vão da exclusão (do estrangeiro) à exclusividade (do nascido no Brasil). O estrangeiro que se naturalizou brasileiro é situado em uma posição intermediária no acesso à palavra, do qual ele pode usufruir com limitações. Também essas categorias são colocadas em uma relação imaginária com a(s) língua(s). Nesse imaginário, ocorria a sobreposição entre língua nacional e materna, que fazia supor que todo brasileiro nato tinha, necessariamente, a língua nacional como materna.

Cabe lembrar que a realidade plurilíngue do Brasil da época, porém, frustrava essa percepção e acabou levando a outras medidas legais para o controle das línguas estrangeiras na imprensa e no rádio, como o Decreto-lei 406/1938, que proibia publicações em língua estrangeira nas áreas rurais do país, e a averiguação do sobrenome para tentar identificar a origem e a língua do falante no rádio.

Ainda com relação à língua radiofônica, a exigência contida na legislação de que locutores de rádio fossem, exclusivamente, brasileiros natos estava em consonância com uma preocupação em vigor na época: a “qualidade” da língua nacional falada. O Congresso da Língua Nacional Cantada, ocorrido em 1937, exprimia sua inquietação com a diversidade da fala da língua portuguesa no Brasil. E o rádio estava emergindo, nas décadas de 1930 e 1940, como uma importante novidade tecnológica, capaz de levar a palavra falada e todas as suas nuances regionais e sociais a milhares de pessoas, em todo o território nacional.

Este artigo, antes de encerrar uma discussão, desperta a curiosidade sobre temas relacionados à política de línguas nos meios de comunicação do Brasil. Muitas perguntas ainda persistem no que diz respeito tanto ao direito à voz na mídia quanto à sua relação com a língua e as ideias linguísticas no Brasil.

REFERÊNCIAS

- ARENDDT, H. *O que é política?* [editoria, Ursula Ludz]. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.
- BRASIL. *Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 1934*. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1930-1939/constituicao-1934-16-julho-1934-365196-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 15 abr. 2017.
- BRASIL. *Decreto 364 de 4 de outubro de 1935*. Concede permissão à Radio Rio Preto S.A. para estabelecer uma estação radiodifusora. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-364-4-outubro-1935-499109-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 13 maio 2017.
- BRASIL. *Decreto 910 de 30 de novembro de 1938*. Dispõe sobre a duração e condições de trabalho em empresas jornalísticas. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-910-30-novembro-1938-349925-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 15 abr. 2017.
- BRASIL. *Decreto-lei nº 406 de 4 de maio de 1938*. Dispõe sobre a entrada de estrangeiros no território nacional. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-406-4-maio-1938-348724-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 18 maio 2013.
- DIAS, L. F. *Os sentidos do idioma nacional: as bases enunciativas do nacionalismo linguístico no Brasil*. 1995. 161 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1995.
- FOUCAULT, M. *A ordem do discurso*. São Paulo: Loyola, 1999.
- FOUCAULT, M. O que é um autor? In: FOUCAULT, M. *Ditos e escritos v. III: estética – literatura e pintura, música e cinema*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001.
- GADET, F.; PÊCHEUX, M. *A língua inatingível*. Campinas: Pontes, 2004.
- GUIMARÃES, E. Língua de civilização e língua de cultura: a língua nacional do Brasil. In: BARROS, D. L. P. (Org.) *Os discursos do descobrimento*. São Paulo: Edusp, 2000.
- GUIMARÃES, E. Enunciação e política de línguas no Brasil. *Revista Letras*, n. 27, p. 47-53, 2003. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/letras/article/view/11897>. Acesso em: 30 out. 2020.
- HOBSBAWM, E. *Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito, realidade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

- MAGALHÃES, A.S. Nascimento e morte da lei de imprensa no Brasil: representações discursivas de autoria em jornalismo. *Alfa*, São Paulo, v. 55, n. 1, p. 177-204, 2011. Disponível em: <http://seer.fclar.unesp.br/alfa/article/view/4173/0>. Acesso em: 9 nov. 2017.
- MARIANI, B. Quanto vale uma língua? O apagamento do político nas relações econômicas e linguísticas. *Encontros de vista*; v. 2, p. 1-12, jul/dez 2009. Disponível em: http://www.encontrosdevista.com.br/Artigos/QUANTO_VALE_UMA_LINGUA_O_APAGAMENTO_DO_POLITICO_NAS_RELACOES.PDF. Acesso em: 21 fev. 2011.
- MUSTAFÁ, I. *Alô, alô Joinville! Está no ar a Rádio Difusora! A radiodifusão em Joinville/SC (1941-1961)*. Joinville: Casamarca, 2009.
- NEUMANN, R. M. Correio Serrano: órgão dos interesses regionais. In: DREHER, M.; RAMBO, A. B.; TRAMONTINI, M. J. (Org.) *Imigração e imprensa*. Porto Alegre: EST/São Leopoldo: Instituto Histórico de São Leopoldo, 2004. p. 91-99.
- ORLANDI, E. *Língua e conhecimento lingüístico: para uma história das idéias no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2002.
- ORLANDI, E. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. Campinas: Pontes, 2007a.
- ORLANDI, E. *As formas do silêncio: o movimento dos sentidos*. Campinas: Pontes, 2007b.
- PÊCHEUX, M. *O discurso: estrutura ou acontecimento?* Campinas: Pontes, 1990.
- PÊCHEUX, M. Ler o arquivo hoje. In: ORLANDI, Eni (Org.). *Gestos de leitura: da história no discurso*. Campinas: Unicamp: 1997. p. 55-64.
- PÊCHEUX, M. Ousar pensar e ousar se revoltar: ideologia, marxismo, luta de classes. *Décalages*, v. 1, n. 4, 2015. Art. 15. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/73345743.pdf>. Acesso em: 30 out. 2020.
- RANCIÈRE, J. O dissenso. In: NOVAES, A. (Org.). *A crise da razão*. São Paulo: Cia das Letras; Distrito Federal: Ministério da Cultura; Rio de Janeiro: Fundação Nacional da Arte, 1996.
- SEYFERTH, G. Os imigrantes e a campanha de nacionalização do Estado Novo. In: PANDOLFI, D. (Org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999. p.199-228.
- TFOUNI, F. E. O interdito e o silêncio: duas abordagens do impossível na linguagem. *Linguagem em (Dis)curso*, Tubarão, v. 8, n. 2, p. 353-371, maio/ago. 2008. Disponível em: http://www.portaldeperiodicos.unisul.br/index.php/Linguagem_Discurso/article/view/393. Acesso em: 15 out. 2017.



Este texto está licenciado com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1982-4017-200306-9619>

Recebido em: 14/10/19 | Aprovado em: 05/07/20

VOZES DO MUNDO DO TRABALHO NAS OBRAS DE LUIZ RUFFATO E RONIWALTER JATOBÁ

Voices from the Labor Universe in the Works of Luiz Ruffato and Roniwalter Jatobá | Voces del mundo del trabajo en las obras de Luiz Ruffato y Roniwalter Jatobá

Angela Maria Rubel Fanini*

Universidade Tecnológica Federal do Paraná,
Centro Universitário Campos de Andrade, Curitiba, PR, Brasil

Resumo: Este estudo se baseia nas ideias de Mikhail Bakhtin e o Círculo russo, que percebem a linguagem e sua interação com o contexto. A partir dessa base teórica, analisa as obras *No chão da fábrica*, de Roniwalter Jatobá, e *De mim já não se lembra*, de Luiz Ruffato, escritores brasileiros do século XX, focalizando a vida laboral de personagens de estratos sociais economicamente desfavorecidos, advindos de regiões pobres do país em sua trajetória até São Paulo em busca de melhoria de vida. Detém-se em suas falas, em que avultam as contradições de classe social, visto que as condições degradantes de trabalho em que estão inseridos nas atividades fabris entram em conflito com certo ideário enobrecedor do universo laboral. O discurso enaltecedor do trabalho de estrato burguês é assimilado pela classe trabalhadora, mas entra em conflito com a realidade inhóspita do cenário laboral, ocasionando um deslocamento do discurso em relação à práxis cotidiana.

Palavras-chave: Literatura brasileira. Conflito social. Análise discursiva.

Abstract: This research finds support on Mikhail Bakhtin and the Russian Circle's ideas, concerning the language and its interaction within a social context. With this theoretical basis, the paper analyzes the Brazilian works *No chão da fábrica*, by Roniwalter Jatobá, and *De mim já não se lembra*, by Luiz Ruffato, both written in the 20th century. We focused on the socioeconomically deprived characters from poor regions of Brazil that migrated to São Paulo in search of a better (material) life. They restrain in their own speech, where stand out the social class contradictions, since there is a conflict between the degrading work conditions in the factory activities with which they are involved and a certain ennobling ideology within the labor universe. The working class assimilates what discursively elevates the bourgeois' labor, but the last clashes with the inhospitable reality of the labor setting; consequently, that conflict dislocates the discourse in relation to the quotidian praxis.

Keywords: Brazilian literature. Social conflict. Discursive analysis.

Resumen: Esta investigación se basa en las ideas de Mijaíl Bajtín y el Círculo ruso, que entienden el lenguaje literario y su interacción con el contexto. Desde esta base teórica, analiza las obras *No chão da fábrica*, de Roniwalter Jatobá, y *De mim já nem se lembra*, de Luiz Ruffato, escritores brasileños del siglo XX, centrándose en la vida laboral de personajes de estratos sociales económicamente desfavorecidos, procedentes de regiones pobres del país en camino a ciudad de São Paulo en busca de la mejora de la vida. Se detiene en sus discursos, en los que las contradicciones de la clase social cobran gran importancia, ya que las condiciones de trabajo degradantes en las que están inmersos en las actividades fabriles entran en conflicto con cierto ideal ennobecedor del universo laboral. El discurso exaltador del estrato burgués del trabajo es asimilado por la clase trabajadora, pero entra en conflicto con la realidad inhóspita de la escena laboral, provocando un desplazamiento del discurso en relación con la praxis cotidiana.

Palabras clave: Literatura brasileña. Conflicto social. Análisis discursivo.

* Doutora em Teoria Literária. Professora do Programa de Pós-Graduação em Teoria Literária, Uniandrade e do Programa de Pós-Graduação em Tecnologia e Sociedade, UTFPR. Bolsista de produtividade em Pesquisa CNPq. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7088-1251>. E-mail: rubel@utfpr.edu.br.

1 INTRODUÇÃO: LITERATURA E UNIVERSO DO TRABALHO

As relações entre universo literário e universo material das relações humanas e sociais serão pesquisadas a partir da representação discursivo-literária das vozes das personagens nas obras *No chão da fábrica* e *De mim já nem se lembra* pertencentes à Literatura Brasileira do século XX e XXI, respectivamente dos escritores Roniwalter Jatobá e Luiz Ruffato. O discurso literário é importante fonte de conhecimento acerca de como os intelectuais percebem as formações sociais, políticas, econômicas e culturais. Desse modo, a partir do âmbito literário, é possível verificar como esses escritores brasileiros veem o universo extraliterário e como o fazem migrar para o interior do mundo ficcional, representando-o sob diversas maneiras que se constituem simultaneamente em uma visão peculiar de cada escritor e também em uma certa episteme referente a determinados contextos sociais e temporais. Essa representação se dá a partir de diversos ângulos em que afloram variadas ideologias a que os escritores estão vinculados. Determinamos em falas das personagens protagonistas em que a temática do trabalho é problematizada. Sabemos que essa temática é cara às pesquisas de perspectiva marxista uma vez que, dentro desse mirante, a luta entre capital e trabalho é, deveras, importante, devendo ser estudada para se formar uma consciência crítica por parte dos trabalhadores com o fito de sua libertação das malhas do capital. A ontologia do trabalho na perspectiva marxista é predominante. A abordagem se vale das reflexões de Marx (1986), Engels (1990) e Lukács (1980), para quem tanto o trabalho como constituinte do ser social quanto em confronto com o capital é tema relevante. Todavia, a temática laboral é pouco explorada no que tange aos estudos do universo literário. No entanto, as personagens de muitos romances trabalham e discursam sobre essa atividade, demonstrando como o trabalho confere significado às suas vidas. Dentro da tradição marxista, a linguagem tem sido pouco explorada, pois o universo econômico tem preponderância. Entretanto, como veremos, os teóricos do Círculo de Bakhtin trataram dessa dimensão, focalizando a linguagem contextualizada, inclusive no cenário econômico.

A tematização da importância do trabalho na vida humana é milenar desde os escritos gregos (Hesíodo em *O Trabalho e os dias*), passando pelos livros que constituem a Bíblia (aí encontramos inúmeras vozes, inclusive dissonantes entre si, que nomeiam o trabalho de diferentes perspectivas) até nossos dias. O homem tem se debruçado sobre o universo laboral e o questiona, conceitua, problematiza, nomeando-o sob diversos prismas, ora dignificando-o, ora o depreciando. No século XIX, Marx (1986) e Engels (1990)¹ emitiram importantes enunciações sobre o trabalho. Essas fontes discursivas

¹ Tanto na área de Sociologia do trabalho quanto no âmbito da História social do trabalho, as obras desses autores são leitura obrigatória para se encetar a problematização do universo laboral. Pode-se refutá-las ou não, mas não as citar, é desconhecer o Estado da arte sobre a discussão do conflito entre trabalho e capital. Desse modo não é possível referenciar apenas uma obra ou trechos de obras haja vista que o pensamento marxista enfatiza o proletariado urbano fabril enquanto classe social a emancipar-se do capital, sendo sujeito da história. Para fins mais didáticos, citamos algumas obras, referenciando-as, em que essa discussão ocorre, porém a temática é uma diretriz do pensamento dos filósofos alemães. As obras de Gorz (1982, 2003) referenciadas continuam o debate marxista sobre a condição laboral, tratando do trabalhador do século XX e XXI. Não estão também citadas por fragmentos, mas fornecem as diretrizes para entender a degradação do trabalho também apontada por Ruffato e Jatobá. O autor francês também figura como clássico para a questão laboral. No Brasil, Antunes (1995, 2002) é referência para esta questão e muito de sua perspectiva adentra esta pesquisa, mormente, na questão da degradação do trabalho no regime capitalista.

ainda são fundamentais em nossa época visto que o trabalho, no século XXI, ainda é atividade a ser legalizada, questionada, alterada, uma vez que, para boa parte da humanidade, constitui-se em fonte de sofrimento físico e psicológico. Na Literatura Brasileira, inúmeras personagens trabalham e, decorrente disso, adquirem certa identidade laboral, dependendo da classe social e econômica em que se inserem. Essa pesquisa faz parte de um projeto maior que visa rastrear na Literatura Brasileira do século XIX, XX e XXI, como os escritores formalizam as articulações entre trabalho e discurso literário. Em nossas pesquisas, verificamos como os personagens, oriundos de classes sociais de baixo poder aquisitivo, discursam sobre sua atividade laboral e de que modo entendem essa atividade. O discurso dessas personagens é perpassado por sua posição econômica e cultural simultaneamente. A infraestrutura, ou seja, a sua condição econômica, interage com a superestrutura, ou seja, o universo cultural. Dessa interação, constitui-se um discurso bastante complexo em que as condições materiais de existência, sobretudo a atividade laboral, é nomeada tanto pelo prisma dos horizontes econômicos quanto pelas dimensões culturais que transcendem a classe a que pertencem. A perspectiva laboral de ordem cultural reinante na sociedade em que o trabalho aparece como um bem que dignifica o homem, não raras vezes, choca-se com a realidade material e econômica em que surge um trabalho estranhado, alienante e degradante. Há um claro contraponto entre o discurso sobre o trabalho advindo de uma superestrutura cultural que o qualifica e a sua real atividade cotidiana em que o trabalhador pobre é subjugado, humilhado e mal remunerado. Esse contraponto decorre claramente da condição de classe social, pois o trabalho é um bem diferenciado dentro do universo econômico, oferecendo melhores condições para os trabalhadores de classes sociais mais privilegiadas. Percebemos que essas contradições perpassam e instituem as falas das personagens, mormente, sobre a atividade laboral.

Desse modo, dentro dessa pesquisa maior, neste artigo, em virtude do espaço destinado, destacamos algumas falas de personagens que exemplificam essas contradições entre a infraestrutura e a superestrutura nas obras já referidas.

2 O DISCURSO LITERÁRIO: VIÉS BAKHTINIANO E O CÍRCULO RUSSO

A perspectiva adotada advoga uma teoria materialista da linguagem, embasando-se em Bakhtin e Volochinov (1986), em *Marxismo e filosofia da linguagem*, ou seja, o “signo lingüístico reflete e refrata o real”. Essa reflexão é dada, no entanto, por inúmeras mediações entre o sujeito e o objeto, a saber, de classe social, etnia, ideologia, faixa etária, nível cultural, estilo e cronotopo. A linguagem diz as coisas e de certo modo. Esse modo advém dessas inúmeras mediações que podem deformar, alterar, parodiar, desacreditar a coisa (no caso, o trabalho), ou seja, refratá-la.

Busca-se também refletir sobre linguagem e dialogismo, destacando-se que o sujeito, ao falar e narrar sobre o objeto (o trabalho), já o encontra discursado, analisado, desacreditado ou valorizado pelos vários discursos sociais. É no meio desse plurilinguismo que se terá que construir o discurso “próprio”. “Na base do eu está o nós”, como advogam os teóricos russos. Daqui decorre a crítica à ideia de sistema lingüístico ou literário que se impõe ao sujeito, ou seja, o “objetivismo abstrato”, em que o sujeito ou escritor é passivo frente ao sistema, apenas decodificando-o. Também se afasta de “um

subjetivismo individualista” que enfatiza que tudo parte do eu, criando-se “ídioloetos”. Há sempre um eu embasado em um nós. Tudo o que falamos pode ser aspeado, mas a nós também pertence. Eis a contradição positiva do discurso. Leva-se em consideração os dois centros: o eu e os outros diferentes de mim. O discurso literário entra em diálogo com os outros discursos sobre o trabalho tanto da esfera literária quanto de outras áreas e posiciona-se frente a eles. O discurso literário se orienta tanto para o contexto imediato quanto para o de longa duração, recuperando aí, na curta e longa temporalidade, os múltiplos discursos sobre o trabalho. O discurso literário não é determinado *ipsis litteris* por uma determinada geração nem parte de um autor isolado. É sempre irrepetível, dependendo do ponto de vista do autor específico, mas é socialmente vinculado, ou seja, apresenta sempre um cronotopo, ou seja, determinado por coordenadas de espaço e tempo. O discurso operacionaliza-se voltado para o passado e para o futuro, pois recupera o já dito e se formaliza em virtude do que será dito. É duplamente orientado. Vincula-se ao contexto imediato, mas também recupera o passado milenar. O discurso literário também se constituiu duplamente orientado. Tanto Ruffato quanto Jatobá recriam a vida e as falas de trabalhadores brasileiros, ancorando suas obras em certo cronotopo.

Os teóricos russos na obra referida se apresentam enquanto filósofos vinculados à tradição epistemológica marxista e tratam de importante tema para essa tradição, ou seja, investigam as articulações entre a infraestrutura, ou seja, as reais condições de existência material, e a superestrutura, ou seja, o terreno das ideias. Nesse debate, destacam a não determinabilidade do econômico sobre as ideias. No bojo dessa discussão, enfatizam a ontologia da linguagem, algo pouco explorado no terreno marxista. Todavia não distanciam a linguagem das reais condições materiais de vida uma vez que para eles a linguagem é práxis social, é comunicação, é subjetivação intersubjetiva, dada no contexto. Esse mirante embasa nossa pesquisa visto que percebemos as falas das personagens em constante interação com o contexto material de existência. Essa interação possibilita o questionamento dos discursos em torno do objeto trabalho advindos das classes mais abastadas em que o universo laboral figura como positivo e fonte de satisfação social.

3 O CRONOTOPO EM BAKHTIN E NO CÍRCULO

É necessário esclarecer a perspectiva cronotópica a partir de Bakhtin e Voloshinov. As coordenadas históricas e espaciais do discurso e do emissor são de suma importância na obra dos pensadores russos, pois nesse cenário epistemológico a linguagem é sempre contextualizada. Tentemos explicar de modo sintético em decorrência do espaço aqui permitido.

O signo verbal adquire sentido nas condições concretas de existência, ou seja, é no contexto que as palavras, as frases, os parágrafos e as obras se inserem e são entendidas. O signo verbal responde a questões contextuais e existenciais concretas, podendo ser eminentemente práticas e imediatas quanto vinculadas a questões de longa duração. Pode-se utilizar da linguagem tanto para saber as horas do dia quanto para dissertar sobre a condição laboral do homem no ocidente, como fez Karl Marx. O signo verbal visa, em várias situações, a agir sobre o contexto, pois se manifesta na condição de

convites, ordens, leis, proibições etc. O signo verbal se insere também em contexto cultural, ou seja, expressa ideias e valores de certa época. A vertente ideológica o situa em certa epistemologia, seja científica, religiosa, empírica, racional etc. A exemplo disso, há o discurso cartesiano, o discurso de Santo Agostinho, o discurso baconiano. Não há discurso neutro e que se enderece *urbi et orbi*, pois qualquer enunciação, desde uma palavra isolada a um conjunto de obra de determinado escritor, se dirige a certa audiência, respondendo a determinadas questões e objetivando certa intervenção social. O discurso se ancora em certas coordenadas. Por exemplo, as narrativas autobiográficas de escritoras afro-americanas realçam a condição étnico-racial; os romances de ciclos econômicos destacam o ambiente da cana-de-açúcar ou da mineração ou do cacau; a poesia de viés ambientalista enfatiza a Amazônia, a flora, a fauna e assim por diante. As obras de Ruffato e Jatobá se centram no ambiente laboral em contraposição ao familiar e, nessa tensão cronotópica polarizada, se instituem como discurso crítico ao labor degradante.

Nesse sentido, a condição cronotópica é vasta e complexa. Bakhtin (1988) trata dessa questão investigando o espaço da rua, da feira, da praça, do campo, da cidade, do limiar, da fronteira etc, analisando como esses cenários moldam as falas e as enunciações das personagens e seus destinos e se manifestam em temporalidades específicas. O tempo cíclico e o tempo do progresso linear são também fontes importantes para os estudiosos. Por exemplo, a fala das classes populares em tempo de carnaval se molda por uma sintaxe, um léxico e valores pertinentes a esse cenário. Bakhtin (1987) destaca a obra de François Rabelais como uma enunciação advinda do concreto das festas carnavalescas e da vida das classes populares. O escritor francês formalizou a fala e a visão de mundo de um universo ainda não tomado pela perspectiva burguesa do trabalho racional que foi responsável pelo enfraquecimento das festas populares. Já a fala das personagens burguesas, do indivíduo só, na alcova, se instituem de modo diverso, manifestando-se em solilóquios, por exemplo. Jatobá e Ruffato alternam os espaços, entre o domiciliar e o da fábrica e o da vida no campo e na cidade. As falas das personagens são fruto desse confronto cronotópico. Nesse embate, surge um discurso desabonador do trabalho fabril que despersonaliza os sujeitos, em oposição ao espaço e ao tempo anteriores à vinda para a metrópole.

Outra questão tratada por Bakhtin (1977) que se vincula ao cronotopo é a exotopia discursiva, pois o local do emissor difere do local do destinatário. Perceber o outro em seu espaço e tempo é, antes de tudo, entender o outro como diverso. Essa percepção faz com que o autor possa criar e recriar personagens críveis cujos discursos são orgânicos à criatura. Não entender essa exotopia, ou seja, este outro cronotopo, leva muitas vezes o escritor a criar personagens fantoches e artificiais cujas falas e enunciações são inverossímeis. A biografia de Ruffato e Jatobá se assemelha, em parte, à de seus personagens, mas estes não coincidem com o autor, pois são dotados de vidas e falas próprias. Há aí aproximação e distanciamento. São cronotopos semelhantes e diversos simultaneamente.

Seguindo essa linha de pensamento, discutiremos certos cronotopos a que as obras de Roniwalter e Ruffato se vinculam. De onde partem? Os escritores vêm de onde? Sua história laboral e existencial direciona em parte a enunciação? O escritor tem classe social? Essa condição é significativa para a constituição do universo literário? As falas

das personagens se ancoram em que cenário cultural? Histórico? Essas falas apresentam contradição quando contextualizadas no mundo do trabalho degradante? Como o espaço e o tempo se imbricam nas falas e enunciações?

Desse modo, vemos que o cronotopo não é meramente o aspecto geográfico e temporal físicos que podem ser metrificados. As coordenadas discursivas enformam o discurso ideologicamente (quais valores culturais são acionados em cada época, comunidade, classe social); eticamente (que resposta ao contexto promana do discurso? De reprodução? De contestação?) e existencialmente (como os interlocutores se posicionam entre si, estando em posições, às vezes, opostas. Respeito? Reprovação? Adesão? Refutação?). Nessa linha, como a prosa de Roniwalter e Ruffato se comporta frente ao trabalhador recriado? Qual o espaço laboral? Que falas daí emergem? Que discursos sobre o trabalho são mobilizados? A que classes sociais se vinculam? A que tempo respondem? O cronotopo da fábrica entra em dissonância com o espaço e o tempo do domicílio?

4 A TEORIA DO ROMANCE SEGUNDO BAKHTIN

Nesta pesquisa, lemos nosso *corpus* a partir da perspectiva da teoria do romance de Bakhtin em que se destaca que o romance é um discurso indireto, ou seja, representa literariamente o plurilinguismo social haja vista que os discursos sociais são a sua matéria prima. Bakhtin (1977, 1981, 1988) vê na longa gestação do gênero romanesco a história da formalização da “consciência ideológico-linguística do homem”. Esta vai se formando dentro da heteroglossia social e tomando consciência dessa pluralidade de vozes. O gênero romanesco privilegia essa heteroglossia ao abrigar essas vozes para se formalizar. O romance para Bakhtin é uma forma de epistemologia, pois o escritor, para falar de seu objeto (no caso, o trabalho), considera os vários discursos sobre esse objeto. O romancista se vale das vozes alheias para narrar a sua história em atitude essencialmente dialógica. O conhecimento de algo passa necessariamente pelas vozes dos outros sobre o objeto. A alteridade é constitutiva no processo de conhecimento, por isso é uma epistemologia. O romancista se vale do plurilinguismo social a que tem acesso quer pela leitura, quer pela oitiva, e dota seus personagens com essas vozes, plasmando-as em situações narrativas próprias e adequadas a elas. No caso de Roniwalter e de Ruffato, as vozes dos trabalhadores que eles mesmos foram em suas experiências laborais e que ouviram, no chão da fábrica, nos refeitórios, nos dormitórios, são mobilizadas e recriadas nas respectivas narrativas que escolhemos como *corpus* da pesquisa.

Bakhtin se preocupa sobremaneira com os aspectos composicionais do romance, investigando como ocorre o enquadramento dos discursos sociais dentro do enunciado dos narradores, das personagens, dos gêneros abrigados pelo romance, pesquisando as várias formas de assimilação dessas vozes, a saber, discurso direto, indireto, indireto livre, *skaz*, estilizações, híbridos e outros. O enquadramento das vozes, no entanto, não pode ser reduzido a uma questão formal-sintática, mas a uma construção axiológica, ética e cronotópica em que a voz do outro, ainda que dentro de contexto alheio, não perca a sua autonomia e especificidade. Não é uma perspectiva sintático-formal, mas sintático-axiológica. Obviamente que somente em boas narrativas isso se formaliza. O romance se

constitui na representação dessa interação discursiva. As vozes podem se harmonizar, mas também entrar em conflito. O contexto narrativo pode torná-las objetais, servindo a um propósito monológico, mas também podem se manifestar de modo autoral, sem serem objetificadas por esse contexto. Quanto menos objetal a voz do outro, mais polifônico o romance.

Há inúmeros procedimentos formais de que se vale o romancista para criar vozes concretas, com posição axiológica própria que resistem à objetificação. Cada situação narrativa vai exigir uma análise dialógica específica do discurso. Para o filósofo da linguagem, o romance é gênero histórico e em mutação, abrigando de forma paródica, carnavalizada e estilizada, além das várias vozes sociais, os outros gêneros discursivos. Por isso, o romance é sempre um discurso indireto, pois se institui ao englobar e formalizar vozes sociais concretas. Em nosso caso, as vozes sobre o trabalho são concretas, históricas e se manifestam pela recriação literária nas falas das personagens das obras em tela. Procuraremos investigar a contradição entre os discursos sobre o trabalho e suas reais condições materiais e como essas enunciações apresentam essas condições dissonantes entre o falar e a concretude laboral.

5 INTRODUÇÃO À OBRA DE LUIZ RUFFATO E RONIWALTER JATOBÁ

Esses escritores são contemporâneos e ambos vêm de classes sociais menos privilegiadas quanto à cultura letrada e à condição econômica. Trabalharam, em sua juventude, em atividades materiais não qualificadas do ponto de vista das academias universitárias. A vida material de intensa labuta que tiveram os instiga a escrever sobre trabalhadores braçais. A vida migratória que tiveram também os estimula a narrar sobre personagens itinerantes. No entanto, migram de cronotopo e adentram o universo universitário e se tornam jornalistas e escritores. Desse modo, em sua existência, passaram de trabalhos materiais a atividades imateriais e representam, em suas obras, inúmeros personagens que labutam cotidianamente para sobreviverem em condições materiais adversas. São intelectuais orgânicos, na acepção gramsciana (1995)², visto advirem de classes sociais desprestigiadas e que adentram o universo literário com essa carga existencial formativa e plasmam em suas obras as trajetórias de vida da classe pobre que conhecem muito bem, pois as viveram em sua infância e juventude. Vida e obra literária caminham de modo conjugado à medida que esses escritores discursam sobre o que viveram organicamente, possibilitando articular organicamente, na acepção gramsciana, literatura e sociedade a partir de suas vozes romanescas.

² Gramsci, filósofo italiano de tradição marxista, assim como os teóricos russos aqui estudados, também trata das articulações entre infraestrutura e superestrutura, enfatizando o terreno das ideias, destacando a hegemonia do ideário liberal-burguês haja vista que o mesmo é reforçado por inúmeras instituições sociais como as igrejas, as escolas, os meios de comunicação etc. Apegosa a necessidade de haver intelectuais orgânicos advindos das classes populares a fim de possibilitar a emancipação social e econômica dessa classe. Nessa perspectiva é que os autores aqui estudados se inserem nesse âmbito, podendo ser chamados de orgânicos. Em suas obras encontramos falas e situações das quais eles próprios participaram enquanto cidadãos e trabalhadores. Como afirma Bosi (1980), em prefácio a esta obra: “Os discursos de quem não viu, são discursos; os discursos de quem viu, são profecias”.

Roniwalter Jatobá (Campanário, Minas Gerais, 1949), aos 15 anos, começa a trabalhar com o pai, transportando mercadorias em caminhão. Muda-se para São Paulo, em 1970, empregando-se como operário na indústria química, e depois, em São Bernardo do Campo, na indústria metalúrgica. Em 1973, transfere-se para São Paulo, para trabalhar como gráfico na Editora Abril. Gradua-se em Jornalismo, em 1975.

A obra, *No chão da fábrica*, 2016, trata sobre o modo das classes trabalhadoras. O intelectual recria a vida de homens e mulheres dentro das fábricas brasileiras, principalmente, na década de setenta, nas grandes cidades. Ao contar a história dos outros, reconta também parte de sua condição cronotópica. A maioria das personagens são oriundas de cidades pequenas, gente humilde, sem qualificação profissional para as grandes indústrias, que vêm de contextos de trabalho artesanal e que buscam encontrar uma nova vida, iludidos com o trabalho fabril que poderá lhes melhorar materialmente. Migram de suas cidades, pois ali o contexto laboral é bastante precário. Essa vida, no entanto, na visão de Jatobá, não é frutífera, visto que o destino das personagens em novo *locus*, dá-se de modo conturbado, trágico e degradante.

Luiz Ruffato (Cataguases, Minas Gerais, 1961) é filho de pipoqueiro e de lavadeira de roupas. Formou-se em tornearia-mecânica e trabalhou como operário da indústria têxtil. Sua experiência concreta também lastreia o discurso literário ao recriar personagens cujas trajetórias cronotópicas se assemelham às de sua própria vida. Graduou-se também em Jornalismo e trabalhou em diversos periódicos até se mudar para São Paulo em 1990. Em 2003, afasta-se da carreira de jornalista para se tornar escritor em tempo integral.

A obra de Luiz Ruffato, *De mim já não se lembra*, apresenta dezenas de personagens que trabalham. A obra se passa na cidade de São Paulo, dos anos 70, narrando a vida de trabalhadores de fábrica de automóvel, sob o ponto de vista de um jovem mineiro de Cataguases que migra para a metrópole com o sonho de viver melhor. O protagonista, Célio, mostra-nos como conseguiu sobreviver, empregando-se em uma fábrica – destino semelhante a muitos brasileiros pobres naquele período, visto que a indústria automobilística surgia como potencialidade de trabalho e de melhoria das condições de vida material do operário. Trabalha arduamente e adquire bens materiais que, em sua cidade natal de economia incipiente, jamais teria a oportunidade de obtê-los. Porém, nessa trajetória, aliena-se e sente saudades de sua vida pregressa em que se sentia protegido e amado por seus familiares. A narrativa majoritariamente, compõe-se de 50 (cinquenta) cartas do protagonista a seus pais, relatando sua nova vida. Essas cartas vêm a lume após a sua morte.

A obra *De mim já nem se lembra* se institui dialogicamente entre o real e o ficcional uma vez que o próprio autor, Luiz Ruffato, edita essas cartas, escritas por seu irmão Célio, achadas na casa de sua mãe, após o falecimento desta. Apesar da ascensão material e de certa estabilidade conquistada, a narrativa demonstra a desilusão da personagem por se sentir alijado de sua família. Ao final da narrativa, o personagem morre, sendo atropelado por um veículo que recém adquirira. O final é bastante simbólico, pois o protagonista morre em acidente automobilístico (colisão entre seu veículo e um caminhão), sendo atropelado por um bem tecnológico que ajudara a produzir durante sua labuta cotidiana nas fábricas. A sua morte, nessas condições, pode ser vista como metáfora para sua

falência pessoal e existencial. Ascede materialmente, mas sua existência é solitária, alienada, impessoal como a de muitos outros no cenário de uma metrópole. Claramente, vemos o valor simbólico do desfecho. O personagem morre exatamente quando adquire emprego e bens materiais, mas simultaneamente, despersonaliza-se na fábrica. Ocorre um apagamento de si à medida que, ao migrar de sua cidade e se estabelecer na metrópole, sua identidade vai se apagando socialmente visto que seus conterrâneos vão falecendo e também migrando para outras paragens. Daí o título do livro se aclara, ou seja, a personagem é apagada da memória dos outros, seus conterrâneos, e dele “já ninguém se lembra”. A cidade o redefine, “De mim já nem se lembra”, ou seja, já não é ninguém. Todavia, a edição das cartas por seu irmão (o autor, Luiz Ruffato), constitui a escritura da narrativa, contribuindo para que a personagem Célio se immortalize via discurso literário. A trajetória da personagem adquire significado em cronotopos diversos.

6 CONTRADIÇÕES DISCURSIVAS

Nesta seção, analisamos alguns excertos das vozes de dois personagens, procurando demonstrar como o discurso sobre o trabalho, visto como empreendimento digno e honesto, que confere ascensão social e material, é reproduzido nas falas das referidas personagens e de como esse discurso é contrariado pelas condições reais de existência material. O cronotopo concreto de vida das personagens desabona o discurso dignificante sobre o trabalho. As personagens trabalham, mas labutam em profissões não qualificadas (trabalham em fábricas e seu labor é mecanizado) do ponto de vista de uma consciência e ideário burguês. Desse modo, o trabalho não lhes traz felicidade, dignidade, reconhecimento social como prometido e desejado. Esse choque entre a realidade laboral e certo discurso sobre o trabalho nos mostra claramente o corte de classe social que constitui as falas das personagens que aderem a discursos estranhos e alheios à sua realidade.

Os enunciados se constituem bivocais³, visto que essa tensão entre a realidade laboral, despersonalizada e alienada e as palavras enobrecedoras sobre o objeto trabalho, desequilibra o enunciado, pois as palavras não dizem “a coisa” (o trabalho) como ela é. Duas orientações axiológicas passam a habitar o enunciado, ou seja, uma que enaltece o trabalho, e outra, que o vê em sua condição degradante e alienante. A tensão dialógica entre essas duas vozes possibilita a crítica ao universo do trabalho, demonstrando claramente que alguns trabalhos são melhores que outros e conferem identidades diversas a quem os exerce. O corte de classe social e econômica se faz presente, qualificando ou desqualificando certas profissões e pessoas. As personagens incorporam discursos que enaltecem o trabalho, mas ao empreender a atividade laboral em condições precárias, se

³ As obras de Bakhtin (1981) e Bakhtin/ Voloshinov (1986) tratam de modo detalhado da bivocalidade do discurso uma vez que no cerne do pensamento dos teóricos russos está presente como elemento fundante a dialogia em que cada enunciado é bivocal, ou seja, pertence ao nós, é produto social, responsivo e exhibe claramente sua dupla face. Nessa bivocalidade percebemos os embates sociais e axiológicos. No caso dessa pesquisa, o discurso enobrecedor do trabalho entra em dialogia com as condições reais de existência e é questionado, gerando outro enunciado em que as condições degradantes do labor são explicitadas nas vozes bivocais.

dão conta do discurso em descompasso com a realidade. Parece haver um deslocamento claro entre a enunciação que advém de certo mirante de classe e a vida concreta a que esse discurso não nomeia. Discurso e realidade se descolam. Vida e enunciado se afastam. O indivíduo emite um discurso sem referente.

Na obra *De mim já nem se lembra*, selecionamos apenas excertos exemplares em que o protagonista demonstra que o trabalho é fonte, sobremaneira, de estafa, de separação da família e de degradação. Obviamente que esses fragmentos são apenas ilustrativos. A leitura da obra, em sua totalidade enunciativa, é que permite perceber com clareza como o discurso enobecedor do trabalho entra em dissonância com a realidade precária do trabalho a partir do corte de classe. Vamos aos excertos, a título de exemplificação.

Na sequência, observamos a presença de trabalho extenuante; desqualificação do trabalho material em detrimento do trabalho imaterial; visão patriarcal sobre o trabalho feminino e trabalho intensificado. Como referido, a vinda da personagem Célio (protagonista de Ruffato) é motivada pelo anseio de trabalhar em uma grande fábrica e dali retirar o sustento material para si e para os seus que deixou em sua cidade natal. A fim de subsistir e promover uma vida material menos sofrida para seus familiares, Célio trabalha de modo estafante. A venda das férias é narrada em várias das cartas, indicando a situação de labuta incessante do trabalhador pobre. Citemos apenas uma fala ilustrativa: “Mãe, conversei com o seu Wolfe e a firma vai me comprar as férias.” (Ruffato, 2016, p. 46). Ao iniciar sua vida laboral, passa anos sem poder retornar à cidade natal, pois se compromete no período de férias com o trabalho no intuito de sobreviver e fazer uma pequena poupança. Não é raro, na vida dessas personagens, retornarem quando seus progenitores já faleceram e muitos de sua família já não mais habitarem o local natal de onde vieram. A necessidade os impede de concretizar esse retorno tão esperado.

No fragmento a seguir, Célio, incorporando uma perspectiva patriarcal de mundo e também de classe mais abastada, deseja que sua companheira não trabalhe. Isso, porém, é impossível visto que somente com seu provento não pode subsidiar a vida material da família. No entanto, sua fala manifesta esse desejo em dissonância com suas condições reais de existência: “Eu não tenho nada contra não, mas sinceramente não queria que ela trabalhasse fora”. (RUFFATO, 2016, p. 71) [...] Ela falou que quer ser professora, agora imagina, mãe, se uma professora vai querer casar com um peão que nem eu”. (RUFFATO, 2016, p.71). Nessas passagens, a personagem narra à sua mãe como se apaixonou pela companheira e de como gostaria de se casar com ela. Notamos aí que o narrador está imbuído de uma visão de classe que não lhe pertence. A partir de uma perspectiva cultural patriarcal, deseja ser o provedor econômico, sustentando a esposa, mas é muito pobre para fazê-lo. Percebemos o choque cultural entre o discurso e a prática. O local concreto de fala não coincide com o discurso, emprestado da classe dominante. Entretanto, embora almeje uma posição que não pode garantir, ou seja, exercer a liderança econômica, apresenta consciência clara sobre as divergências entre o trabalho fabril nas máquinas em que o fazer é mecanizado e o labor intelectual da amada, bem mais prestigiado na sociedade. Novamente, estamos diante de contradição social entre trabalho qualificado e desqualificado. O trabalho da indústria, no chão da fábrica, está muito distante do labor da docência e isso o apequena diante da companheira. Essas contradições dissipam as possibilidades de Célio se casar com a companheira. Na sequência, temos nova contradição na fala da personagem:

É nessas horas que eu entendo a revolta do Fabinho, que sempre fala que não entende porque para ganhar a vida a gente tem que mudar para longe das pessoas que ama. Aí, em Cataguases, quando os filhos desse pessoal rico vão estudar fora, eles sabem que mais dia menos dia voltam e vão ser médico, engenheiro, dono de fábrica, advogado. Mas a gente, que é pobre, sai para nunca mais. Por isso que dizem que rico ri à toa. É por isso, porque estão sempre perto da família. (RUFFATO, 2016, p. 98).

Esse trecho enfoca um dos temas fundamentais que perpassam a narrativa, ou seja, o quanto o trabalho para os desafortunados é elemento de desagregação da pessoa, de sua identidade e de sua família. O movimento migratório de regiões mais pobres para regiões em que há emprego é uma situação bastante recorrente na sociedade brasileira e é narrada por inúmeros romances brasileiros. Na obra analisada, essa situação é reiterada. No fragmento, em tela, o narrador traz à luz essa problemática. As personagens desabonadas economicamente tomam consciência da fragmentação que os laços familiares sofrem ao serem interrompidos pelo movimento migratório citado. Novamente, a condição de classe se faz presente, isolando-os dos entes queridos, levando-os a se despersonalizarem em ambientes degradantes e com os quais não se identificam. O cronotopo do trabalho faz emergir uma consciência discursiva crítica porque afasta a personagem dos seus familiares. O romance de Ruffato destaca essa questão como vimos, inclusive pelo título, “De mim já nem se lembra”, pois a desagregação da rede familiar e social se impôs a partir de um trabalho que não permite o retorno, nem em época de férias.

Da obra *No chão da fábrica*, focalizaremos o capítulo intitulado “A fábrica”. Nessa narrativa, em primeira pessoa, o narrador apresenta a sua família já instalada em São Paulo, vivendo em uma casa muito simples e modesta, e focaliza sobretudo as personagens mãe, pai e o narrador. A mãe, dona de casa, vive uma existência muito sofrida, convivendo com a necessidade de economias diárias e muita tarefa estafante. O pai, feitor em uma fábrica, trabalha muito e sustenta a todos com seu parco salário. O pai, no entanto, já exerce uma atividade melhor remunerada que os outros empregados na fábrica visto que é responsável por controlar e vigiar o trabalho dos operários. Mas, mesmo nessa posição hierárquica, é remunerado parcamente, exaurindo-se em horas extras seguidas à jornada normal de trabalho. O protagonista é ainda um jovem adolescente, mas o pai o leva a trabalhar para ajudar no sustento da família. O narrador-protagonista hesita em se empregar, mas obedece, pois ali todos devem labutar desde muito cedo. Passa a estudar à noite e se emprega, porém, desconfia que trabalhar é algo degradante e perigoso. Em uma das cenas descritas, podemos perceber o choque entre o discurso sobre o trabalho e a real situação do mesmo em que se destaca a situação precária do trabalho em que os operários arriscam a vida e um deles vem a falecer em decorrência da falta de segurança. Há certa comoção pela morte do trabalhador, mas logo a ocasião é racionalizada a fim de que não haja conscientização e união por parte dos trabalhadores. O pai, feitor, nessa situação, demonstra claramente que é tomado por um discurso da classe social a que não pertence, mas defende. A fim de dispersar os trabalhadores em torno do acontecido, evitando uma possível reivindicação por melhores condições laborais, reproduz o discurso da elite para os empregados sob a sua tutela, informando-os de que há muitos desempregados, ansiando por uma vaga e aqueles, que estejam descontentes, devem pedir a demissão, visto que há uma legião a poder substituí-los. O protagonista-narrador delimita essa situação para narrar e essa delimitação é já em si

crítica, pois demonstra claramente que o trabalho para os pobres é precário e humilhante. Essa situação contribui para formação de uma consciência discursiva crítica por parte do protagonista. Todavia, percebe a degradação do trabalho, mas a ele se submete visto que não há saída. Vamos aos excertos:

A vila crescia, mudando de cara, o apito avisando, crescendo, inchando de gente. A fábrica cada dia mais se alargando como teia de aranha, pegando os viajantes chegados de carteira em branco, com precisão, dando serviço aos que sabiam ler alguma coisa, o apito chamando. Alguns, sem ciência de causa, achavam o trabalho até bom, pois, de onde eles chegavam, diziam, não temos nem onde cair morto. Pai, feitor, repetia a fala deles assim, sem dó. (JATOBÁ, 2016, p. 67)

No trecho, encontramos a consciência exotópica do narrador que, embora tenha a mesma história e narrativa dos demais, deles se destaca pelo viés crítico. O narrador destaca o caráter de classe homogênea dos trabalhadores e de como são carentes, pobres, desqualificados e ingênuos e de como o próprio pai, em posição hierárquica (feitor) recupera a fala desses trabalhadores, mas utiliza essa fala com o objetivo de levá-los a aceitar o trabalho árduo e mal remunerado. O discurso do feitor se orienta duplamente, pois se utiliza da fala dos operários o que lhe possibilita se aproximar deles e angariar a sua confiança, e, simultaneamente, nessa recuperação discursiva, reforçar o seu compromisso com a elite proprietária que o emprega, usando essa fala para domesticar os trabalhadores e conformá-los ao trabalho. Há aí, claramente, uma dupla orientação de classe social em que o contexto narrativo citante se apropria da fala operária em benefício da elite. Novamente, percebemos o embate entre o discurso laudatório do trabalho e as condições cronotópicas que o enfraquecem.

Em outro trecho, vemos a verificação de que o universo laboral, após o acidente relatado (a morte de um trabalhador), surge como algo pouco louvável e benéfico para o trabalhador:

Não contei nada (sobre o acidente que presenciara com a morte de um operário). Nunca tinha visto ninguém morrer. De noite, na mesa, todo mundo jantando, toquei no assunto. Pai assuntou, acendendo um cigarro, mãe respondeu com as vistas, aí pai disse, vai dormir, deixa de histórias de trancoso. Depois, ele falou que dessa semana eu não passava, já tinha emprego garantido. Ia começar, passado do tempo, no mais tardar, segunda-feira que entra. Saí para o quarto, uma coisa me dizendo na cabeça, perguntando, se trabalhar é bom. (JATOBÁ, 2016, p. 68)

O capítulo em tela narra as modificações da cidade com o advento da fábrica e de como os operários para ali acorrem. O narrador também relata como foi iniciado no mundo do trabalho. Essa iniciação denuncia o caráter degradante do mesmo. Inicia-se com a visão do óbito do trabalhador que pode representar o destino de qualquer um dos operários. As condições laborais são inseguras. Perceba-se que sobre o acontecido não há falas explícitas. O narrador apenas “toca no assunto”; a mãe responde somente com o olhar; o pai o desvia de continuar a falar e o insta a trabalhar. A ausência de falas, no entanto, não impede uma tomada de consciência sobre a degradação do trabalho e dos perigos que a ato de laborar traz. Sabe-se que trabalhar não é bom, mas é preciso continuar

a labutar, mesmo que em empregos degradantes. A iniciação ao trabalho se dá pela visão da morte do trabalhador, reforçando uma crítica às condições subumanas de emprego a que se submetem os operários. Novamente, as condições cronotópicas reais do trabalho entram em choque com o discurso positivo do labor.

7 PALAVRAS FINAIS

A leitura das obras de Ruffato e Jatobá nos propicia a discussão e a problematização da vida de milhares de trabalhadores brasileiros oriundos de classes sociais pouco privilegiadas, demonstrando que seus destinos são muito parecidos e que o trabalho realizado não traz melhorias substantivas na vida de nenhum deles. O discurso literário aí está vinculado à vida, formalizando a realidade cotidiana de décadas a fio na sociedade brasileira em que o trabalho material é pouco valorizado. O trabalho na fábrica é mecanicista, atende exclusivamente em termos de lucro ao capital, despersonaliza o trabalhador que pode ser substituído imediatamente, afasta-o de seus familiares tanto porque o consome em uma jornada estafante quanto porque o faz migrar de sua cidade natal para a qual já não poderá voltar. Entretanto, embora haja essa tipificação de uma dada classe social homogênea, os escritores conseguem, com maestria, particularizar cada personagem, cada situação, criando personagens com falas próprias, vidas e destinos singulares. Eis o sortilégio de uma boa obra literária, ou seja, faz surgir homens concretos a partir do contexto em que vivem e que compartilham entre si. Podemos perceber também, nas falas das personagens, que o espaço e o tempo do trabalho fabril se manifestam ora vinculados a um desejo de progredir e alçar-se acima de sua condição de miserabilidade, reforçando um discurso positivo sobre o trabalho, ora como atividade a degradar ainda mais aquele que o exerce visto que fruto de condições materiais capitalistas em que o operário é apenas um número, um anônimo, alguém a serviço tão somente do outro no sentido de enriquecê-lo e empoderá-lo. Há claramente nas falas das personagens a contradição entre a dimensão infraestrutural, ou seja, as reais condições laborais de produção e reprodução da vida, e a dimensão supraestrutural em que o discurso, embora englobe uma perspectiva positiva do trabalho, não deixa de tomar consciência da degradação e alienação da atividade laboral, dada, sobretudo, pelo corte de classe social.

REFERÊNCIAS

- ANTUNES, R. *Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. 6. ed. São Paulo: Boitempo, 2002.
- ANTUNES, R. *Adeus ao trabalho?* São Paulo: Cortez, 1995.
- BAKHTIN, M; VOLOCHINOV, V. *Marxismo e Filosofia da linguagem*. Trad. Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira. São Paulo: Hucitec, 1986.
- BAKHTIN, M. *Questões de literatura e estética: a teoria do romance*. Trad. Aurora Fornnoni Bernardini et al. São Paulo: Editora Hucitec, 1988.
- BAKHTIN, M. *Estética da criação verbal*. Trad. Maria E. G. G. Pereira. São Paulo: Martins Fontes, 1977.
- BAKHTIN, M. *Problemas da poética de Dostoiéski*. Trad. Paulo Bezerra. Rio de Janeiro: Forense/Universitária, 1981.

- BAKHTIN, M. *Cultura popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de François Rabelais*. Trad. Yara Frateschi Vieira. São Paulo: Hucitec/Editora Universidade de Brasília, 1987.
- ENGELS, F. *O papel do trabalho na transformação do macaco em homem*. 4. ed. Rio de Janeiro: Global, 1990.
- GRAMSCI, A. *Concepção dialética da história*. 10. ed. Trad. Carlos Nelson Coutinho, São Paulo: Civilização Brasileira, 1995.
- GORZ, A. *Adeus ao proletariado*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.
- GORZ, A. *Metamorfoses no mundo do trabalho*. São Paulo: Annablume, 2003.
- JATOBÁ, R. *No chão da fábrica*. São Paulo: Nova Alexandria, 2016.
- LUKÁCS, G. *The ontology of social being: Labour*. Londres: Merlin Press, 1980.
- MARX, K. A maquinaria e a indústria moderna. In: MARX, K. *O Capital: Crítica da Economia Política*. Trad. Reginaldo Santanna. 12. ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 1986.
- MOTA, C. G. *Ideologia da cultura brasileira (1933-1974)*. 4. ed. São Paulo: Editora Ática, 1980.
- RUFFATO, L. *De mim já nem se lembra*. São Paulo: Editora Moderna, 2016.



Este texto está licenciado com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1982-4017-200307-10919>

Recebido em: 03/12/19 | Aprovado em: 26/10/20

CAPA, ORELHAS E QUARTA CAPA COMO ESPAÇOS ENUNCIATIVOS DE PROMOÇÃO DE OBRAS LITERÁRIAS

Front Cover, Flaps, and Back Cover
as Enunciative Spaces
to Promote Literary Works

Portada, solapas y página de créditos
como espacios enunciativos
de la promoción de obras literarias

Vinícius Lourenço Linhares*

Instituto Federal de Minas Gerais, Departamento de Linguagens, Congonhas, MG, Brasil

Resumo: A partir da aproximação entre teoria da enunciação e o processo de produção e editoração do livro, este artigo analisa a encenação de alguns agentes envolvidos na cadeia editorial do livro *O sol na cabeça*, do escritor brasileiro Geovani Martins, relativamente à promoção/divulgação e difusão do referido livro. Embasam este trabalho as discussões de Araújo (2012), Cavallo e Chartier (2001), Chartier (1998) e Thompson (2012) sobre processos de edição. As discussões envolvendo a enunciação estão calcadas nos estudos de Benveniste (1989; 1995), Bakhtin/Volochinov (2009) e Bakhtin (2010), além de se valer da visão de Marx (1996) sobre a mercadoria no contexto da economia capitalista.

Palavras-chave: Cadeia editorial. Divulgação. Enunciação. Literatura. Livro.

Abstract: Based on the approximation between the Theory of Enunciation and the process of book production and publishing, this paper analyzes the participation of some agents that have been involved in the publishing supply chain of the book *O sol na Cabeça*, by the Brazilian writer Geovani Martins, concerning the promotion/publicizing of his book. In order to discussing the editing processes, this paper uses the discussions of Araújo (2012), Cavallo and Chartier (2001), Chartier (1998), and Thompson (2012). About the discussions involving the enunciation, the theoretical bases are the studies of Benveniste (1989, 1995), Bakhtin/Volochinov (2009) and Bakhtin (2010). Furthermore, the Marx's (1996) view regarding the merchandise in the context of the capitalist economy.

Keywords: Publishing supply chain. Promotion. Enunciation. Literature. Book.

Resumen: A partir de la aproximación entre teoría de la enunciación y el proceso de producción y edición del libro, este artículo investiga la escenificación de algunos agentes involucrados en la cadena editorial del libro *O sol na cabeça*, del escritor brasileño Geovani Martins, respecto a la promoción/divulgación del referido libro. Este trabajo se basa en las discusiones de Araújo (2012), Cavallo y Chartier (2001), Chartier (1998) y Thompson (2012) sobre procesos de edición. Las discusiones que involucran la enunciación están basadas en los estudios de Benveniste (1989; 1995), Bajtín/Volóshinov (2009) y Bajtín (2010), además de valerse de la visión de Marx (1996) respecto a la mercancía en el contexto de la economía capitalista.

Palabras clave: Cadena editorial. Divulgación. Enunciación. Literatura. Libro.

* Docente no Instituto Federal de Minas Gerais (IFMG), Campus Congonhas, atuando nos cursos técnicos, na Licenciatura em Letras e demais cursos superiores – Departamento de Linguagens. Doutorando em Literaturas de Língua Portuguesa, na PUC Minas, com bolsa de pesquisa da Capes II_ ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3849-8217>. E-mail: vini1460@yahoo.com.br.

1 O LIVRO COMO PRODUTO FORJADO NA/PELA CADEIA EDITORIAL

Em seu conhecido texto *O caráter fetichista da mercadoria e seu segredo*, Marx (1996) argumenta que tal característica, inerente à mercadoria, decorre do apagamento do trabalho humano empregado na confecção de um produto. Tão logo esse produto assume a forma de mercadoria, todo o trabalho humano aí envolvido é apagado, sumido “magicamente”. Por isso, Marx (1996) afirma que “os produtos do cérebro humano parecem dotados de vida própria, figuras autônomas, que mantêm relações entre si e com os homens.” (MARX, 1996, p. 198). No caso de uma cadeia editorial, sobretudo das grandes companhias editoriais, esse caráter fetichista da mercadoria mostra-se de modo mais acentuado porque o produto final dessa cadeia – o livro – vem envolvido numa aura de erudição e distinção social que acaba por separar (ou segregar?) aqueles que leem muitos livros, devorando-os, como muito se ouve, daqueles que não leem ou leem poucos livros.

Destitui-se, dessa forma, entre outras, o livro de seu aspecto de mercadoria, fazendo com que se esqueça que até chegar às mãos do leitor, o livro passa por um amplo processo de editoração que vai desde a escrita do texto pelos autores até a impressão de sua versão final, que será comercializada. Entre a escrita do texto e sua versão final, transformada em livro e comercializada, outros processos e profissionais da área editorial são inter-relacionados e coordenados numa ampla cadeia editorial. No âmbito dessa cadeia, o livro, que para cada leitor pode evocar distintas representações e sentimentos – prazer, sofrimento, conhecimento, partilha, etc. – é um produto. Circulando numa economia capitalista, como é o caso da nossa, esse produto está submetido a regras de funcionamento que obedecem às máximas de custo, benefício e lucratividade. Roger Chartier e Guglielmo Cavallo (2001), importantes pesquisadores dedicados à história do livro e da leitura no Ocidente, afirmam que

Os autores não escrevem livros: não, escrevem textos que se tornam objetos escritos – manuscritos, gravados, impressos e, hoje, informatizados – manejados de diferentes formas por leitores de carne e osso cujas maneiras de ler variam de acordo com as épocas, os lugares e os ambientes. (CAVALLO; CHARTIER, 2001, p. 20, tradução minha)¹

Essa complexa cadeia editorial na qual se forja o livro, por sua vez, é movimentada por distintos saberes e técnicas de criação. Emanuel Araújo (2012), autor cuja obra é considerada fundamental para a área de processos editoriais, caracteriza a editoração como

[...] o conjunto de teorias, técnicas e aptidões artísticas e industriais destinadas ao planejamento, feitura e distribuição de um produto editorial. Em outras palavras, editoração é o gerenciamento da produção de uma publicação – livros, revistas, jornais, boletins, álbuns, cadernos, almanaques, etc. (ARAÚJO, 2012, p. 38)

¹ Na edição consultada: “Los autores no escriben libros: no, escriben textos que se transforman en objetos escritos – manuscritos, grabados, impresos y, hoy, informatizados — manejados de diversa manera por unos lectores de carne y hueso cuyas maneras de leer varían con arreglo a los tiempos, los lugares y los ámbitos.”.

Nesse processo, constam etapas de seleção do conteúdo, revisão, planejamento do projeto editorial, planejamento do projeto gráfico, execução (diagramação), revisão da diagramação, finalização e impressão (ou programação digital, se for o caso). Tais etapas, por sua vez, vão sendo movimentadas a partir de engrenagens que sustentam e fomentam o mercado editorial.

Sobre essa questão mercadológica, o sociólogo britânico John B. Thompson, importante pesquisador sobre os mecanismos e agentes envolvidos no funcionamento do mercado editorial em língua inglesa, propõe uma abordagem da cadeia editorial recorrendo às categorias de *campo* e *capital*, retomadas do também sociólogo, o francês Pierre Bourdieu². A partir dessa retomada, Thompson (2013, p. 13-14) elenca cinco importantes tipos de capital que, na sua visão, são imprescindíveis à constituição e movimentação da cadeia editorial: o capital econômico, o capital humano, o capital social, o capital intelectual e o capital simbólico.

Segundo Thompson (2013, p. 15), o capital econômico diz respeito aos recursos financeiros acumulados. O capital humano está ligado aos profissionais empregados na empresa com distintos conhecimentos e habilidades. O capital social diz respeito à rede de contatos e relações construídas ao longo do tempo por um indivíduo ou pela organização empresarial. O capital intelectual diz respeito aos direitos que um editor possui ou controla em conteúdo intelectual. Tais direitos são lastreados nos contratos com autores e outros órgãos que podem ser explorados através de vendas e publicações. E, por fim, o capital simbólico é o prestígio acumulado e o *status* associado à editora. Tudo isso, por sua vez, não se constitui de modo isolado. Ao contrário, é constantemente inter-relacionado na constituição e geração de valor na/para a cadeia editorial, tratada por Thompson (2012) como um campo de disputas, justamente por envolver capital e poder:

Um campo é um espaço estruturado de posições sociais que podem ser ocupadas por agentes e organizações, e no qual a posição de qualquer agente ou organização depende do tipo e quantidade de recursos ou "capital" que eles têm à sua disposição. Qualquer arena social - um setor empresarial, uma esfera da educação, um domínio do esporte - pode ser tratada como um campo no qual agentes e organizações estão ligados em relações de cooperação, competição e interdependência. Os mercados são uma parte importante de alguns campos, mas os campos são sempre mais que os mercados. Eles são compostos de agentes e organizações, de diferentes tipos e quantidades de poder e recursos, de uma variedade de práticas e de formas específicas de competição, colaboração e recompensa. (THOMPSON, 2012, p. 14, tradução minha)³.

² Bourdieu afirma que não é possível explicar o mundo social sem retomar o capital em todas as suas formas de manifestação, e não apenas econômica. Para o sociólogo, as formas de troca na sociedade capitalista, cujo capital econômico é a forma mais aparente e material, "podem se apresentar na forma imaterial do capital cultural, ou do capital social, e vice-versa." (BOURDIEU, 1986, p.242, tradução minha). Quanto ao conceito de campo, Bourdieu afirma que se "trata de um espaço social estruturado, um campo de forças - há dominantes e dominados, há relações constantes, permanentes, de desigualdade, que se exercem no interior desse espaço - que é também um campo de lutas para transformar ou conservar esse campo de forças." (BOURDIEU, 1997, p. 57).

³ No original: "A field is a structured space of social positions which can be occupied by agents and organizations, and in which the position of any agent or organization depends on the type and quantity of resources or 'capital' they have at their disposal. Any social arena - a business sector, a sphere of education, a domain of sport - can be treated as a field in which agents and organizations are linked together in relations of cooperation, competition and interdependency. Markets are an important part of some fields, but fields are always more than markets. They are made up of agents and organizations, of different kinds and quantities of power and resources, of a variety of practices and of specific forms of competition, collaboration and reward." (THOMPSON, 2012, p. 14).

No esquema formulado por Thompson (2012), retomado do autor na figura 1, para representar a cadeia editorial, estão explicitados os agentes nela envolvidos e sobre a qual o autor argumenta ser ela também “uma cadeia de valor, no sentido de que cada um dos links supostamente acrescenta algum ‘valor’ no processo.” (THOMPSON, 2012, p. 19, tradução minha)⁴.

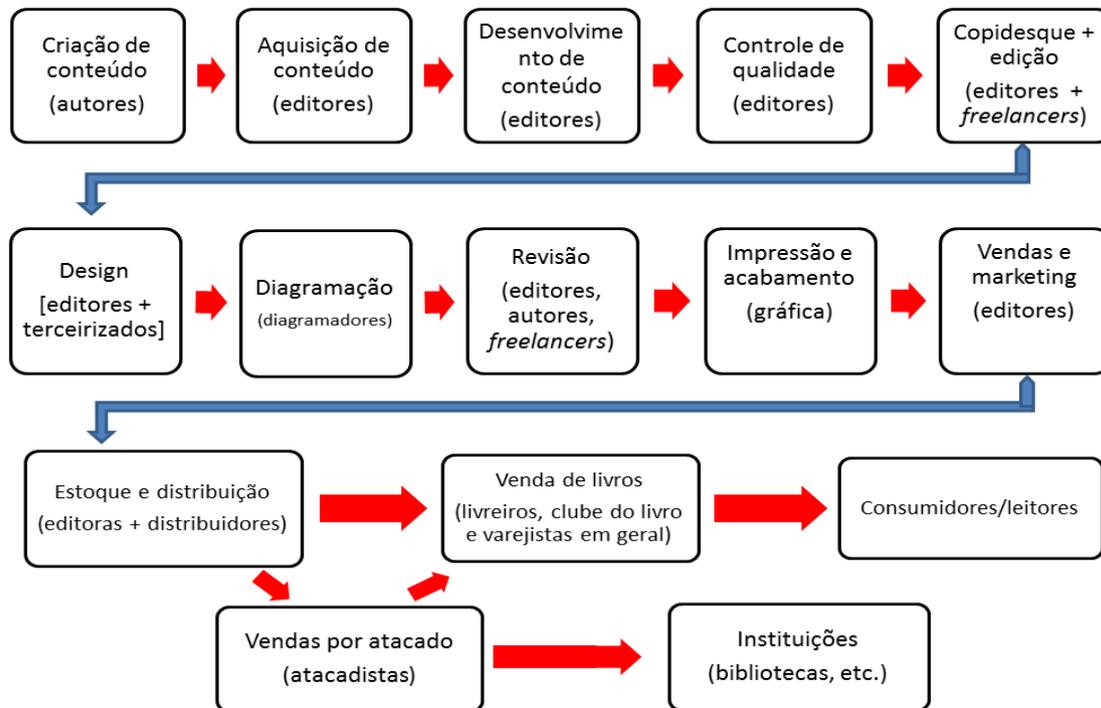


Figura 1 – Esquema da Cadeia editorial

Fonte: Thompson (2012, p.19). Tradução e reelaboração do esquema feitas pelo autor.

Sem esgotar todos os aspectos que envolvem a cadeia editorial, essa breve exposição é suficiente para se ter em mente que: 1) autores não escrevem livros, escrevem textos que serão transformados em livros; 2) livros são produtos que, produzidos numa economia capitalista, assumem a forma *mercadoria*; 3) do estágio inicial ao estágio final, o livro, como produto, é forjado numa cadeia composta por diversos agentes cujas ações estão sempre voltadas para a atribuição de distintos valores a esse mesmo produto. Interessa a este artigo, pois, discutir a interação, do ponto de vista enunciativo, de alguns desses agentes que movimentam a cadeia editorial, especificamente na promoção e difusão do livro *O sol na cabeça*, de Geovani Martins. Tal interação, conforme será demonstrado, evidencia um jogo de cena marcado por, pelo menos, dois movimentos: por um lado, o esforço editorial em construir a imagem de credibilidade para o jovem e debutante autor do livro diante de público potencial; por outro lado, a escamoteação de algumas relações de poder que movimentam essa mesma cadeia.

⁴ No original: “The publishing chain is also a value chain in the sense that each of the links purportedly adds some ‘value’ in the process.” (THOMPSON, 2012, p. 19).

2 A CADEIA ENUNCIATIVA

As considerações tecidas na seção anterior sobre a criação do produto livro na/pela cadeia editorial nos permite avançar para um outro desdobramento desse produto: sua encenação numa cadeia enunciativa. Começamos pensando numa cadeia produtiva. Seja ela qual for, é sempre formada por homens e mulheres concretamente situados em um tempo e espaço. Mais que isso, é a ação entre esses agentes – a inter(ação) – que gera essa cadeia. Do ponto de vista da linguagem, uma lógica de realização semelhante acontece. São homens e mulheres falando com outros homens e mulheres que existem no mundo, numa ampla e complexa cadeia enunciativa. A esse respeito, Émile Benveniste (1995), em seus seminiais textos sobre linguagem, enunciação e subjetividade, afirma que:

A linguagem está na natureza do homem que não a fabricou. Inclinamo-nos sempre para a imaginação ingênua de um período original, em que um homem completo descobriria um semelhante igualmente completo e, entre eles, pouco a pouco, se elaboraria a linguagem. Isso é pura ficção. Não atingimos nunca o homem separado da linguagem e não o vemos nunca inventado-a. **Não atingimos jamais o homem reduzido a si mesmo e procurando conceber a existência do outro. É um homem falando que encontramos no mundo, um homem falando com outro homem, e a linguagem ensina a própria definição do homem.** (BENVENISTE, 1995, p. 285, grifos meus).

O pressuposto de que não existe nenhum ser humano reduzido a si mesmo e que é um homem falando que encontramos no mundo permite a Benveniste (1995) postular que “todo homem se coloca em sua individualidade enquanto *eu* por oposição a *tu* e *ele*. Este comportamento será julgado ‘instintivo’”. (BENVENISTE, 1995, p. 68, grifos do autor). O mesmo pressuposto de que só existe um homem diante do outro também é a defesa feita por Bakhtin e Volochínov (2009) e Bakhtin (2010) em seus estudos sobre a linguagem. A palavra é sempre socialmente orientada e habitada, simultaneamente, pela valoração de quem a enuncia em conflito com a valoração do outro a quem ela é dirigida, de modo que as situações de interação se constituem por conflitos e tensionamentos da palavra posta em disputa em distintas esferas da atividade humana em um processo marcadamente dialógico (BAKHTIN, 2010).

Também negando o aspecto instrumental da linguagem, Bakhtin e Volochínov (2009) dizem que “[...] não se trata de um meio ou de um instrumento que serve para atingir fins exteriores a ela, mas de um organismo vivo, funcionando em si e para si. Essa autossuficiência criadora da linguagem manifesta-se na imaginação linguística.” (BAKHTIN; VOLOCHÍNOV, 2009, p.190). É a partir desse paradigma, portanto, por meio do qual se pensa a linguagem em termos de elaboração e criatividade, sendo uma atividade constitutiva do homem, que se insere o conceito de enunciação, tomado aqui como operador de análise deste trabalho.

Afirma Benveniste (1989) que “[...] o ato individual de apropriação da língua introduz aquele que fala em sua fala. Este é um dado constitutivo da enunciação. A presença do locutor em sua enunciação faz com que cada instância de discurso constitua um centro de referência interno.” (BENVENISTE, 1989, p. 84). Esse ato de apropriação individual, por sua vez, só pode acontecer diante do outro, expresso pelo pronome de

segunda pessoa TU, o que implica um direcionamento mútuo e reversível das posições enunciativas. E, uma vez que o par EU e TU, interativamente, criam a correferenciação no aqui/agora da enunciação, argumenta Benveniste (1989), o processo de referenciação igualmente compõe a enunciação.

Bakhtin e Volochínov (2009), por sua vez, colocam em evidência o intrínseco traço social que marca a enunciação, a qual se caracteriza por ser

[...] **o produto da interação de dois indivíduos socialmente organizados** e, mesmo que não haja um interlocutor real, este pode ser substituído pelo representante médio do grupo social ao qual pertence o locutor. **A palavra dirige-se a um interlocutor: ela é função da pessoa desse interlocutor: variará se se tratar de uma pessoa do mesmo grupo social ou não, se esta for inferior ou superior na hierarquia social, se estiver ligada ao locutor por laços sociais mais ou menos estreitos (pai, mãe, marido, etc.).** (BAKHTIN; VOLOCHÍNOV, 2009, p.116, grifos meus).

Como se pode observar, a enunciação é um processo que prevê sempre a interação de indivíduos social e concretamente situados num determinado tempo e espaço que correferenciam um determinado objeto do discurso. Esse processo, por sua vez, nunca é estático e sempre se desdobra em uma cadeia enunciativa ampla que está sempre em contato com outras enunciações. Tomando, portanto, a realização linguística das categorias que compõem a enunciação – o EU diante do TU, coconstruindo uma referenciação, representada pelo pronome ELE, no AQUI-AGORA enunciativo – o intuito é aproximar alguns agentes envolvidos na cadeia editorial de produção do livro à sua encenação na cadeia enunciativa.

Dito de outro modo: o livro como um objeto, um produto a ser forjado e, finalmente vendido, passa por várias etapas, entre as quais a etapa de divulgação e promoção. Essas duas etapas, compreendidas na fase do *marketing*, envolvem, entre outros agentes, editores, resenhistas, *booktubers*⁵, prefaciadores, leitores de clubes de livros, bibliotecários, colunistas, críticos literários e demais comentaristas, de modo amplo, que podem ser outros autores que se tornam leitores do livro em divulgação, por exemplo.

Ocupando distintas posições na cadeia editorial, os referidos agentes, antes de ocuparem uma posição específica e especializada na divulgação do livro, são, primeiramente, leitores do livro. E observar a enunciação desses distintos agentes sobre o livro em divulgação se mostra um excelente exercício no sentido de se perceber como o livro em questão está sendo referenciado. Com que predicações esse livro, que é, além de um produto, uma mercadoria, é difundido, divulgado e promovido a fim de ser vendido.

Para analisar como se dá a inter-relação de alguns agentes envolvidos na cadeia editorial do livro aqui analisado, serão considerados: 1) o comentário adesivado na capa do livro; 2) o texto de apresentação presente nas orelhas do livro, assinado pelo também escritor Antonio Prata e, 3); comentários feitos por João Moreira Salles e Chico Buarque e apresentados na quarta capa do livro *O sol na cabeça*. Frise-se, portanto, que o elo da

⁵ *Booktuber* é uma expressão para a definição de quem produz algum canal no YouTube focado em livros e literatura. É a junção de ‘book’ (livro) e ‘tuber’, sufixo do termo youtuber (aquele que produz conteúdo na internet). Os *booktubers* comentam e divulgam livros das mais diversas temáticas.

cadeia editorial focalizado é o de *marketing*, responsável, no caso, pela promoção da obra. Essa promoção será considerada a partir do processamento enunciativo nos supracitados paratextos, que compõem a materialidade do próprio livro, constituindo-se, esses paratextos, como uma força divulgadora, dentre outras, tanto da obra quanto do autor.

3 O SOL NA CABEÇA: A CADEIA EDITORIAL AUTORIZADA A ENUNCIAR

O sol na cabeça reúne treze contos do escritor carioca Geovani Martins e foi publicado em 2018, pela Companhia das Letras. O autor, nascido em 1991, em Bangu/RJ, trabalhou como “homem-placa” e atendente de lanchonete, publicou alguns de seus contos na revista *Setor X* e, em 2013 e 2015, participou das oficinas da Festa Literária das Periferias – FLUP – além de ter tido duas participações, como convidado, na Festa Literária Internacional de Paraty, a FLIP.

É interessante ressaltar que Geovani Martins, apesar de não ser tão conhecido pelo grande público leitor, é publicado na/pela Companhia das Letras, a maior editora brasileira, tradicionalmente especializada em publicações nas áreas de Literatura e Ciências Humanas com diversos títulos agraciados com importantes prêmios nacionais e internacionais. Assim, ao apostar em Geovani Martins, a editora mobiliza seu amplo capital simbólico, seu prestígio editorial para lançar, como anunciado em caixa alta na capa do livro, “o novo fenômeno literário brasileiro vendido para 9 países”. Esse anúncio, colado à capa à semelhança de um selo de qualidade, visa exatamente atestar a garantia e procedência do livro a ser comprado. A própria seleção vocabular para predicar Geovani Martins – “o novo fenômeno” – constrói Geovani Martins como um autor extraordinário que, além de ser publicado no Brasil, também conquistou o mercado internacional, haja vista seu livro já ter sido disseminado em outros nove países. Esse “selo”, assinado pela Companhia das Letras e afixado na capa do livro, vem imprimir valor simbólico à obra, destacando-a em relação a outras, além de construir Geovani Martins como um autor prodígio com potencial para surpreender seus leitores possíveis.

Esse primeiro comentário, portanto, funciona como uma das estratégias de promoção do livro e, possivelmente⁶, será o primeiro texto apreciativo sobre o livro com o qual o possível leitor/consumidor vai se deparar, em função de tal comentário estar localizado na capa do livro. Logo em seguida, nas duas orelhas do livro, lê-se o comentário feito por outro autor, Antonio Prata, também publicado na/pela Companhia das Letras. Prata é colunista da *Folha de S. Paulo*, roteirista e autor de literatura, contando com dez livros publicados, além de sempre transitar por diversos programas televisivos e outras mídias. Somado a todo esse capital simbólico e social, Antonio Prata é filho de dois outros escritores, Mário Prata e Marta Goés, o que, certamente, conferiu-lhe distintos e suficientes capitais para ganhar visibilidade destacada, tanto no mercado editorial brasileiro, quanto na cena literária brasileira. Assim, podemos considerar Antonio Prata como um dos agentes de valor na cadeia de divulgação do livro de Geovani Martins, o que se atesta pelo comentário do autor sobre Martins e, por extensão, sobre o livro deste:

⁶ Vale matizar ainda mais essa possibilidade, haja vista que outras formas de divulgação, que também participam da cadeia editorial, podem facilmente chegar ao leitor. É o caso de resenhas, divulgações em plataformas digitais diversas e, até mesmo, a propaganda de boca a boca.

Vai chegar o dia em que a orelha de um livro do Geovani Martins poderá ignorar o fato de que ele é um escritor nascido em Bangu e morador da Rocinha ou do Vidigal, porque Geovani Martins é um escritor, ponto: quando fala de uma relação amorosa, em “A viagem”; sobre a infância, em “O caso da borboleta”, ou sobre qualquer outro assunto, o faz com o talento e a sensibilidade de um narrador habilidoso, pouco importando a sua origem.

Neste primeiro livro, porém, a inspiração autobiográfica é clara, e a força dos contos é inseparável do lugar de onde o autor vê o mundo. Nos treze contos de *O sol na cabeça*, acompanhamos a infância e a adolescência de garotos para quem às angústias e dificuldades próprias da idade soma-se a violência de crescer no lado menos favorecido da “Cidade partida”, o Rio de Janeiro das primeiras décadas do século XXI.

Em “Rolézim”, uma turma de adolescentes vai à praia no verão de 2015, quando a PM fluminense, em nome do combate aos arrastões, fazia marcação cerrada aos meninos de favela que pretendessem chegar às areias da Zona Sul. Em “A história do Periquito e do Macaco”, assistimos às mudanças ocorridas na Rocinha após a instalação da Unidade de Polícia Pacificadora, a UPP. Situado em 2013, quando a maioria da classe média carioca ainda via a iniciativa do secretário de Segurança José Beltrame como a panaceia contra todos os males, o conto mostra que, para a população sob o controle da polícia, o segundo P da sigla não era exatamente uma realidade. Em “Estação Padre Miguel”, cinco amigos se veem sob a mira dos fuzis dos traficantes locais.

Nesses e nos outros contos, chama atenção a capacidade narrativa do escritor, pintando com cores vivas personagens e ambientes sem nunca perder o suspense e o foco na ação. Na literatura brasileira contemporânea, que tantas vezes negligencia a trama em favor de supostas experimentações formais, *O sol na cabeça* surge como uma mais que bem-vinda novidade. (PRATA, Antonio [Orelha do livro])

Como de costume, a orelha de um livro abriga um gênero, cuja finalidade é apresentar, de maneira apreciativa, a obra em questão. Do mesmo modo, quem assina a orelha é normalmente conhecido e reconhecido na esfera discursiva à qual pertence o livro sobre o qual se fala. Lançando foco no conteúdo daquilo que Prata escreve na orelha de *O sol na cabeça*, observa-se a construção de um enunciador que parece fazer “debutar” um novo autor para a comunidade leitora. Pelo menos para aqueles que podem e sabem ler. No primeiro parágrafo, Prata busca contemporizar a origem humilde e pobre de Geovani Martins, nascido em uma região de favelas na cidade do Rio de Janeiro, com uma qualificação que ganha valor em si mesma. É o que se pode comprovar em “... porque Geovani Martins é um escritor, ponto...”. A partir daí é possível ler dois efeitos: o primeiro, positivo, de que Geovani Martins é um escritor de fato talentoso e, por isso, a construção é incisiva, marcada com uma qualificação predicativa de cunho autocentrada: “... é um escritor, ponto...”. Por outro lado, o efeito laudatório pretendido pelo enunciador construído por Prata parece se chocar com as contradições próprias de nossa sociedade: nossa filogênese racista e classista, para se dizer o mínimo.

Veja-se aí insinuado que a origem periférica de Geovani Martins, de modo talvez determinista, inviabilizá-lo-ia de se tornar um escritor. Um ofício, tradicionalmente no caso do Brasil, exercido pelas camadas mais abastadas e, frequentemente, “herdado”⁷.

⁷ Vale a pena frisar que Antonio Prata tem pais escritores. Principalmente seu pai, Mário Prata, goza de amplo prestígio na cena literária brasileira. Não quero discutir o talento ou não de Antonio Prata. Interessa-me frisar que, sob o rótulo de “talento” e demais louvações, pode estar escamoteada uma ampla rede de capitais – simbólicos, sociais, culturais e econômicos – tomados como naturais. Não se atentar para essa intrincada rede de capitais, criados, mantidos e herdados a partir de distintas relações de poder, é reforçar entre nós, ainda que de modo inconsciente, o preconceito nosso de cada dia, além do cínico discurso da meritocracia.

Afinal, Bangu, Rocinha e Vidigal são complexos de favelas cariocas marcados pelo tráfico e pela ampla violência contra seus moradores, incluindo-se aí a violência do próprio Estado com o argumento de proteção e combate ao crime. Essa leitura ganha reforço ao final do referido parágrafo, quando o enunciador construído por Prata afirma que, na construção de seus contos, Geovani Martins os faz com “**talento e a sensibilidade** de um narrador habilidoso, **pouco importando sua origem.**” (grifos meus). Novamente há uma contemporização entre a origem e o talento e a sensibilidade que, mais do que de um narrador, são atributos de Geovani Martins, na criação de seus narradores. Saliente-se que na referida contemporização, o segundo termo – a origem de Martins – como sugere o enunciador, não é relevante como atributo para um escritor que está “sendo debutado”.

Avançando ainda mais, seria o caso de se perguntar: é pouco importante a origem de Geovani Martins ou essa origem “mancha” o produto anunciado? E, por isso, embora visível demais para simplesmente ser ignorada, essa origem precisa ser abrandada/retocada, – “pouco importando sua origem”, diz Prata – para que os leitores/consumidores em potencial possam adquirir o livro/produto anunciado com a certeza de que o produto em questão é de primeira linha. No extremo, essa origem é pouco importante porque, sendo um produto, o livro também entra na dinâmica da fetichização da mercadoria. Mais ainda, o próprio Geovani Martins é fetichizado, haja vista a pouca importância de sua origem, que é esmaecida, no comentário de Prata, quando lança foco, reitere-se, em uma predicação autocentrada: “Geovani Martins é um escritor, ponto...”.

Após essa caracterização inicial, Prata joga luz, com avaliações breves, em alguns contos do livro, e, ao fazê-lo, não tem como escapar da origem de Geovani Martins, sinalizando, inclusive, para a clara inspiração autobiográfica do jovem autor na produção dos contos. Talvez escudado pela brecha dos comentários a alguns contos, Prata põe em evidência o incontornável tema da exclusão social no Brasil tomada como matéria-prima por Martins na composição de seus contos, ao encenar distintos desdobramentos dessa exclusão, quando focaliza eventos da sociedade brasileira ainda presentes em nossa memória coletiva, tais como o fenômeno dos rolezinhos, que dá título a um dos contos, “Rolézim” ou, ainda, a instalação da Unidade de Polícia Pacificadora em algumas favelas do Rio de Janeiro, o que é tomado como material de encenação para outro conto intitulado “A história do Periquito e do Macaco”. Ao comentar este conto, Prata, ou melhor, o enunciador que ele constrói, parece se contradizer quando de sua sugestão sobre ser pouco importante a origem de Geovani Martins. Diz Antonio Prata

Situado [o conto “A história do Periquito e do Macaco”] em 2013, quando a maioria da classe média carioca ainda via a iniciativa do secretário de Segurança José Beltrame como a panaceia contra todos os males, o conto mostra que, para a população sob o controle da polícia, o segundo P da sigla [UPP] não era exatamente uma realidade. (PRATA, Antonio [Orelha do livro])

Note-se, aí, uma aproximação maior de Prata do contexto social retomado por Martins, que se vale desse contexto como matéria de fabulação para expor, segundo Prata, uma outra história, contrária ao discurso oficial, no que se refere à instalação da chamada Unidade de Polícia Pacificadora, a UPP, nas favelas da cidade do Rio de Janeiro. Nesse

momento, Prata parece se dirigir, de modo irônico, diretamente a um público leitor que, em certa medida composto pela classe média⁸, seja ela carioca ou não, talvez ainda tenha a crença de que o segundo P de UPP signifique “pacificadora”.

Já caminhando para a finalização da orelha do livro, Antonio Prata aprecia o trabalho com a trama narrativa realizada por Geovani Martins e o contrapõe a outros autores, em certa medida não computados como bons escritores por Antonio Prata, que diz: “Na literatura brasileira contemporânea, que tantas vezes negligencia a trama em favor de **supostas experimentações formais**, *O sol na cabeça* surge como uma mais que bem-vinda novidade.” (grifos meus). Nessa avaliação, é possível entrever um conceito de boa literatura: aquela atenta ao que ele chama de “trama”, sem, no entanto, nenhuma especificação sobre o que seria essa trama. Por outro lado, ao tachar algumas produções como “supostas experimentações formais”, Prata coloca em dúvida tais experimentações e, por extensão, questiona o valor de obras que possivelmente adotem esse vezo.

Amparado por uma avaliação (supostamente?) crítica, Prata acaba por direcionar um tipo de leitura e de literatura a um seu possível leitor (e conseqüentemente do livro de Geovani Martins), principalmente aquele que lê a orelha assinada por ele ou já o tenha lido em outras oportunidades, seja a leitura de outros comentários ou as próprias produções literárias de Antonio Prata. À primeira vista, esse parâmetro de “boa literatura” pode ser algo corriqueiro, banal. Mas não deixa de ser a formulação de um parâmetro que, inclusive, reforça a cadeia editorial de que faz parte o próprio Antonio Prata e, agora, Geovani Martins, numa espécie de retroalimentação dessa cadeia.

Após finalizada a leitura do comentário de orelha feito por Antônio Prata, na quarta capa, há dois outros comentários sobre o livro: um breve e outro brevíssimo, mas cujos efeitos, em termos de valoração do livro em questão, tornam-se comentários poderosíssimos. O primeiro comentário, reproduzido a seguir, é de João Moreira Salles: “Geovani pula da oralidade mais rasgada para o português canônico como quem respira. Uma nova língua brasileira chega à literatura com força inédita.”. Tradicionalmente, a quarta capa de um livro contextualiza o teor do livro para o leitor, auxiliando-o a compreender esse teor. Podem constar, ainda, comentários elogiosos, geralmente curtos, assinados por pessoas que tenham bom acúmulo de capital simbólico na esfera de circulação de que o livro faz parte. João Moreira Salles é empresário, documentarista, roteirista e produtor do cinema brasileiro. Filho de Walther Moreira Salles – que foi Ministro de Estado e embaixador brasileiro, além de banqueiro –, João Moreira Salles, em 1987, em parceria com seu irmão Walter Salles, fundou a Videofilmes, que conta com mais de 150 produções cinematográficas. Como se pode notar, João Moreira Salles concentra, em alto teor, capital econômico, social, intelectual e simbólico referidos por Thompson (2012) e que são imprescindíveis para a movimentação exitosa de uma cadeia editorial.

Dito isso, o comentário feito por Salles ao livro de Geovani Martins assume uma forte implicação de divulgação e promoção. Pelo teor, é possível ler um enunciador que busca lançar luz em algo caro a toda e qualquer “boa literatura”: a língua. Esse enunciador

⁸ Não perdendo de vista que o livro é um produto, seu consumo, numa sociedade tão desigual como a brasileira, ainda está relegado às classes com maior poder aquisitivo. Inclui-se, aí, por isso, a classe média.

elege a língua como o fiel da balança, distinguindo-a entre o que chama “mais pura oralidade” e “português canônico”. Nesse momento, de modo apreciativo, Salles predica Geovani Martins como uma espécie de perito da língua – afinal, ele sabe ir de uma variante a outra “como quem respira”, ou seja, com fluidez, naturalidade e perícia. A partir daí, a segunda parte do comentário de Salles funciona como uma premissa de conclusão derivada de duas outras: a oralidade da língua portuguesa e seu uso canônico. E essa premissa conclusiva eleva o livro de Geovani Martins ao sugerir que o domínio dos dois registros linguísticos – uma socialmente prestigiada e a outra, a depender do estrato social que o utiliza, nem tanto – desemboca numa “nova língua brasileira”. Veja-se que essa conclusão intensifica o aspecto valorativo atribuído ao livro de Geovani Martins, ao se mobilizar os imaginários relativos à ideia de norma linguística. Em certa medida, o comentário de Salles reitera o comentário afixado na capa do livro, onde, conforme já analisado, lê-se em caixa alta: “o novo fenômeno literário brasileiro vendido para 9 países”. Sendo um fenômeno, nada mais natural do que a capacidade de escrever (ou criar?) “uma nova língua brasileira.” Ao fim e ao cabo, o comentário de Salles, reiterando o comentário de orelha feito por Antonio Prata, talvez esteja ancorado na tensão entre dois mundos que permanecem justapostos, afinal, “pular da **oralidade mais rasgada** para o português canônico” (grifo meu) é subordinar um registro linguístico a outro, o inculto ao culto. E nessa subordinação permanece uma mirada semelhante à que o enunciador de Antonio Prata sugere ao minorar a importância da origem de Geovani Martins. Novamente, no comentário de Salles, essa minoração se insinua. Afinal, não basta a “oralidade mais rasgada”, é preciso que dela se passe, ou melhor, pule para o “português canônico”. Permanece, portanto, uma mirada classista (para se dizer o mínimo), empenhada em manter uma relação em que cada um esteja no *devido lugar*, sem que jamais se discuta, porém, o *lugar devido* a cada um.

Por fim, o segundo e último comentário, também na quarta capa, logo abaixo do comentário de João Moreira Salles, resume-se ao sintético e potente “Fiquei chapado.”, assinado por ninguém menos que Chico Buarque. Dada a grandeza de Chico Buarque⁹, é aqui desnecessário apresentá-lo. E essa não necessidade é a prova cabal de seu reconhecimento como um grande artista fora e dentro do Brasil. Apenas a título de atualização da biografia de Chico Buarque, em 2019, o autor foi laureado com o Prêmio Camões, um dos mais importantes prêmios literários internacionais para autores de língua portuguesa, além de já ter recebido, mais de uma vez, o Prêmio Jabuti, talvez o mais importante prêmio literário do Brasil.

⁹ À semelhança de Antonio Prata e João Moreira Salles, Chico Buarque também nasceu em berço de ouro. Como se sabe, Chico Buarque vem de uma linhagem familiar extremamente importante e influente na história da intelectualidade brasileira. Basta citar seu pai, um dos mais proeminentes pensadores brasileiros sobre a estruturação da sociedade brasileira. *Raízes do Brasil*, a despeito de críticas, feitas, atualmente, de modo contundente pelo sociólogo Jessé Souza, é, ainda, obra de referência na academia brasileira para se compreender o Brasil. Nesse sentido, a despeito do reconhecido talento de Chico Buarque, vale apontar essa sua origem familiar calcada na erudição e intelectualidade, ironicamente apagada, no caso de Geovani Martins, no comentário de orelha feito por Antonio Prata. Nesse sentido, novamente, vale reiterar, como se fez no caso de Antonio Prata e João Moreira Salles, a ampla rede de capitais que envolve o nome de Chico Buarque a fim de que sempre se possa atentar para as naturalizações de valor que circulam socialmente. Indagar-se sobre as origens e condições desse valor é um exercício crítico sempre necessário e importante.

Relativamente ao enxuto comentário de Chico Buarque que compõe a cadeia editorial de *O sol na cabeça*, talvez valha a pena repisar uma das grandes características da obra de Buarque: sua grande sensibilidade como poeta (poeta no sentido de criador) ao unir o popular e o erudito de modo que um termo não anule ou subordine o outro. É exatamente o que argumenta o crítico literário e poeta Augusto Massi (1991) sobre essa questão, ao dizer que “esta é uma característica de sua poética (de Chico Buarque), o estabelecimento de uma relação reversível, por isso mesmo enriquecedora, entre o popular e o erudito”. (MASSI, 1991, p.194).

Trabalhando sempre nas (im)possibilidades da ambiguidade e do paradoxo, Chico Buarque cria imagens memoráveis em sua obra. A título meramente de retomada, lembremos de “Geni e o Zepelim”. No lugar de construir Geni como uma personagem plana, apenas vítima das aflições que o povo da cidade a infligia, Chico Buarque consegue mostrar a faceta caprichosa de Geni (cujo nome, já sinalizado pela crítica, é também ambíguo) que só aceita saciar o comandante que ameaçara explodir toda a fictícia cidade encenada na música, após as súplicas dos cidadãos entre os quais estavam o prefeito, o bispo e o banqueiro. Para não mais alongar o comentário à referida música, vale a pena redizer que nas contraposições que frequentemente são vistas na obra de Chico Buarque quanto ao popular e o erudito, os termos em contraposição encontram-se numa relação de complementaridade e reversibilidade, e não de subordinação ou dicotomia. Perceber esse *ethos* em Chico Buarque pode ajudar na interpretação de seu comentário ao livro de Geovani Martins.

Ao construir um enunciador que diz “Fiquei chapado”, Chico Buarque faz sua voz coincidir com a enunciação na qual se cria esse enunciador, marcado no verbo flexionado em primeira pessoa. É possível, ainda, perceber que o “chapado”, ao funcionar como um predicativo do sujeito, atribui um estado de embriaguez ao sujeito da enunciação. Há uma espécie de fusão entre o popular e o erudito sem que se possam identificar as medidas de um e de outro. O termo “chapado”, significando ficar surpreso, arrebatado, vem associado, como já dito, à embriaguez, conotando um êxtase pelo excesso tanto de álcool, quanto de outras drogas, lícitas ou não. E exatamente aí parece residir a fusão entre o popular e o erudito. Uma coisa é ficar chapado consumindo, por exemplo, whisky, outra coisa é ficar chapado consumindo cachaça. O efeito, ficar chapado, é o mesmo, mas o produto consumido para tal fim adquire distintas valorações. Talvez, por isso mesmo, Chico Buarque seja capaz de “ficar chapado” tanto com o que é considerado erudito, quanto com o que é qualificado como “popular” e, ainda, com aquilo que é ilícito e, por isso, precisa ficar silenciado, camuflado na potente ambiguidade de seu comentário. Nesse sentido, portanto, é possível ler, na mão contrária dos outros enunciadores já analisados, uma insinuação de que a demarcação de fronteiras – entre o popular e o erudito, entre o lícito e o ilícito, entre a estirpe familiar “nobre” *versus* a condição “plebeia”, entre a origem geográfica de prestígio e aquela sem prestígio, entre a oralidade rasgada e o português canônico – por não serem claras, igualmente não seriam critérios muito adequados para a apresentação tanto do livro, quanto do próprio autor.

Indo mais adiante na análise do comentário, é preciso destacar que Chico Buarque é encenado¹⁰ como leitor de Geovani Martins numa inversão de posições em que o grande autor “sai” dessa posição e passa a ser o leitor de um autor “menor”, ainda em construção, muito mais novo, mas pelo qual a Companhia das Letras nutre grande aposta como “o novo fenômeno” editorial de seu catálogo. Essa inversão de posições enunciativas, estrategicamente explorada pela Companhia das Letras, ao deslocar Chico Buarque para a posição de leitor de Geovani Martins, até então desconhecido do grande público, acaba por deslocar também o potencial leitor/consumidor do livro. Isso porque, ao ler uma “confissão” de Chico Buarque, que se torna leitor de Geovani Martins, esse leitor/consumidor em potencial, poderá ficar bastante inclinado em adquirir o livro em questão, que se tornará, frise-se, **o livro lido por Chico Buarque**. Saliente-se, por fim, que o sintético comentário de Chico Buarque, contrariamente aos de Prata e Salles, comunica uma experiência de leitura/consumo. Não é um comentário “técnico” ou crítico, conforme se pode depreender tanto do texto de Prata, quanto do texto de Salles. Enquanto esses dois últimos falam sobre o livro de Geovani, referenciando-o, Chico Buarque fala com Geovani Martins ao comunicar seu estado como leitor arrebatado diante da obra lida. Fala, ainda, com o possível leitor/consumidor de *O sol na cabeça*, numa enunciação que se constrói interpenetrando distintas identidades: o músico, o poeta, o romancista, o compositor, o escritor premiado, o artista consagrado, entre várias outras identidades que se tornam capitais altamente valiosos na constituição e consolidação de seu nome e carreira. Capitais esses, não por acaso, “emprestados” a Geovani Martins no manejo de criação do livro realizado pela Companhia das Letras.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os agentes da cadeia editorial do livro *O sol na cabeça* aqui analisados, compreendidos numa perspectiva enunciativa são, ainda, a parte da cadeia autorizada a falar. Tais agentes, ao serem encenados de diversas formas nos comentários ao livro de Geovani Martins, fazem parte de uma enunciação maior que diz respeito à promoção e divulgação da obra. Essa enunciação maior, por sua vez, é orquestrada pela Companhia das Letras que recorre à própria estruturação do *design* editorial do livro – a capa, as orelhas e a quarta capa – como espaços nos quais se constrói uma rede de valorações, a fim de atribuir valor ao produto em divulgação, promovendo-o.

A análise enunciativa empreendida dos quatro comentários – o da capa, o das orelhas e da contracapa – apontou, em síntese, para as seguintes imagens relativas ao livro e, por extensão, a seu autor: Geovani Martins como um autor extraordinário, como um jovem autor sendo oficialmente apresentado à comunidade leitora, sendo um cultivador da “boa literatura”, como um perito no manejo da língua e, por fim, como um autor embriagante.

Interessa, no entanto, observar que os comentários ao livro, habilmente manejados pela editora, de maneira estratégica no sentido de promover e divulgar seu produto, embora tenham esse fio de apreciação e atribuam valor ao livro, conforme se demonstrou

¹⁰ Não se perca de vista que a composição editorial da obra, incluindo aí os comentários que vão compô-la, são estratégias manejadas pela Companhia das Letras. Não há, pelo comentário de Chico Buarque, uma garantia de que ele tenha ou não lido o livro. Apesar disso, o que importa é perceber o manejo estratégico da editora ao apresentar esse comentário e os possíveis efeitos daí decorrentes.

na análise apresentada, indiciam, também, outras leituras, dentre as quais se destaca o apagamento da origem de Geovani Martins, um escritor que nasceu na periferia do Rio de Janeiro, marcada pelas imagens de tráfico e violência, veiculadas (e forjadas?) principalmente pela grande mídia brasileira.¹¹ Há, ainda, a tentativa de forjar uma identidade autoral para Geovani Martins ao associá-lo a grandes nomes do circuito editorial brasileiro que já estão consagrados.

Essas leituras deixam entrever aquilo que talvez seja a pedra de toque de nossa sociedade: a intransponível fronteira das classes sociais. *Companhia das Letras*, a maior editora brasileira, João Moreira Salles, Antonio Prata e Chico Buarque formam uma espécie de cinturão de valor editorial que decide qual autor (qual livro, portanto) será ou não acolhido na composição e renovação desse cinturão que se retroalimenta. Há um ranço classista que modula os comentários analisados. Em menor grau, talvez, no comentário de Chico Buarque que, embora pertença a uma elite econômica e intelectual brasileira, munido de grande sensibilidade artística, consiga, por isso mesmo, avançar e questionar esse cinturão, ainda que a partir desse lugar. Já os comentários de Prata e Salles sabem mais a esse ranço. Salles se apoia em um cânone de língua, já Antonio Prata parece querer forjar a imagem de um autor cuja origem se funda em sua própria condição de autor, o que se mostra como uma premissa circular, tautológica e, portanto, autocentrada. Afinal, como convencer os possíveis leitores/consumidores do produto em promoção de que um autor nascido em Bangu, morador da Rocinha e do Vidigal merece ser lido?

A palavra, nos ensinam Bakhtin e Volochínov (2009), é uma arena em que se defrontam distintas entoações. A língua, como um fenômeno ideológico, não deve ser dissociada “do ser social que nela se refrata e das condições socioeconômicas refratantes.” (BAKHTIN; VOLOCHÍNOV, 2009, p. 202). E é por isso mesmo que “não se pode construir uma enunciação sem modalidade apreciativa. Toda enunciação compreende antes de mais nada uma *orientação apreciativa*. É por isso que, na enunciação viva, cada elemento contém ao mesmo tempo um sentido e uma apreciação.” (BAKHTIN; VOLOCHÍNOV, 2009, p. 140, grifo dos autores).

Assim, a cadeia editorial, marcada pelos distintos capitais que a constituem, segundo se viu com Thompson (2012), pode também ser compreendida como uma arena/cadeia enunciativa, conforme se evidenciou na análise apresentada. A mercadoria, forma que assume um trabalho humano na dinâmica capitalista, apaga todas as condicionantes que envolveram o trabalho realizado para que ela fosse criada pelas mãos de homens e mulheres.

Nesse sentido, parte da cadeia editorial autorizada a falar, além de edulcorar a origem de Geovani Martins, forjando-lhe, para tanto, uma identidade autoral palatável, silencia outra parte da mesma cadeia, que não é autorizada a falar – os que trabalham com os braços, com mãos, com os olhos, mas não diretamente com a escritura. Por isso mesmo, os comentários laudatórios ao livro de Geovani Martins, longe de serem singelos e despretensiosos elogios a esse jovem autor brasileiro, atuam no sentido de promover e divulgar um produto, enquanto se apagam as distintas relações de poder e produção envolvidas tanto na cadeia editorial, quanto na cadeia enunciativa encenada e feita circular na capa, nas orelhas e na quarta capa do livro *O sol na cabeça*.

REFERÊNCIAS

¹¹ Recorde-se, por exemplo, que o Rio de Janeiro, novamente, durante o governo Temer, passou por intervenção do Exército brasileiro. Fato amplamente noticiado na grande mídia brasileira em tom majoritariamente de aprovação.

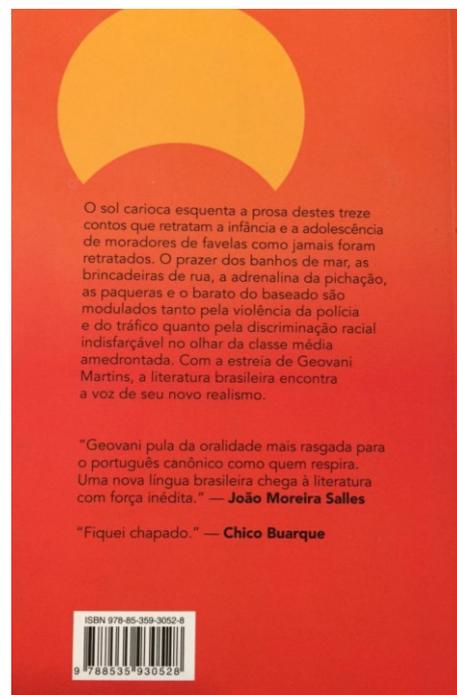
- ARAÚJO, E. *A construção do livro: princípios de técnica e editoração* [recurso eletrônico]. Rio de Janeiro: Lexicon, 2012.
- BAKHTIN, M; VOLOCHÍNOV, V. N. *Marxismo e filosofia da linguagem*. Tradução de Michel Lahud e Yara F. Vieira. 13. ed. São Paulo: Hucitec, 2009.
- BAKHTIN, M. *Questões de Literatura e de Estética: a teoria do romance*. Trad. Aurora Feroni Bernardini et. al. 6. ed. São Paulo: Hucitec, 2010.
- BENVENISTE, E. *Problemas de Linguística Geral I*. Tradução de Maria da Glória Novake Maria Luísa Neri. 4. ed. Campinas, S.P.: Pontes, 1995.
- BENVENISTE, E. *Problemas de Linguística Geral II*. Tradução de Eduardo Guimarães et al. Revisão técnica da tradução Eduardo Guimarães. 2. ed. Campinas, S.P.: Pontes, 1989 (vol. II).
- BOURDIEU, P. The Forms of Capital. In: *Handbook of Theory and Research for the Sociology of Education*. Edited by J. G. Richardson. New York: Greenwood Press, 1986, p. 241-258. Disponível em: encurtador.com.br/rIOY4. Acesso em: 15 nov. 2019.
- BOURDIEU, P. *Sobre a televisão*. Tradução de Maria Lúcia Machado. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.
- CAVALLO, G; CHARTIER, R. Introducción. Trad. María Barberán. In: CAVALLO, G; CHARTIER, R. (Org.). *Historia de la lectura en el mundo occidental*. Madrid: Grupo Santillana de Ediciones, 2001. p. 15-63.
- CHARTIER, R. *A aventura do livro: do leitor ao navegador*. Trad. Reginaldo Carmello Corrêa de Moraes. São Paulo: Editora UNESP, 1998.
- MARTINS, G. *O sol na cabeça*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.
- MARX, K. A mercadoria. In: MARX, K. *O capital: crítica da economia política*. Tradução de Regis Barbosa e Flávio Kothe. São Paulo: Nova Cultura, 1996, p. 165-208.
- MASSI, A. Estorvo. In: *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, 1991, p. 193-198.
- THOMPSON, J. B. Introduction. In: THOMPSON, J. B. *Merchants of culture: The publishing business in the Twenty-First Century*. Cambridge: Polity, 2012, p. 13-23.

ANEXOS: CAPA, CONTRACAPA, ORELHAS



Anexo 1 – Capa

Fonte: Foto do autor



Anexo 2 – Contracapa

Fonte: Foto do autor.

Vai chegar o dia em que a orelha de um livro do Geovani Martins poderá ignorar o fato de que ele é um escritor nascido em Bangu e morador da Rocinha ou do Vidigal, porque Geovani Martins é um escritor, ponto: quando fala de uma relação amorosa, em "A viagem"; sobre a infância, em "O caso da borboleta", ou sobre qualquer outro assunto, o faz com o talento e a sensibilidade de um narrador habilidoso, pouco importando sua origem.

Neste primeiro livro, porém, a inspiração autobiográfica é clara, e a força dos contos é inseparável do lugar de onde o autor vê o mundo. Nos treze textos de *O sol na cabeça*, acompanhamos a infância e a adolescência de garotos para quem às angústias e dificuldades próprias da idade soma-se a violência de crescer no lado menos favorecido da "Cidade partida", o Rio de Janeiro das primeiras décadas do século XXI.

Em "Rolézim", uma turma de adolescentes vai à praia no verão de 2015, quando a PM fluminense, em nome do combate aos arrastões, fazia marcação cerrada aos meninos de favela que pretendessem chegar às areias da Zona Sul. Em "A história do Periquito e do Macaco", assistimos às mudanças ocorridas na Rocinha após a instalação da Unidade de Polícia Pacificadora, a UPP. Situado em 2013, quando a maioria da classe média carioca ainda via a iniciativa do secretário de Segurança José Beltrame como a panaceia contra todos os males, o conto mostra que, para a população sob o controle da

polícia, o segundo P da sigla não era exatamente uma realidade. Em "Estação Padre Miguel", cinco amigos se veem sob a mira dos fuzis dos traficantes locais.

Nesses e nos outros contos, chama atenção a capacidade narrativa do escritor, pintando com cores vivas personagens e ambientes sem nunca perder o suspense e o foco na ação. Na literatura brasileira contemporânea, que tantas vezes negligencia a trama em favor de supostas experimentações formais, *O sol na cabeça* surge como uma mais que bem-vinda novidade.

Antonio Prata



GEOVANI MARTINS nasceu em 1991, em Bangu, no Rio de Janeiro. Trabalhou como "homem-placa", atendente de lanchonete, garçom em bufê infantil e barraca de praia. Em 2013 e 2015, participou das oficinas da Festa Literária das Periferias, a Flup. Publicou alguns de seus contos na revista *Setor X* e foi convidado duas vezes para a programação paralela da Flup.

Anexo 3 – Primeira orelha

Fonte: Foto do autor.

Anexo 4 – Segunda orelha

Fonte: Foto do autor.



Este texto está licenciado com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1982-4017-200308-6019>

Recebido em: 22/07/19 | Aprovado em: 16/08/20

SOBRE O NARCISISMO DISCURSIVO: “EU, PARA MIM”

The Discursive Narcissism: “Me to Myself” | Sobre el narcisismo discursivo: “Yo, para mí”

João Carlos Cattelan*

Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Cascavel, PR, Brasil

Resumo: Este trabalho tem o objetivo de dar sustentação à hipótese de que o discurso, às vezes, é comandado por um funcionamento narcisista, simulando-se cordial e flexível (nem sempre), quando, em última instância, apenas almeja (e luta de forma contundente) manter-se numa mirada pessoal e evitar a polêmica e a revisão. O *corpus* de dados é constituído por memes retirados de postagens no facebook. Vale-se, como amparo teórico para a constituição do estudo, de postulados da Análise de Discurso de linha francesa, de alguns pleitos da pragmática linguística e, sobretudo, da teorização de Freud sobre o desejo narcísico do indivíduo de transformar o mundo no espelho em que se contempla.

Palavras-chave: Discurso. Facebook. Memes. Narcisismo. Eu para Mim.

Abstract: In this paper, the objective is to sustain the hypothesis where the discourse is sometimes guided by a narcissistic functioning. It would simulate cordiality and flexibility, though not always, when, ultimately, it only aspires, strives hard to maintain itself in a personal mirroring to avoid controversy and revision. The corpus consists of some memes taken from Facebook posts. For this study, as a theoretical basis, we use assumptions of the French Discourse Analysis, some discussions mobilized in the Linguistic Pragmatics and, especially, Freud's theorization on the narcissistic desire of the individual in transforming the world into a mirror for self-reflection.

Keywords: Discourse. Facebook. Memes. Narcissism. Me to Myself.

Resumen: Este trabajo tiene el objetivo de ofrecer sustentación a la hipótesis de que el discurso, a veces, está ordenado por un hilo de funcionamiento narcisista, simulándose le cordial y flexible (ni siempre), cuando, en última instancia, solo anhela (y lucha de modo contundente) mantenerse en una mirada personal y evitar la polémica y la revisión. El corpus de datos está constituido por memes sacados de publicaciones en Facebook. Para la constitución del estudio, son utilizadas la perspectiva teórica del Análisis de Discurso de línea francesa, algunas cuestiones de la pragmática lingüística, y sobre todo la teorización de Freud acerca del deseo narcisista del individuo de transformar el mundo en el espejo en el que se contempla.

Palabras clave: Discurso. Facebook. Memes. Narcisismo. Yo para Mí.

* Professor doutor. Docente no curso de Pós-Graduação em Linguagem e Sociedade (Mestrado e Doutorado), Cascavel, Estado do Paraná. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7838-5284>. E-mail: jcc.cattelan@gmail.com.

“O amor é o nosso
Verdadeiro destino.
Não descobrimos
o verdadeiro sentido
da vida sozinhos,
achamos com o outro”.
(Thomas Merton)

1 INTRODUÇÃO

Em que pese o estranhamento que possa provocar, começo pela retomada do mandamento cristão, não pelo valor intrinsecamente religioso (apesar de não poder ser negado, sob a condição de a fé se transformar em prática), mas pelo discernimento em relação à psicologia humana mais profunda: trata-se do princípio de “amar ao próximo como a si mesmo”, ditame exigente em face do narcisismo humano, mais propenso à autossatisfação individual do que ao atendimento do bem-estar do outro. Há no preceito uma percepção do hedonismo humano, que se faz à revelia dos afetos do outro.

Pedir que se ame ao outro como a si próprio atenta para o individualismo humano e para a pulsão que leva ao desequilíbrio entre o bem próprio e o do próximo. Ao lado de uma compreensão profunda da natureza egoica humana, ou por causa dela, o mandamento exige que o que não se quer para si não se queira para o outro e que o que se quer para si se queira para o outro. O atendimento deste primado determina, no limite, a renúncia a certas fontes de prazer: inclusive, a que leva a sentir prazer com a dor do outro ou, neste estudo, a fazer do discurso uma camisa de força incapaz de retificação, ainda que o seja por meio da criação de um efeito de liberalidade.

Educado no contexto de uma ética religiosa que exige empatia, com a abnegação e o altruísmo que impõe, chamou-me a atenção, quando precisei de acompanhamento psicológico para superar um evento dramático, a insistência da psicóloga em que eu devia pensar em mim, em que pesasse haver diversas pessoas no episódio. Tudo se passava como se os afetos e as paixões dos outros devessem ser subsumidos pelos meus.

Dado o confronto interdiscursivo¹ que, às vezes, era explícito, começava a tomar forma a suspeita de que a ética que me constituía era rejeitada em face da relação polêmica tecida sob o primado de amar a mim mesmo à revelia do outro. Contrariamente à ética e à moral do preceito cristão, eu era posto na condição de, em linhas gerais, elaborar o “luto” para que o prazer pudesse vigorar. Não estou afirmando que deveria ser de outra forma, mas apenas atento para um certo funcionamento discursivo.

¹ Dito de forma sumária, o interdiscurso diz respeito à tessitura que se tece entre discursos distintos, se bem que não sempre, em geral, por meio do embate polêmico de dois pontos de vista ou miradas valorativas distintas (Ver: Pêcheux (1995) e Maingueneau (2005)). Para Pêcheux (1995, p. 162), o interdiscurso possui uma “objetividade material contraditória [...] que reside no fato de que ‘algo fala’ ‘antes, em outro lugar e independentemente’” retomado pelo discurso atual, com o que coaduna a tese de Maingueneau (2005) de que, na gênese dos discursos, há em embate entre duas formações discursivas num espaço discursivo

Os eventos me fizeram ver que, no discurso² da psicóloga, outros de teor idêntico circulam em diferentes espaços, colocando a perspectiva individual como fator crucial de definição. Um consolidou a minha percepção: posts³ de usuários de facebook. A toada da manutenção de um ponto de vista à revelia de qualquer celeuma se revelou o princípio de funcionamento de um discurso em que, sob a aparência de liberalidade e respeito à visada antagônica, há uma rejeição apriorística de qualquer debater retificador: ou um narcisismo de caráter discursivo⁴. Tenho como objetivo dar sustentação a esta hipótese.

2 PREPARANDO O TERRENO – MEME 1



Figura 1 – Meme 1

Fonte: <https://pics.me.me/ja-me-importei-muito-com-o-que-as-people-achavam-10608247.png>

O primeiro meme de que me valho é constituído por três enunciados⁵ verbais; atento para a forma com que cada um é produzido, para tornar precisa a tese que defendo. Do mesmo modo que este é o dado inicial, poderia ser o último, uma vez que é canônico em relação ao *narcisismo discursivo* de autocentramento. Trazê-lo à frente traz a vantagem de delimitar o caminho que busco trilhar para alcançar o objetivo estabelecido.

2 Utilizo o conceito de discurso neste trabalho de acordo com a definição dada por Pêcheux na AAD-69. Para ele, “Chamaremos discurso uma sequência linguística de dimensão variável, geralmente superior à frase, referida às condições que determinam a produção dessa sequência em relação a outros discursos, sendo essas condições propriedades ligadas ao lugar daquele que fala e àquele que o discurso visa, isto é, àquele a quem se dirige formal ou informalmente, e ao que é visado através do discurso” (p. 214).

3 Os dados de que me valho para o estudo têm sido designados como “memes”, referindo-se a um gênero discursivo que circula na internet, que conjuga texto verbal e não-verbal, em que o plano verbal é composto por enunciados curtos, em que a imagem possui poucos ingredientes e que, sobretudo, tem um fundamento irônico, satírico ou polêmico em torno de algo que está sendo comentado no momento. Conforme a Wikipédia, “Na internet, a expressão ‘meme’ é usada para se referir a qualquer informação que viralize, sendo copiada ou imitada na rede. Geralmente esses memes são imagens, vídeos ou gifs de conteúdo engraçado, e que acabam se espalhando na internet por meio das redes sociais ou fóruns”.

4 Alerto que uso ‘narcisismo’ neste estudo não como o compreende a psicanálise, mas de uma forma um tanto deslocada, cujo intuito é o de recobrir um funcionamento discursivo que se simula liberal, para não se submeter a alguma revisão que viria de um confronto polêmico. ‘Narcisismo’, neste sentido, significa a recusa de se mirar em outro espelho e submeter o discurso próprio ao escrutínio do outro.

5 Designo como *enunciado* um segmento linguístico que possui um determinado grau de independência sintática e semântica em relação ao tecido discursivo. De certa forma, o conceito pode ser emparelhado ao que a gramática tradicional denomina como *período* (Ver: Ducrot (1987)).

No primeiro enunciado, o autor afirma que a opinião das pessoas *já* foi levada em consideração, pois teria se importado *muito* com o que *achavam* dele. Com os dêiticos *me* e *mim*, refere-se a si mesmo e, com o marcador de pressuposição *já*, cria o pressuposto⁶ de que a recusa da opinião alheia não lhe pode ser imputada. Levar em consideração o ponto de vista do outro já fez parte da sua vida e teria sido um ingrediente relevante para a condução da vida prática cotidiana.

Porém, com o segundo, o autor afirma que *dessa fase* já largou, hipoteticamente, porque conduzir a vida a partir do que os outros pensam põe o indivíduo na condição de inibir desejos e vontades. Com o conectivo *mas*, ele afirma a desconsideração atual para com o que o outro pensa e, por meio do *não*, nega que *tá bom para fulano ou sicrano* seja o elemento definidor de suas atitudes e comportamentos.

No terceiro, o autor afirma que o que afeta a sua vida *tem que tá bom* para ele e não para *fulano ou sicrano*. Tomando-se como fio de avaliação, coloca-se como o foco do que lhe toca, já que o que o afeta deve estar bom para si (*mim*). O uso de *apenas*, por um lado, cria o pressuposto de que o que se refere à sua vida não tem que estar bom para os outros e, por outro, coloca-o numa redoma infensa à opinião alheia e sob o prisma da autossatisfação: sem consideração à visada alheia ou à renúncia ao que lhe agrada.

É a este funcionamento que me refiro como narcisismo discursivo, pois, à revelia do que o outro pensa, o indivíduo se recolhe para um mundo “particular”, sem cogitar negociar um ponto de equilíbrio que possa contemplar a si e ao outro. Pondo-se como centro e fixando um lugar “pessoal” para as decisões, haverá motivos para dissensões que careceriam de alguma polêmica para iluminar a vida de uma maneira mais adequada. Eis o fio do discurso narcisista, pautado numa individualidade ética do *eu para mim*.

3 PREPARANDO O TERRENO – MEME 2

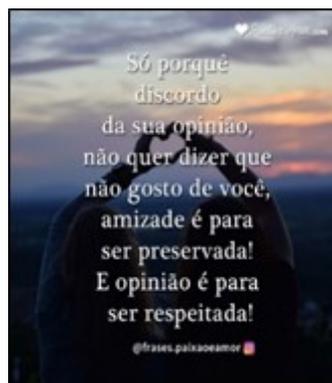


Figura 2 – Meme 2

Fonte: <https://i.pinimg.com/originals/ae/dc/3f/aedc3f2588d5b4d9fbba1aca66be339c.jpg>

6 A *pressuposição* diz respeito ao fato de que determinados enunciados, além do posto/explicito, carregam um sentido pressuposto/anterior, como em “voltei”, que faz pressupor que “fui” (Ver Ducrot (1987)).

Neste meme, o discurso é constituído por dois enunciados: um se refere deiticamente a um leitor genérico e o outro arremata a reflexão por meio de um slogan ou uma lição de moral. No primeiro caso, com os ingredientes linguísticos *sua* e *você*, o autor se volta para um interlocutor genérico que abarca qualquer um que se depare com o discurso em pauta. Além disso, com a repetição da negação canônica (*não*), evita a consequência inferencial de que *discorda* seja equivalente ou *querer dizer* que há antipatia ou animosidade (*não gosto*) para com o outro. A negação também impede que o uso do conectivo causal (*porque*) mostre um motivo para a discordância ser entendida como desafeto. Por fim, o uso do marcador de pressuposição (*só*), cujo escopo se refere a *discordo*, leva a inferir que, não havendo outra razão para discordância, a diferença não é motivo para criar aversão mais contundente. Em linhas gerais, portanto, a reflexão se constitui em torno da afirmação de que *discordar* não significa desgostar; ou seja: seria possível duas pessoas terem opiniões diferentes e gostarem uma da outra.

Mas, o efeito de sentido de liberalidade em relação aos pontos de vista, em que pese a aparência democrática, desanda sob a injunção do segundo enunciado. Formulada de maneira abrangente sobre a qual não há restrição, a *amizade* é colocada como atributo onipotente sobre o qual não pesa nenhum impeditivo e a *opinião* é um direito irrestrito. À luz do que fundamenta esta modalidade de funcionamento discursivo, a *amizade* se sobrepõe à divergência de opinião e não se tematiza qualquer forma de limitação ao que o próprio ponto de vista ou o do outro possam encampar. Essa liberalidade, porém, mesmo que o autor não pretenda este efeito, enquanto defende a permissividade do outro, autoriza (e exige) o direito de manter intocada a própria visada. Postular que a amizade está acima de tudo e que a opinião deve ser respeitada cria um caminho unilateral que exige ter a opinião que se queira sem submetê-la à polêmica e ao contradiscurso. Para além do efeito de flexibilidade frente ao que o outro pensa, o narcisismo discursivo, com o autoritarismo inflexível que o constitui, comanda o discurso e postula que cada um permaneça onde está, à revelia do contraditório, que pode ser produtivo e humanizador.

4 PREPARANDO O TERRENO – MEME 3



Figura 3 – Meme 3

Fonte: [https://1.bp.blogspot.com/-](https://1.bp.blogspot.com/-HWWq98YXoI/WsprFnzxSI/AAAAAABAGM/p_pZ3zRMICUrKl0dHI7XQGafEOIcxBESgCLcBGAs/s640/29791863_1501953166584130_781013422294745088_n.jpg)

[HWWq98YXoI/WsprFnzxSI/AAAAAABAGM/p_pZ3zRMICUrKl0dHI7XQGafEOIcxBESgCLcBGAs/s640/29791863_1501953166584130_781013422294745088_n.jpg](https://1.bp.blogspot.com/-HWWq98YXoI/WsprFnzxSI/AAAAAABAGM/p_pZ3zRMICUrKl0dHI7XQGafEOIcxBESgCLcBGAs/s640/29791863_1501953166584130_781013422294745088_n.jpg)

No meme 3 existem três enunciados que constituem o discurso. No primeiro, *amizade e política* são entrelaçadas, criando uma relação inferencial entre elas; no segundo, como slogan pedagógico, é emitida uma ordem que cada um deve cumprir; e, por fim, no terceiro, é estabelecida uma conclusão à luz do que foi afirmado. No primeiro enunciado, o autor postula que *amizades* não podem ser destruídas *por causa de política*; mais do que isso, sustenta que é *proibido*. Como todo provérbio, este não relativiza que amizade está em pauta, como não circunscreve a modalidade de atuação política. *Amizade* é tomada como um valor absoluto que se sobrepõe à opção política e *política* permite a leitura de que a escolha do outro (ou a própria) pode acontecer à revelia de opções que sejam perniciosas. Trocando em miúdos, as escolhas políticas podem ser prejudiciais, mas devem ser respeitadas para que a amizade não seja prejudicada.

Mantendo a perspectiva, o autor estabelece *que cada um respeite a liberdade de escolha do outro*, já que a amizade estaria acima das escolhas políticas. Se a tese sinaliza no sentido de que o outro pode optar por pontos de vista políticos de qualquer ordem, como reflexo sobre o autor, ele defende o direito de manter uma mirada. Com o pleito de a amizade não dever ser destruída pela opção política, o imperativo *respeite* abala a tese democrática, pois o respeito surge como um imperativo: trata-se de obrigar a ser flexível e plural, por meio do direito de continuar a ser de um modo imutável.

No terceiro enunciado, por meio do efeito de silogismo, o autor apresenta a razão para sustentar sua tese: *a eleição passa, mas as amizades ficam*; já que eleições são datadas e amizades, em tese, são duradouras, estas devem ser preservadas. Chama a atenção o postulado do respeito à escolha política, como se a opção não trouxesse, muitas vezes, decisões administrativas que prejudicam segmentos sociais que, mais do que os setores abastados, necessitam do poder público. Como nos outros dados, é possível detectar o narcisismo discursivo que postulo, dado que impor o respeito à opinião do outro é, por outro lado, exigir o respeito à opinião própria. Este modo de discurso se ampara no primado de que cada um pode escolher o que lhe aprouver, sem precisar colocar a opção sob o escrutínio dos outros, pressupondo que todos estão imbuídos da melhor boa vontade para com as necessidades sociais, o que, às vezes, não é constatável.

5 PREPARANDO O TERRENO – MEME 4

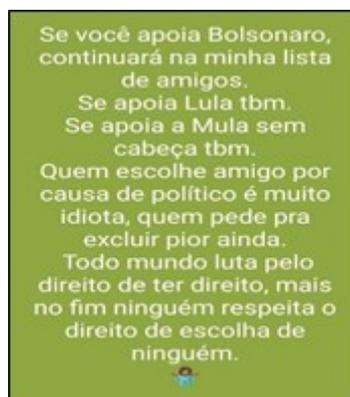


Figura 4 – Meme 4

Fonte: <https://i.pinimg.com/originals/51/74/ee/5174eecea985aad0548f7f7ca87f7d.jpg>

Neste quarto caso, o material verbal é composto por cinco enunciados que se referem especificamente à sucessão presidencial de 2018. Nos primeiros três, o autor estabelece, por meio do conectivo condicional *se*, uma relação de sentido entre apoiar um candidato ou outro e continuar a fazer parte da sua lista de amigos no facebook. Para ele, o apoio a *Bolsonaro*, a *Lula* ou à *Mula sem cabeça* não fará com que exclua alguém do círculo de amizades. Com o uso do último sintagma destacado, acontece uma generalização que cria o efeito de que o apoio pode ser a qualquer um e nada irá interferir na manutenção das amizades. O marcador de pressuposição *também* contribui para a criação do efeito de que os amigos se sobrepõem ao apoio a um candidato: qualquer que seja ele.

Para o autor, consoante o escopo enunciado, a escolha de um *amigo por causa de político* demonstra a idiotice de uma pessoa e aquele que exclui ou *pede para excluir é ainda pior* do que o *idiota*. Sendo pejorativo com quem usa parâmetro político para estabelecer laços de amizade, o autor busca demover aquele que se pauta nesse princípio e cria o pressuposto de que a opção política não pode definir os amigos que se terá; e pior: que aquele que o fizer, ou é *idiota*, ou é *pior ainda*. Os quatro primeiros enunciados criam uma relação de sentido entre apoiar quem quer que seja sem ruptura de laços de amizade e, se este pleito não for considerado, o comportamento ser insustentável.

No último enunciado, o autor produz uma conclusão geral, com o entrelaçamento de *lutar pelo direito de ter direito e ninguém respeitar o direito de escolha*. Na primeira parte, com o quantificador universal *todo*, ocorre a assunção de que cada um quer ter o direito de escolha acatado; na segunda, com o operador *mais* (mas), acontece a defesa de que ele direito não é respeitado por *ninguém*, quantificador também universal, equivalente a *todos*. Em outros termos, para o autor, a luta de *todos* por poder escolher e o respeito de *ninguém* a essa vontade revela que cada um aceita o que lhe aprouver, no limite, em atendimento à vontade “individual” de atribuição de sentido ao mundo.

Há ainda outra relação de sentido particular no enunciado final. Ao afirmar que *ninguém* respeita o direito de ninguém e defender que *todos* deveriam fazê-lo, no limite o autor postula que todos tenham o direito de escolher quem melhor lhe apeteça, tendo o comportamento que, de um ponto sociopolítico, não é o mais apropriado. Ou seja: de um lado, ele defende que todos tenham o direito de ter direito, o que significa que a vontade de cada um deve ser respeitada; de outro, ele afirma que ninguém respeita este direito, mas deveria fazê-lo. Se a luta pelo direito de escolha é direito de cada um e deve ser acatada por todos, a conclusão que se impõe é que cada um deve ser respeitado na opção política que fizer, mesmo que isto signifique apoiar *a mula sem cabeça*. Sustentando um discurso que parece democrático, flexível e plural, a tese de que cada um pense o que quiser, à revelia das consequências, no limite, legitima atitudes que não colocam o bem comum acima das vontades particulares, nem sempre as melhores. A assunção é que cada um fique ensimesmado no seu mundo particular, sem celeuma e sem polêmica: eis a presunção narcísica da leitura particular, com o autoritarismo que a acompanha.

6 PREPARANDO O TERRENO – MEME 5

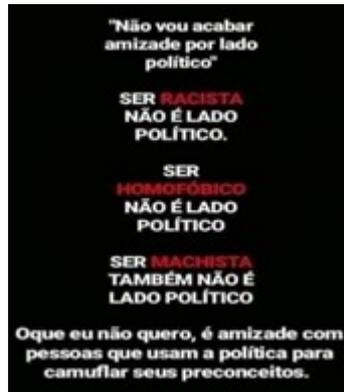


Figura 5 – Meme 5

Fonte: <https://pbs.twimg.com/media/Dn1W6d8XcAA55se.jpg>

O meme 5 é tecido por cinco enunciados e destoa dos demais, embora mantenha o prisma do narcisismo que postulo. Ele destoa, porque assume claramente que não quer amizade com quem faz determinadas opções e também porque rechaça certas escolhas, afirmando que elas não são lado político. Contudo, a recusa à polêmica e ao debate e a manutenção intacta de um ponto de vista permanecem como assunção/reivindicação, em que pese o caráter político “esclarecido” que sobredetermina o fio do discurso assumido.

No primeiro enunciado, por meio de aspas, o autor retoma, em discurso direto, um enunciado que povoou inúmeras memes postadas no facebook. Nelas, como no caso da última, a defesa era que *lado político* não deveria ser parâmetro para acabar com uma amizade, mesmo que a escolha incidisse sobre a *mula sem cabeça*. À primeira vista, o efeito da citação parece coadunar com o postulado nas outras postagens, com o autor assumindo que *lado político* não o levará a *acabar amizade*.

Porém, os enunciados seguintes estabelecem que *racismo*, *homofobia* e *machismo* são causa para terminar amizades, já que nenhuma destas atitudes é lado político, pois são sobredeterminadas por preconceito. Sustentando que *ser racista*, *ser homofóbico* ou *ser machista* não é *lado político*, estas seriam razões para a recusa de determinadas amizades. A reviravolta discursiva impõe o retorno ao enunciado inicial, com a obrigação de perceber que o autor assume que *lado político* não deve levar a *acabar amizade*, desde que seja um lado político e não uma atitude reprovável.

O efeito de sentido é confirmado pelo quinto enunciado, no qual o autor reafirma a manutenção de amizades com quem tem *lado político*, mas recusa ter amizade com quem usa a *política para camuflar seus preconceitos*. Assumindo que *preconceitos* não são lado político, mas motivo para *não querer* amizade, o autor não recusa outra escolha política, desde que seja uma opção política e não uma leitura ancorada sobre preconceitos.

Parece bem assentado que preconceito não é uma opção política e que o leitor é levado, neste caso, a concordar com o autor: pelo menos, os que se situam num horizonte avaliativo. Mas, em que pesem os motivos para o rechaço de determinadas amizades, é possível pleitear o recolhimento do autor para um mundo particular (mesmo que seja

encorpado por outras pessoas), com a recusa de certos comportamentos e vontades. Trata-se, antes, de o outro mudar o seu ponto de vista e, depois, de aceitar a visada do autor, para que a amizade seja possível: “você deve pensar como eu”. Mesmo que as razões, então, sejam elogiáveis, ainda assim a recusa narcisista de outros discursos rejeita a polêmica e, quem sabe, a possibilidade de alteração da visada contrária.

7 PREPARANDO O TERRENO – MEME 6



Figura 6 – Meme 6

Fonte: https://scontent.fcac1-1.fna.fbcdn.net/v/t1.0-9/65536832_2625825304095028_2688197984499269632_n.jpg?_nc_cat=105&_nc_eui2=AeGcL7ZjTR_hqqPv_GKM3h4TuElskCejuK16NM5D7wUyj8XtcbSvxuy2vLbivGnMkTUkacMv19maR9bynYO8m1-UBrvdtbzNYCdij36TfAfPg&_nc_oc=AQmg1luePpPvqL5ufDdlncAzM-IBiZ_6bZFRWoe76fDjS8lfGSBHH2XwaxtwkAPmJ9g&_nc_ht=scontent.fcac1-1.fna&oh=3e5354beb84c5cc587209f7d2fb17aa5&oe=5D82D854

Em relação a este meme, há seis enunciados que, em linhas gerais, tematizam a discrepância entre a razão lógico-científica e o campo da ideologia opinativa. O primeiro se assenta sobre uma afirmação constativa, cujo efeito de sentido indicativo, dado o uso do presente do indicativo, define um limite de universalidade atemporal (as pessoas amam) e assume o que postula sob o modo da certeza positiva. O amor das pessoas pelo que a ciência produz é posto sob um efeito de evidência e, se houver discordância em relação à hipótese, o primeiro quadro apresenta provas que corroboram a assunção.

No segundo quadro, acontece o primeiro embate entre o ponto de vista opinativo e a racionalidade científica. A personagem que aparece no primeiro quadro utilizando produtos tecnológicos desenvolvidos pela ciência afirma que o mundo tem 4 mil anos, sendo contradito pela pesquisa científica que atesta que ele existe há mais tempo. Ali, há uma opinião que carece de fundamentação demonstrativa; aqui, o contraditório a um ponto de vista insustentável. A personagem que se valia de bom gosto do que a ciência propiciou, agora, posta-se num terreno discursivo que vai contra a ciência.

O quarto enunciado, mais matizado por vieses ideológicos, contradiz a tese de que o mundo tem mais de 4 mil anos e assume que a defesa está pautada num universo de crença em que é a ideologia familiar e social que mantém as pessoas unidas. O narcisismo que abordo é explicitamente assumido por ocasião do rechaço do ponto de vista científico, da defesa da crença particular e da superdeterminação da felicidade individual, à revelia de qualquer fonte mais embasada de polêmica. O narcisismo discursivo se mostra em eu acredito e minha felicidade, em que o indivíduo se sobrepõe ao contraditório, pautando-se numa visada emocional e em contradição à racionalidade da ciência.

Como não há modo de convencer a ciência de que está equivocada, e no afã de salvaguardar uma posição débil, não sem hipocrisia e contradição, forças movidas pela emoção entram em cena e calam violentamente a ciência, recorrendo à repressão e ao silenciamento do que desagrada e impede a vontade de transmutar o mundo em espelho. De certa forma, a repressão movida pela ignorância não é mais do que a incapacidade de renunciar ao prazer e aceitar um ponto de vista mais acurado.

Este dado, sobretudo, é relevante porque mostra o pleito do narcisismo discursivo. Ele mostra como, em benefício de um ponto de vista, discursos são reprimidos em face da divergência; como diz a música, “Narciso acha feio o que não é espelho”. Além disso, em que pese a defesa do autor estar postada ao lado da ciência, ele não deixa de se recolher a um ponto de vista infenso (e com razão, talvez) ao que vai contra suas hipóteses. O narcisismo também assombra este campo, na medida em que se fecha para a polêmica e para a abertura a outras leituras. No limite, o autor assume o fio de sentido que postula que as pessoas não deveriam odiar ser contrariadas pela ciência.

8 PREPARANDO O TERRENO – MEME 7

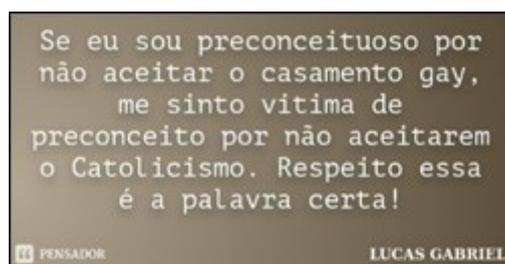


Figura 7 – Meme 7

Fonte: cdn.pensador.com/img/frase/lu/ca/lucas_gabriel_se_eu_sou_preconceituoso_por_ao_aceitar_lyne5pr.jpg

Neste meme, pode-se perceber que há um bailado entre a homossexualidade e o catolicismo, duas temáticas complexas, dado que a pertença a um segmento impõe a ruptura com o outro, em que pese um se referir à sexualidade e o outro à crença religiosa. Tudo se passa como se a fé católica barrasse o homossexualismo, com uma armada de preconceitos, ou a orientação sexual proibisse a vivência de um preceito religioso. Pelo discurso é tecida, dessa maneira, uma relação silogística entre a homossexualidade e o catolicismo, com um rechaçando o outro, pois ser homossexual levaria a se postar contra o catolicismo e ser católico deveria levar a rechaçar o homossexualidade.

No caso deste meme, o autor, que parece alocado sob a rubrica religiosa, é pego num bailado, pois, *por não aceitar o casamento gay*, sente-se *vítima de preconceito*, já que um segmento social não aceita os dogmas do catolicismo, ingrediente que prepondera no discurso, em face da escrita com maiúscula (o uso desta grafia não deixa de estabelecer uma comparação entre a homossexualidade e o catolicismo, em benefício deste). Posto num beco sem saída, considerando a sua crença religiosa, o autor se vê na obrigação de rechaçar o *casamento gay* e, por isso, sofre preconceito. Caso aceite a homossexualidade, é de dentro da sua orientação religiosa que a reprovação acontecerá. Pego no confronto entre dois discursos, não há saída, pois um deles será fonte de preconceitos e atribuições de sentido, no mais das vezes infundadas e humanamente discriminatórias.

Conforme o autor, a saída do dilema é o *respeito*, já que esta é a *palavra certa* (grifo meu) para evitar dissensões. Ou seja: a resolução da celeuma viria da aceitação. Embora *respeito* possa significar superação de preconceitos e discriminação, a defesa não incide sobre o aceite do discurso do outro. Trata-se, no limite, de a homossexualidade ser rejeitada pelo catolicismo e o catolicismo ser criticado pelos homossexuais. Nenhuma perspectiva de inserção aparece: que cada um se mantenha onde está. Percebe-se, assim, a toada do narcisismo discursivo subsumido pelo *respeito* à verdade do outro.

9 PREPARANDO O TERRENO – MEME 8

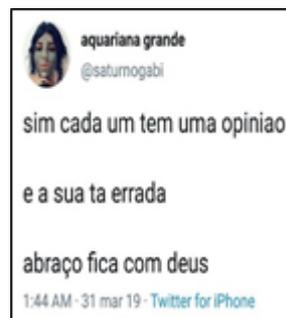


Figura 8 – Meme 8

Fonte: <https://pbs.twimg.com/media/D3Gw1QuXcAAp2XJ.jpg>

Neste meme, quase evidente em relação à hipótese defendida, há três enunciados. No primeiro, o autor, com um efeito de liberalidade, por meio do advérbio de afirmação *sim*, reconhece a existência de uma pluralidade de opiniões, pois *cada um tem* a sua. Na pressa, alguém poderia concluir que o autor respeita a diversidade. Mas, de forma taxativa, ele afirma que o outro (*sua*) *está errado*, valendo-se do conectivo *e*, que, no discurso, tem valor adversativo. Este enunciado obriga a rever o efeito do primeiro, impondo perceber que a opinião do outro é descartada, sem celeuma ou polêmica. A aparência de abertura para a multivalência, dessa maneira, fica subsumida pelo tom autoritário e unilateral.

Por fim, mesmo o tom afetuoso que sobredetermina o enunciado final deve ser posto sob um diapasão de ironia sarcástica; sobre ele, pesa uma entonação de menosprezo para com o que o outro pensa e a despedida é apenas a determinação do silenciamento e da desconsideração para com o outro. Neste caso, o narcisismo discursivo é palpável.

10 PREPARANDO O TERRENO – MEME 9



Figura 9 – Meme 9

Fonte: https://66.media.tumblr.com/b45248cdc16aef78ee73884e27f7f233/tumblr_neowbjAD0f1qirtjo1_540.jpg

No último meme, o narcisismo discursivo aparece de modo explícito, sendo determinado por uma perspectiva de autocentramento desrespeitoso e discriminatório. Limito-me a chamar a atenção para a negação (*não*) que deve ser lida como denegação (como afirmação), em face do que é tecido à frente e que mostra o caráter (ou a falta dele) preconceituoso do autor. Sob o fio da meada dos outros dados de que me vali, entendo que o narcisismo aqui seja grandiloquente em demasia, para exigir que outros comentários sejam tecidos ou que alguma “consideração” de maior relevância seja apresentada.

11 TEORIZANDO O NARCISISMO DISCURSIVO

Nesta seção, trago algum amparo teórico para a defesa da hipótese que defendo. Valho-me, sobremaneira, do texto “Animismo, magia e onipotência de pensamentos”, da obra *Totem e Tabu*, de Freud (2005). Nela, com base em autores que voltaram a atenção para os homens primitivos e se valendo de manifestações dessas comunidades, o autor postula que o homem desenvolveu, na história, três grandes sistemas de pensamento ou três grandes formas de representação do universo: a animista (ou mitológica), a religiosa e a científica. O animismo se refere ao entendimento de que o universo é habitado por almas/espíritos e os objetos inanimados são dotados de vida anímica. Por isso, o homem teria buscado dobrar o mundo a sua vontade e desenvolvido uma teoria geral da natureza. É sob este escopo de percepção que se falava em espírito da água, do fogo, da terra, do ar, do lobo, do urso, da águia, da raposa (esse processo de metaforização não deixou de existir, sendo utilizado assiduamente na vida moderna) e se atribuía a cada um o espírito de um destes seres como protetor. Por meio do animismo, o homem teria chegado a uma chave explicativa global e feito as leis do real se submeterem, em tese, à vida psicológica, uma vez que teria imposto “as leis que regem a vida mental às coisas reais” (p. 98). O primado deste sistema de pensamento, para Freud, reside na supervalorização dos atos psíquicos ou no que o autor denomina “onipotência de pensamentos” (p. 92), que faz, em última instância, o mundo ser aquilo em que se acredita.

Na tentativa de dominar os espíritos, o homem teria criado um leque de rituais de magia e de feitiçaria, cuja meta seria fazer com que eles o servissem, atendendo a seus desejos e satisfazendo suas necessidades. Como esta busca de controle não podia deixar

de estar fadada ao fracasso, já que o sol e a chuva, por exemplo, não se submetiam, o homem, vagorosamente, reconhecendo a impotência, teria avançado para o sistema religioso, erigindo os espíritos insubordinados à categoria de deuses, e o que antes era ordem teria se transformado em prece. Mesmo que o universo continuasse povoado por espíritos, os mais proeminentes para a vida prática se tornaram divindades celebradas e adoradas, para que melhor pudessem colaborar com os designios humanos.

Porém, apesar das orações, celebrações e oferendas, os deuses não se submeteram, levando à busca de controle do mundo por outros meios, chegando ao sistema científico, calcado na busca da descoberta da racionalidade das coisas. Superando as fases mítica e fase religiosa, o homem buscou outro modo de impor a sua vontade ao mundo, por meio da descoberta de suas leis, submetendo-se, quando não há maneira de fazê-lo atender aos seus desejos. Se, na primeira fase, o homem era o centro do mundo, na segunda, ele estava descentrado e, na terceira, enfim, seria determinado pelo que não controla.

Para Freud, sendo aceita esta teorização sobre a maneira de o homem se postar face ao universo, a onipotência de pensamentos varia de forma nos diferentes momentos. No primeiro, os homens atribuem a onipotência a si mesmos; no segundo, aos deuses, buscando colocá-los a favor; e, no terceiro, reconhecem a impotência, submetendo-se à morte e a outras leis naturais, sem deixarem de buscar o controle das determinações que lhes escapam. Sem postular que uma etapa suceda ou elimine a outra, Freud atenta para o fato de que cada momento mantém a presunção de potência, se não porque o homem “sabe tudo” ou porque invoca os deuses, mas porque busca dominar a natureza.

Dada esta breve sumarização sobre os sistemas de pensamento, atento para o que interessa ao caso: a supervalorização da vida psíquica ou a onipotência de pensamentos. Mesmo que o homem tenha que reconhecer a debilidade do seu poder sobre o mundo, não deixa de acreditar que pode controlar o que o cerca. A espiritualização como forma de produzir um conhecimento global, a criação de deuses para invocá-los ou a pesquisa da realidade para dominá-la mostram que o homem hiperboliza a capacidade psíquica, sendo determinado pelo desejo e pelo princípio do prazer, que não pode ser reprimido senão sob pena de desenvolvimento de distúrbios psíquicos. De acordo com o autor, “os desejos são acompanhados de um impulso motor, a vontade, que está destinado a alterar toda a face da terra para satisfazer seus desejos” (p. 90).

O ponto de inflexão que reitero se refere ao fato de que, dada a necessidade de escrutinar o mundo à revelia e construí-lo à imagem e semelhança, o homem se pauta no animismo primitivo, recusando-se, às vezes violentamente, a reprimir o desejo e a vontade e se negando a aceitar teses religiosas ou científicas que desdiguem uma apreensão mais conveniente. Como os memes observados mostram, às vezes a liberalidade e a abertura para a diversidade são só um efeito que aponta para um funcionamento discursivo que se ancora no preceito de o mundo ser o que se quer que seja, contra qualquer evidência. Se, para Freud (p. 104), “a repressão aos instintos é a medida do nível de civilização que foi alcançado”, memes como os analisados revelam a falta de controle, a sobredeterminação do desejo e o autocentramento umbilical que se recusa à polêmica. Trata-se de admitir que o outro se mantenha onde está para evitar se mover para outra leitura.

Pautado na defesa da existência dessas três formas de representação do universo, por meio de deslocamento analógico ou de metaforização, Freud as emparelha às fases

distintas do amadurecimento do indivíduo. Para ele (p. 96), “se podemos considerar a existência da onipotência de pensamentos entre os homens primitivos como uma prova em favor do narcisismo, somos incentivados a fazer uma comparação entre as fases do desenvolvimento da visão humana do universo e as fases do desenvolvimento libidinal do indivíduo”. Desse modo, Freud emparelha a fase animista à etapa narcisista, em que o indivíduo tem a si como foco de satisfação, obtendo prazer no próprio corpo, o que ele denomina como “autoerotismo” (p. 95); a fase religiosa, à etapa da escolha do objeto, “cuja característica é a ligação da criança com os pais” (p. 96); e a fase científica à etapa em que o indivíduo “ajusta-se à realidade e volta-se para o mundo externo em busca do objeto de seus desejos” (p. 97). Sob esta compreensão da evolução humana, em que pese ela poder, em tempos modernos, ser anímico-narcisista, e da evolução das tendências libidinais, Freud encontra o suporte necessário para construir o primado do narcisismo.

Para ele, seriam reconhecidas até então duas fases do desenvolvimento libidinal. A do autoerotismo ocorreria enquanto os componentes instintivos atuam em separado, agindo à revelia uns dos outros, embora sob a determinação da sexualidade. A segunda, da escolha do objeto, viria a seguir e, então, o indivíduo não mais projetaria o prazer sobre si mesmo ou sobre os pais, mas buscaria se satisfazer pelo encontro de um objeto externo. Freud afirma que estudos mostraram que “é conveniente e verdadeiramente indispensável inserir uma terceira fase entre aquelas duas” (p. 95). Nesta, “os instintos sexuais até então isolados já se reuniram num todo único e encontraram também um objeto. Este objeto, porém, não é um objeto externo, estranho ao sujeito, mas se trata do próprio ego” (p. 95). Aqui, “o sujeito comporta-se como se estivesse amoroso de si próprio; seus instintos egoístas e seus desejos libidinais ainda não são separáveis pela nossa análise” (p. 95).

Alcanço o ponto a que queria chegar: apesar de o terreno não ser intrinsecamente sexual dado que ele aparece como a sublimação que desvia a energia para outra direção (talvez haja, aqui, um prazer – oral – derivado do discurso), é possível postular a existência de uma vontade narcisista⁷ determinante do funcionamento discursivo. Admito que estou importando o conceito de narcisismo do campo psicanalítico para o discursivo, defendendo que, assim como lá, aqui, o indivíduo está (ego)centrado e enamorado do que pensa à revelia do mundo. Se o mundo não confirma o que ele pensa, pior para o mundo, pois, para ele, “as coisas se tornaram menos importante do que as ideias das coisas” (p. 91). Esta conduta “é o resultado da virtude suprema que atribui aos seus desejos, da vontade que está associada a estes desejos e dos métodos pelos quais os desejos operam” (p. 91). Em que pesem os ditames sociais que atuam sobre o funcionamento discursivo, o narcisismo cega para as evidências lógico-rationais que lhe apresentem, revelando “uma nova arrumação do material psíquico que é feita com um novo objetivo em vista” (p. 102), mesmo que “a redistribuição tenha que ser radical (para que) o resultado pareça inteligível do ponto de vista do sistema” que o determina (p. 102). Em outras palavras, ele é “afetado apenas pelo que é pensado com intensidade e imaginado com emoção, ao passo que a concordância com a realidade externa não tem importância” (p. 93).

⁷ Como, em linhas gerais, este trabalho está alocado sob a rubrica da Análise de Discurso, a escola de linha francesa também garantiria um mirante suficiente para a demonstração da hipótese que apresento. No entanto, a opção por buscar em Freud a sustentação teórica maior se deve ao fato de que a teorização sobre o narcisismo (que aqui observo no discurso) foi definitivamente assentada por este pensador.

A modalidade de funcionamento do discurso que busco ressaltar diz respeito ao fato de que, à revelia de evidência comprobatória em contrário, o narcisista se pauta no que acredita ser a verdade e, em face da renitência do outro em aceitar um ponto de vista, às vezes, infundado, ele se recolhe num universo anímico que refrata qualquer tentativa de dissuasão e se refugia, de modo “plural e flexível”, no “respeito” ao que o outro pensa, como fuga da necessidade de crivar a sua compreensão de mundo e escrutinar a objeção com que se depara. Se este for o caso, será necessário discutir a tese cara à Análise do Discurso, da *interpelação ideológica*, com que concordo, mas me parece não recobrir o que acontece nesta forma de funcionamento, já que a coincidência com o outro (cúmplice e conivente) só aparece como reforço de um mundo bastante particular.

Postulo que, para além da aparência de aceitação de que o (o)Outro permaneça onde está, há uma vontade (não só ideológica) que se recusa a considerar o que ele tem a dizer (de certo modo, uma recusa “religiosa”) e a perscrutar o que pensa tomando como parâmetro as evidências cotidianas que podem esburacar o comportamento (neste caso, a recusa se dá em relação à cientificidade e se sustenta na defesa da permanência renitente no espelho que só mostra o próprio rosto). O que este comportamento discursivo aponta é a assunção de um mundo particular que só se satisfaz quando encontra o acordo.

Em face da “parcialidade” da reflexão feita, chamo a atenção para o fato de que não afirmo que aquele que toma partido por uma convicção seja sempre parcial e infenso à polêmica, por ser atravessado por uma mirada narcísica. Às vezes, a recusa de mudar de posicionamento está calcada na cientificidade lógico-racional, e o respeito à opinião do outro só tem o intuito de não se submeter a uma celeuma infrutífera. Não há por que discutir se a terra é redonda: ela é. Estou situando o narcisismo discursivo naqueles casos em que, contra qualquer evidência objetiva, “sistemas” são rearranjados com explicações inseguras, para manter um prisma que permite evitar o contradiscurso.

O narcisismo discursivo, com base nos dados, refere-se ao fato de que o indivíduo, fechado num mundo particular, recusa-se a tematizar o horizonte avaliativo, ou porque é incapaz de renunciar ao princípio do prazer, recluindo-se a um universo hedonista pessoal, ou porque está convicto de que a sua verdade é “a” verdade e que o outro só pode estar enganado, rejeitando a polêmica e a mudança de ponto de vista em benefício de uma mirada mais bem assentada, porque ela é mais evidente ou porque, humanamente, é mais adequada. Esta atitude diz respeito ao caso em que o indivíduo rejeita a revisão e, para manter um efeito de flexibilidade, permite que o outro acredite no que quiser, por mais que o seu posicionamento ou o do outro possam ser infundados. Para que o seu narcisismo continue intocado, ele apoia o narcisismo do outro, construindo um narcisismo radical que só faz recrudescer aquilo que, às vezes, carece de alteração imediata.

Os dados trazidos mostram que, às vezes, para não alterar seu ponto de vista, mesmo que à luz de evidências objetivas, o indivíduo simula um espírito democrático e de respeito para evitar o debate, a celeuma e a polêmica. Ao ter este comportamento e sem perceber as determinações que pesam sobre o mirante em que se postou, há, por detrás da “liberalidade”, a persistência em torno de um universo próprio, com a pressuposição, no limite, de que o outro está equivocado. Em outros termos: a aparência de democracia aberta à diversidade e à pluralidade, no fundo, esconde um autoritarismo radical e refratário à revisão. A recusa ao escrutínio do seu mundo, com a mudança de crença que

ela poderia impor, mesmo que sob aparência simpática e amigável, não é menos do que a convicção profunda de que o outro está errado e que é melhor não discutir com quem não consegue ver a verdade: eis a *sofomania*. A verdade pessoal é “a” verdade e, se o outro não a aceita, pior para ele, que não consegue perceber o mundo irracional em que se encontra.

12 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Penso que os dados trazidos para este trabalho – e poderia ter trazido outros que tenho recolhido nos passeios pelo facebook (o leitor, se resolver percorrer este caminho, não terá dificuldade de encontrar outros tantos) – dão conta adequadamente de demonstrar o fio de funcionamento do discurso que se pauta no narcisismo individual voltado para o autocentramento e para a autossatisfação. Às vezes, ele se simula flexível e plural; às vezes, ele se faz francamente violento; e, às vezes, ele se constrói sob uma perspectiva autoritária de surdez cabal e apriorística em relação ao discurso do outro. Neste sentido e para essa modalidade de discurso, o ponto de vista anímico (que povoa os espíritos dos outros com o mal/mau/erro/ingenuidade/ignorância/alienação), contrariamente ao ponto de vista religioso (a boa representação) e, sobretudo, ao sistema científico, prepondera e não se abre para apreensões que são mais bem embasadas em face do mundo objetivo e daquilo que interessa para o bem comum.

Devo fazer um esforço a mais para circunscrever o que estou designando como *narcisismo discursivo*. Poderiam me contradizer, afirmando que todo discurso é de cunho narcisista, na medida em que só reconhece a “sua” própria verdade, em geral, sustentada por vieses políticos e ideológicos. Se fosse assim, todo discurso seria narcisista e, no limite, nenhum seria. No funcionamento do discurso que trouxe para a reflexão, porém, o narcisismo é levado às raias da falta de vontade, porque se recusa peremptoriamente à discussão e à possibilidade de negociação dos sentidos, admitindo que possa rever os seus pleitos e alterar os postulados do outro. Parece-me óbvio (mas o óbvio nem sempre é tão óbvio) que o discurso científico não tem porque ser revisado e aberto à polêmica, até que se prove que há uma solução mais simples e elegante ou que ele está equivocado. Mas entendo que mesmo ele tem a obrigação de se abrir para o ensinamento pedagógico de respeito ao outro. O narcisismo discursivo de que trato diz respeito à discursividade que, ensimesmada num mundo particular refratário ao divergente, em geral baseado em dogmas de fé ou ideológicos (ou em ambos), só se contenta quando ouve aquilo que quer ouvir e se regozija na assunção de um sentido apriorístico.

Considero, ainda, um contra-argumento à existência do narcisismo *discursivo*, contraditório que já me foi apresentado; ele se refere à defesa de que o narcisismo de que trato, antes de tudo, é atitudinal ou comportamental e não propriamente discursivo. Só posso responder a essa mirada oposta afirmando que não tenho acesso à vida prática de quem produziu os memes analisados e tenho que me satisfazer com a materialidade discursiva que possuo à disposição e que me dá o suporte necessário para postular o princípio do funcionamento discursivo que teorizo.

E, para arrematar: à luz dos dados trazidos para este trabalho (e de inúmeros outros que circulam nas redes sociais e em outros suportes - a que o leitor poderá aceder), é possível postular que, contrariamente à suposição de que o homem galgaria um caminho que o levaria da mitologia à religião e à ciência, com uma sucedendo a outra em termos de aprimoramento da racionalidade, em última instância, à revelia de qualquer base maior de sustentação objetiva, discursos como os analisados mostram que, às vezes, as pessoas preferem povoar o mundo com espíritos que arbitrariamente impõem sobre os demais, refratando a possibilidade de revisão a que poderiam conduzir ou ser conduzidas à luz de evidências que contradizem o que pensam. Em outras palavras, o fio de funcionamento das materialidades discursivas observadas mostra que a *onipotência de pensamentos* determina certos discursos, já que partem do princípio de que as coisas devem se adequar à crença e de que, se elas não se dobram à vontade, devem ser rechaçadas, às vezes, sob a defesa débil de que cada um deve respeitar o direito do outro, para melhor satisfazer a vontade de viver o narcisismo do “eu para mim”.

REFERÊNCIAS

- DUCROT, O. *O dizer e o dito*. Rev. trad. Eduardo Guimarães. Campinas: Pontes, 1987.
- FREUD, S. Animismo, magia e onipotência de pensamentos. In: FREUD, S. *Totem e tabu*. Trad. Órizon Carneiro Muniz. Rio de Janeiro: Imago, 2005.
- FREUD, S. *O mal-estar da civilização*. Trad. José Octávio de Aguiar Abreu. Rio de Janeiro: Imago, 1997.
- MAINGUENEAU, D. *Gênese dos discursos*. Trad. Sírio Possenti. Curitiba: Criar Edições, 2005.
- PÊCHEUX, M. Análise Automática do Discurso (AAD-69). In: GADET, F.; HAK, T. *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Trad. Bethânia S. Mariani et al. 2. ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1993.
- PÊCHEUX, M. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Trad. Eni Puccinelli Orlandi et al. 2. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1995.



Este texto está licenciado com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.